



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA**

**Campus Universitário de Jequié/BA**

**Programa de Pós-Graduação**

**Educação Científica e Formação de Professores**



**PPG.ECFP**

**Programa de Pós-Graduação em  
Educação Científica e Formação de Professores**



**O ENSINO DO DESENHO LIVRE E SUA RELAÇÃO COM A  
MATEMÁTICA NA ESCOLA PRIMÁRIA EM VITÓRIA DA  
CONQUISTA-BA E SALVADOR-BA (1925-1982):  
UMA COMPREENSÃO HISTÓRICA**

**EMANUEL SILVA SANTOS**

**EMANUEL SILVA SANTOS**

**O ENSINO DO DESENHO LIVRE E SUA RELAÇÃO COM A  
MATEMÁTICA NA ESCOLA PRIMÁRIA EM VITÓRIA DA  
CONQUISTA-BA E SALVADOR-BA (1925-1982):  
UMA COMPREENSÃO HISTÓRICA**

*Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e  
Formação de Professores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia para obtenção  
do título de Mestre em Ensino de Ciências e Matemática*

Orientador: Prof. Dr. Claudinei de Camargo Sant'Ana

**Jequié - Bahia  
2018**

S237e Santos, Emanuel Silva.

O ensino do desenho livre e sua relação com a matemática na escola primária em Vitória da Conquista-Ba e Salvador-Ba (1925-1982): uma compreensão histórica / Emanuel Silva Santos.- Jequié, 2018.  
164f.

(Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, sob orientação do Prof. Dr. Claudinei de Camargo Sant'Ana)

1.História das disciplinas escolares 2.Cultura escolar 3.Ensino do desenho livre  
4.Bahia I. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia II.Título

CDD - 741.07

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA**  
Programa de Pós-Graduação  
Educação Científica e Formação de Professores

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**O ENSINO DO DESENHO LIVRE E SUA RELAÇÃO COM A  
MATEMÁTICA NA ESCOLA PRIMÁRIA EM VITÓRIA DA  
CONQUISTA-BA E SALVADOR-BA (1925-1982):  
UMA COMPREENSÃO HISTÓRICA**

Autor: Emanuel Silva Santos

Orientador: Prof. Dr. Claudinei de Camargo Sant' Ana

Esse exemplar corresponde à redação final da Dissertação  
defendida por Emanuel Silva Santos e aprovada pela  
Comissão Julgadora

Data: 16/03/2018

Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Claudinei de Camargo Sant' Ana

**COMISSÃO JULGADORA**

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Claudinei de Camargo Sant' Ana

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gláucia Maria Costa Trinchão

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Talamira Taita Brito

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Aparecida Rodrigues Silva Duarte

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Irani Parolin Santana

A Deus, meu Senhor, Pai Celestial;  
À minha família (pais, irmãos, cunhadas, cunhados e sobrinhos), grande  
inspiração;  
A Kátia Paiva Portugal, maravilhosa esposa, amor para toda a vida.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, que me deu forças para vencer todas as minhas dificuldades e limitações. Aos meus pais, Fernando e Cleuza, que representam minha estrutura espiritual, toda minha gratidão! A minha esposa Kátia Paiva pela compreensão e amor prestado nos momentos em que eu mais necessitei. Aos meus filhos, Arthur e Lorena que representam minha existência diante do criador maior (DEUS). Aos meus irmãos Eber, Tatiana e Fernando Junior, por serem meus confidentes nas horas mais difíceis (solidão). A minha tia Lêza, exemplo de amor, dedicação e lealdade. A minha tia Neuza Sousa, pela gentileza imensurável. Ao meu tio e amigo Leomar Sousa, que confiou na minha capacidade intelectual! A minha cunhada Cida Paiva, pelo cuidado e zelo. Ao meu concunhado Carlinhos pela generosidade sem limite. A minha insubstituível avó Argemira Ferreira, pelo carinho profundo. Enfim, toda minha família. Aos meus colegas de trabalho do Centro Educacional Renato Viana-CERV (Anagé-BA), pelo apoio, compreensão e pelos inúmeros momentos de felicidade que pude compartilhar. A pesquisadora Irani Parolin Santana, pelas riquíssimas contribuições. Ao professor, amigo e orientador, Claudinei de Camargo Sant'Ana, exemplo de amor à vida, por sua dedicação e carinho na construção deste trabalho. Sem ele o caminho percorrido seria muito mais difícil. Aos professores por aceitarem fazer parte das bancas de qualificação e defesa, e pelas valiosas e gentis contribuições. A minha amiga, Rosemeire dos Santos Amaral pelo companheirismo. Aos meus colegas do Grupo de Estudo em Educação Matemática (GEEM), pelas contribuições na construção deste trabalho. Aos professores do Programa de Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores-UESB. As demais pessoas que direta ou indiretamente influenciaram ou contribuíram para esta conquista. A todos: Muito Obrigado!

Ninguém conquista nada só.  
Só é único!  
Mas também é fraco.  
É incapaz de enxergar as limitações e fraquezas.  
Talvez pela sua solidão.  
Ou será pelo seu falacioso auto-sustento?  
Prefiro os muitos.  
São fortes e imbatíveis.  
Implacáveis e Firmes...  
A vitória é impar.  
As vitórias são eternas!  
*Emanuel Silva*

## RESUMO

A pesquisa de mestrado investigou o ensino do Desenho Livre e sua relação com a Matemática na Escola Primária em Vitória da Conquista-BA e Salvador-BA, entre os anos 1925 e 1982. Analisamos o processo histórico e curricular do Desenho Livre como saber elementar para o Ensino Primário baiano. Os recortes temporais sinalizaram a Instrução Pública baiana, as reformas educacionais e a criação do Departamento Municipal de Educação de Vitória da Conquista-BA. O problema de pesquisa fundamentou-se em: Como foi a relação entre o ensino do Desenho Livre e a Matemática no Curso Primário em Vitória da Conquista-BA e Salvador-BA(1925-1982)? Para efetivação da pesquisa, analisaram-se leis, decretos, jornais, revistas pedagógicas publicadas no Estado da Bahia, documentos oriundos dos arquivos públicos dos municípios de Vitória da Conquista-BA e Salvador-BA, livros para os professores primários sugeridos pelo Departamento de Educação da Secretaria de Educação e Saúde, bem como fontes orais, obtidas por intermédio de entrevistas semiestruturadas com ex-alunos, ex-professores e ex-diretores. Os pressupostos teórico-metodológicos orientados para as análises foram de André Chervel (1990), sob a relevância da História das Disciplinas Escolares e Cultura Escolar dentro da perspectiva de Dominique Julia (2001).

**Palavras-Chave:** História das Disciplinas Escolares. Cultura Escolar. Ensino do Desenho Livre. Bahia.



## ABSTRACT

The master's research investigated the teaching of Free Drawing and its relation to Mathematics in Primary School in Vitória da Conquista-BA and Salvador-BA, between 1925 and 1982. We analyzed the historical and curricular process of free Drawing as elementary knowledge for the Bahian Primary School. The temporary cuts marked the Bahian Public Education, educational reforms and the creation of the Municipal Department of Education of Vitoria da Conquista-BA. The research problem was based on: How was the relation between the teaching of Free Drawing and Mathematics in the Primary Course in Vitória da Conquista-BA and Salvador-BA (1925-1982)? To carry out the research, laws, decrees, newspapers, pedagogical journals published in the State of Bahia were analyzed, documents from the public archives of the municipalities of Vitória da Conquista-BA and Salvador-BA, books for primary teachers suggested by the Department of Education of the Department of Education and Health, as well as oral sources, obtained through semi-structured interviews with former students, former teachers and former directors. The theoretical-methodological assumptions oriented to the analyzes were by André Chervel (1990), under the relevance of the History of School Disciplines and School Culture from the perspective of Dominique Julia (2001).

**Keywords:** History of disciplines. School Culture. Free Drawing Teaching. Bahia.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Lenda da Invenção do Desenho.....	23
Figura 2: Capa da Revista de Educação - janeiro de 1927.....	31
Figura 3: Capa da Revista de Educação - junho (1927).....	33
Figura 4: Ambidextria - Desenho de Animal.....	35
Figura 5: Ambidextria - Desenho de Flores .....	35
Figura 6: Ambidextria - Desenho de Flores .....	35
Figura 7: Ambidextria - Desenho de Frutas .....	36
Figura 8: Ambidextria- Desenho de Símbolos Nacionais .....	36
Figura 9: Ambidextria - Desenho de uma Casa.....	36
Figura 10: Capa da Revista de Educação - agosto (1927) .....	38
Figura 11: Capa da Revista de Educação - fevereiro (1928).....	40
Figura 12: Repasses Financeiros do município de Salvador-BA .....	52
Figura 13: Curso de Férias - 1927.....	57
Figura 14: Programa Experimental - Ensino Pré-Primário e Elementar .....	80
Figura 15: Sugestões de livros - Desenho.....	92
Figura 16: Sugestão de livros - Aritmética .....	92
Figura 17: Finalidades do Departamento Municipal de Educação (1959).....	103
Figura 18: Disciplinas das Escolas Municipais de Vitória da Conquista (BA) .	103
Figura 19: Disciplinas das Escolas Municipais de Vitória da Conquista (BA) .	104
Figura 20: Vista Atual do Colégio Estadual Anísio Teixeira-2017.....	107
Figura 21: Grupo Escolar Barão de Macaúbas - Vitória da Conquista - BA ....	110
Figura 22: O ensino do Desenho - 2º Ano (a)- 1979 .....	122
Figura 23: O ensino do Desenho - 2º Ano (a)- 1979.....	122
Figura 24: O ensino do Desenho - 3º Ano (a)- 1979 .....	122
Figura 25: O ensino do Desenho - 3º Ano (a)- 1979 .....	123
Figura 26: O ensino do Desenho - 3º Ano (c) - 1979 .....	123
Figura 27: O ensino do Desenho - 4º Ano (a) - 1979 .....	123
Figura 28: O ensino do Desenho - 4º Ano (b)- 1979.....	124
Figura 29: O ensino do Desenho - 4º Ano (c)- 1979 .....	124
Figura 30: Caderneta do 2º Ano (a) Primeiro Grau - 1981 .....	126
Figura 31: O ensino do Desenho - 2º Ano (a) Primeiro Grau -1981 .....	126
Figura 32: O ensino do Desenho - 2º Ano (a) Primeiro Grau -1981 .....	126
Figura 33: O ensino do Desenho - 2º Ano (a) Primeiro Grau -1981 .....	127
Figura 34: Caderneta 3º Ano (a) Primeiro Grau -1982.....	131
Figura 35: O ensino do Desenho - 3º Ano (a) Primeiro Grau -1982 .....	131
Figura 36: O ensino do Desenho - 3º Ano (a) Primeiro Grau -1982 .....	131
Figura 37: O ensino do Desenho - 3º Ano (a) Primeiro Grau -1982 .....	132
Figura 38: O ensino do Desenho - 3º Ano (a) Primeiro Grau -1982 .....	132
Figura 39: O ensino do Desenho - 3º série (s/d) Primeiro Grau -1982.....	133
Figura 40: O ensino do Desenho - 3º série (s/d) Primeiro Grau -1982.....	133
Figura 41: O ensino do Desenho - 3º Ano (s/d) Primeiro Grau -1982.....	133
Figura 42: Prédio da Escola Getúlio Vargas (1940) .....	135
Figura 43: Brasão da Escola Getúlio Vargas - Salvador (BA) .....	137
Figura 44: Regulamentação do Ensino de Desenho e Artes Industriais (1955)	138

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relatos Oraís.....	19
Quadro 2: Objetivos do Desenho .....	25
Quadro 3: Processos de ensino do Desenho .....	27
Quadro 4: Revistas Catalogadas.....	29
Quadro 5: Fragmento - circunscrições.....	48
Quadro 6: Fragmento - Total de Matrículas e Frequências .....	48
Quadro 7: Escolas Públicas Primárias - Bahia .....	67
Quadro 8: Demonstrativo Geral do Ensino Primário.....	67
Quadro 9: Percentagem da Matrícula Geral .....	67
Quadro 10: Demonstrativo Geral das Unidades Escolares .....	68
Quadro 11: Programas de Ensino da Escola Elementar Urbana.....	69
Quadro 12: Centros de Interesses - Desenho e Trabalhos Manuais .....	70
Quadro 13: Aritmética - 1º ano primário.....	71
Quadro 14: Trabalhos Manuais - 1º ano primário.....	72
Quadro 15: Trabalhos Manuais - 2º ano primário.....	73
Quadro 16: Aritmética - 2º ano primário .....	73
Quadro 17: Geometria - 2º ano primário .....	73
Quadro 18: Trabalhos Manuais - 3º ano primário.....	74
Quadro 19: Aritmética - 3º ano primário .....	74
Quadro 20: Geometria - 3º ano primário .....	75
Quadro 21: Aritmética - 4º ano primário .....	75
Quadro 22: Programa do Ensino Elementar-Art. 64 - 1925 .....	77
Quadro 23: Relação do Desenho com as Ciências Naturais - 1º ano primário (1944) .....	83
Quadro 24: Relação do Desenho com as Ciências Naturais - 2º ano primário (1944) .....	83
Quadro 25: Relação do Desenho com as Ciências Naturais - 3º ano primário (1944) .....	83
Quadro 26: Relação do Desenho com as Ciências Naturais - 4º ano primário (1944) .....	84
Quadro 27: Relação entre Aritmética, Desenho e Geometria no Ensino Elementar .....	86
Quadro 28: Programa Experimental - 1º ano primário .....	87
Quadro 29: Programa Experimental -2º ano primário .....	88
Quadro 30: Programa Experimental - 3º ano Primário .....	89
Quadro 31: Programa Experimental - 4º ano Primário .....	90
Quadro 32: Disciplinas do Curso Primário Elementar.....	99
Quadro 33: Disciplinas do Curso Complementar Elementar.....	99
Quadro 34: Disciplinas do Ensino Supletivo Primário .....	100
Quadro 35: Princípios do Ensino Primário Fundamental .....	100
Quadro 36: Classificação dos Estabelecimentos de Ensino Primário.....	100
Quadro 37: Departamento Municipal de Educação- Vitória da Conquista - BA (1959) .....	102
Quadro 38: Desenho Livre - Colégio Estadual Anísio Teixeira.....	116
Quadro 39: Desenho Livre - Grupo Escolar Barão de Macaúbas.....	116

Quadro 40: Desenho Livre - Grupo Escolar Hostílio de Carvalho .....	116
Quadro 41: Cadernetas Catalogadas em Vitória da Conquista - BA .....	118
Quadro 42: Descrição das atividades (1974) .....	119
Quadro 43: Descrição das atividades (1978) .....	120
Quadro 44: Cadernetas Catalogadas na Escola Bispo Almir dos Santos.....	125
Quadro 45: Fontes diversas - Escola Getúlio Vargas .....	134

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Escolas Providas em 1924-1925.....	55
Gráfico 2: Número dos Professores e Adjuntos em 1924-1926 .....	55
Gráfico 3: Cadernetas do Primeiro Grau catalogadas (1974, 1978 e 1979) .....	119

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ABE** - Associação Brasileira de Educação

**APEB** - Arquivo Público do Estado da Bahia

**BA**-Bahia

**BPEB** - Biblioteca Pública do Estado da Bahia

**CFE** - Conselho Federal de Educação

**DCET**- Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas

**DME** - Departamento Municipal de Educação de Vitória da Conquista

**EGV** - Escola Getúlio Vargas

**FACED (UFBA)** - Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia

**GEEM** - Grupo de Estudos em Educação Matemática

**ICEIA**- Instituto Central de Educação Isaias Alves

**INEP**-Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

**LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**NTE**- Núcleo Territorial de Educação

**PPECFP**- Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores

**PPGen**- Programa de Pós-Graduação em Ensino

**RI** - Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina

**UESB** - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**UFSC** - Universidade Federal de Santa Catarina

**UNIAN**- Universidade Anhanguera de São Paulo

**VC** - Vitória da Conquista

## LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A: Instrumento de Coleta de Dados.....	159
APÊNDICE B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	160
APÊNDICE C: Autorização para Participação .....	162

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO 1: ENSINO DO DESENHO E AS REVISTAS DE EDUCAÇÃO</b>	<b>23</b>
<b>1.1 O ENSINO DO DESENHO</b> .....	<b>23</b>
1.1.1 História, Objetivos e Valores .....	23
1.1.2 Técnica, Desenhos Espontâneos e Motivações.....	27
<b>1.2 AS REVISTAS DE EDUCAÇÃO</b> .....	<b>29</b>
1.2.1 Considerações Preliminares.....	29
1.2.2 Analisando as Revistas de Educação .....	30
<b>CAPÍTULO 2: A INSTRUÇÃO PÚBLICA BAIANA, AS REFORMAS EDUCACIONAIS DA BAHIA, O ENSINO NO BRASIL NA DÉCADA DE 1930, A LEI ORGÂNICA DO ENSINO PRIMÁRIO E A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA</b> .....	<b>46</b>
<b>2.1 A INSTRUÇÃO PÚBLICA BAIANA</b> .....	<b>46</b>
<b>2.2 AS REFORMAS EDUCACIONAIS NA BAHIA</b> .....	<b>68</b>
2.2.1 Programa do Ensino da Escola Elementar Urbana do Estado da Bahia.....	68
2.2.2 A Reforma da Instrução Pública do Estado da Bahia (Lei n. 1.846/1925)..	76
2.2.3 O Programa Experimental do Ensino Pré-Primário e Elementar .....	80
<b>2.3 O ENSINO NO BRASIL NA DÉCADA DE 1930</b> .....	<b>92</b>
<b>2.4 LEI ORGÂNICA DO ENSINO PRIMÁRIO-DECRETO LEI N. 8.529 DE 1946</b> .....	<b>97</b>
<b>2.5 A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA (BA) - 1959</b> .....	<b>102</b>
<b>CAPÍTULO 3: O ENSINO DO DESENHO LIVRE E A SUA RELAÇÃO COM A MATEMÁTICA NA ESCOLA PRIMÁRIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA E SALVADOR-BA (1925-1982)</b> .....	<b>105</b>
<b>3.1 O ENSINO DO DESENHO LIVRE E SUA RELAÇÃO COM A MATEMÁTICA NA ESCOLA PRIMÁRIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA</b> .....	<b>106</b>
3.1.1 As escolas participantes e os depoimentos .....	107
3.1.2 Os documentos escolares-cadernetas .....	118
<b>3.2 O ENSINO DO DESENHO LIVRE E SUA RELAÇÃO COM A MATEMÁTICA NA ESCOLA PRIMÁRIA EM SALVADOR-BA</b> .....	<b>134</b>
3.2.1 Escola Getúlio Vargas - Fatos Históricos .....	134
3.2.2 As escolas participantes e os depoimentos .....	140
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>146</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>152</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>152</b>
<b>DOCUMENTOS OFICIAIS</b> .....	<b>156</b>



OBRAS ANTIGAS E LIVROS RAROS .....	158
PERIÓDICOS.....	158
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>159</b>
APÊNDICE A: Instrumento de Coleta de Dados.....	159
APÊNDICE B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	160
APÊNDICE C: Autorização para Participação .....	162

## INTRODUÇÃO

Antes de iniciarmos uma discussão sobre nossa pesquisa, consideramos pertinente destacarmos a nossa afinidade pela linha de pesquisa e conseqüentemente pelo tema. Em 2002, prestei vestibular para Licenciatura em Matemática na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – *Campus* de Vitória da Conquista-BA, sendo aprovado em 4º lugar. No decorrer do curso, fui aluno do professor Claudinei de Camargo Sant’Ana<sup>1</sup>, que ministrou algumas disciplinas que envolviam Didática, Metodologia do Ensino e outras. Naquele instante percebi que a Educação Matemática seria relevante para minha formação acadêmica, pois minhas inquietações pareciam ter encontrado respostas.

Após ter feito várias leituras e análises de trabalhos que envolviam a Educação Matemática, me escrevi em uma seleção no curso de Pós-Graduação (Lato Senso), *Especialização em Educação, Cultura e Memória*, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – *Campus* de Vitória da Conquista-BA, no segundo semestre de 2006, isso logo após minha formatura em Licenciatura em Matemática, e graças a Deus, fui aprovado. Nesse momento iniciei minha vida como pesquisador, principalmente quando estudei matérias que envolviam: Fundamentos da Cultura; Memória, Arquivos e Documentos, Teorias do Conhecimento, Fundamentos Históricos da Educação, dentre outras.

Na especialização, pude desenvolver pesquisas na área da Educação Matemática, em especial: *o Movimento da Matemática Moderna em Vitória da Conquista - Bahia: estudo da cartografia da década de 1960*. Para tanto, essa pesquisa teve como colaboração/orientação os pesquisadores: Tânia Cristina Rocha Silva Gusmão<sup>2</sup>, Irani Parolin Santana<sup>3</sup> e Claudinei de Camargo Sant’Ana.

Quase que simultaneamente, em 2006 ingressei no grupo de estudo denominado: *GEEM*<sup>4</sup> - *Grupo de Estudos em Educação Matemática*, que tem como

---

<sup>1</sup>Pós-doutor. Coordenador do Grupo de Estudos em Educação Matemática (GEEM) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professor Adjunto do Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas-DCET. Da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

<sup>2</sup> Pós-doutora. Professora titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGen/UESB) e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores (PPECFP/UESB).

<sup>3</sup> Doutora em Educação Matemática pela Universidade Anhuera de São Paulo (UNIAN).

<sup>4</sup> “Fundado em 2004, o Grupo de Estudos em Educação Matemática – GEEM, possui como foco

escopo o desenvolvimento de trabalhos voltados para História do Ensino da Matemática, Formação de Professores, Tecnologias de Informação e Comunicação.

O Grupo de Estudos em Educação Matemática (GEEM), por meio de seus integrantes vem ampliando suas pesquisas em torno da História da Educação Matemática. Enfatizamos a pesquisa de mestrado de Soares (2017) intitulada “Uma História do Ensino de Aritmética em Jequié, Poções e Vitória da Conquista-Bahia (1936-1980): Inter-Relações entre a Cultura Escolar, Política Educacional e Prática Educativa”, que teve como objetivo construir uma História do ensino da Aritmética de Grupos Escolares de Jequié, Poções e Vitória da Conquista - Bahia (1936-1980). Salientamos também a pesquisa desenvolvida por Amaral (2015) intitulada “A Cultura Escolar do Ensino de Matemática nos Anos Iniciais: um panorama nos Grupos Escolares em Anagé, Brumado e Guanambi - Bahia (1938-2000)”, que teve como objetivo identificar e analisar aspectos em que as cidades citadas se aproximavam, intercruzavam ou se distanciavam em relação à Cultura Escolar do Ensino de Matemática nos anos iniciais, e D’Esquivel (2015), “O ensino de Desenho e Geometria para a escola primária na Bahia (1835-1925)”, que investigou o processo de escolarização dos conhecimentos de Desenho e de Geometria na Bahia, no período compreendido entre os anos 1835 e 1925.

Para escrita deste estudo, compactuamos com a perspectiva levantada por Valente (2007) ao afirmar que os fatos históricos são

constituídos a partir de traços, de rastros deixados no presente pelo passado. Assim, o trabalho do historiador consiste em efetuar um trabalho sobre esses traços para construir os fatos. Desse modo, um fato não é outra coisa que o resultado de uma elaboração, de um raciocínio, a partir das marcas do passado, segundo as regras de uma crítica [...] (VALENTE, 2007, p. 31).

Por que utilizamos as normas oficiais como fontes para o nosso estudo

---

de investigação as seguintes linhas de pesquisa: Formação de Professores, História do Ensino de Matemática e Tecnologias de Informação e Comunicação no Ensino. Dentre as ações do GEEM estão: Programa de Extensão Atividades Colaborativas e Cooperativas em Educação - ACCE que realiza propostas e atividades com o objetivo de incentivar e promover parcerias/projetos junto aos professores da rede pública, focando em experiências de sala de aula. [...]”. Disponível em <http://2015.geem.galoa.com.br/br/node/1059>. Acesso em 25/04/ 2017.

histórico? Para justificar sua utilização neste trabalho, reportamos as ponderações levantadas por Gonçalves Neto (2009), sobre essa questão.

[...] as representações contidas nas leis não são apenas as do grupo diretamente envolvido na sua formulação, mas incorporam um discurso modernizante e abrangente que corrobora com o que está sendo prescrito, legitimando as ações de quem têm o poder de compor as leis (GONÇALVES NETO, 2009, p. 69).

Para Faria Filho (1998), as legislações podem favorecer a dinamicidade e a inter-relação entre o campo educativo e as várias dimensões do fazer pedagógico, assim descrito:

[...] inicialmente, uma crítica às concepções mecanicistas da legislação, que, grosso modo, a entende como campo de expressão e imposição, única e exclusivamente, dos interesses das classes dominantes; em seguida, creio que permitiria surpreender a legislação naquilo que, me parece, ela tem de mais fascinante: a sua dinamicidade; e, finalmente, abriria uma possibilidade de inter-relacionar, no campo educativo, várias dimensões do fazer pedagógico, às quais, atravessadas pela legislação, vão desde a política educacional até as práticas da sala de aula (FARIA FILHO, 1998, p. 98-99).

Coadunando com esses entendimentos, fizemos uso de fontes históricas<sup>5</sup> tais como: o *Programa do Ensino da Escola Elementar Urbana* do Estado da Bahia de 18 de março de 1925, Lei n. 1.846 de 14 de agosto de 1925, que reformou a Instrução Pública do Estado sob a direção de Anísio Spínola Teixeira; o Decreto 12.867 de 20 de agosto de 1943 que instituiu o *Programa Experimental para o ensino pré-primário e elementar*; livros sugeridos pelo Departamento de Educação da Secretaria de Educação e Saúde aos professores primários baianos (1943); Decreto-lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946 que estabeleceu a Lei Orgânica do Ensino Primário a nível nacional, Portaria n. 740 de sete (7) de março de 1955, que regulamentou o ensino do Desenho e Artes Industriais nas escolas primárias da capital, Lei n. 15 de 12 de outubro de 1959, que criou o Departamento Municipal de Educação em Vitória da Conquista-BA, Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 5.692, de 11 de

---

<sup>5</sup> De acordo com Saviani (2006), “[...] enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é delas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da História” (SAVIANI, 2006, p. 29-30).

agosto de 1971, que instituiu as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, ofícios expedidos pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia.

Foram utilizadas também em nossa pesquisa cadernetas, fotografias<sup>6</sup>, algumas fontes disponibilizadas no Repositório Institucional (RI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no Museu Pedagógico Casa Padre Palmeira (UESB-*campus* de Vitória da Conquista-BA), nos arquivos das escolas participantes, no Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista-BA, Núcleo Territorial de Educação (NTE-20), Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)-Salvador-BA.

Nosso percurso metodológico entra em consonância com as ponderações suscitada por Julia (2001), quando afirmou: “os textos normativos devem sempre nos reenviar às práticas; mais que nos tempos de calma, é nos tempos de crise e de conflitos que podemos captar melhor o funcionamento real das finalidades atribuídas à escola” (JULIA, 2001, p. 19).

Utilizamos também alguns relatos orais de ex-alunos, ex-professores e ex-diretores (quadro 1), organizados da seguinte forma:

**Quadro 1: Relatos Oraís**

<b>Vitória da Conquista - BA</b>	
<b>Entrevistadas</b>	<b>Escola</b>
Italva Maria. A. Brito	Ex-aluna do Colégio Estadual Anísio Teixeira
Stela Zumira da Silva	Ex-aluna do Grupo Escolar Barão de Macaúbas
Maria Leocina. C. Nascimento	Ex-diretora do Grupo Escolar Hostílio de Carvalho
<b>Salvador-BA</b>	
<b>Entrevistadas</b>	<b>Escola</b>
Cléria Pinheiro	Professora da Escola Getúlio Vargas
Jussara Márcia V de Sá Santiago	Ex- professora da Escola Getúlio Vargas
Vera Lúcia A da Silva Freira	Professora da Escola Getúlio Vargas/ Ex- aluna do Colégio Nossa Senhora de Soledade

**Fonte:** Elaborado pelos autores da pesquisa.

Selecionamos cinco (5) escolas em Vitória da Conquista-BA<sup>7</sup> e duas (2) em

<sup>6</sup> “A fotografia deve ser considerada produto cultural, fruto de trabalho social de produção signíca [...]” (MAUAD, 2004, p. 27).

<sup>7</sup> “Localizado no centro-sul da Bahia, distante 503 km de Salvador, o município de Vitória da Conquista faz limites com Cândido Sales, Belo Campo, Anagé, Planalto, Barra do Choça, Itambé, Ribeirão do Largo e Encruzilhada. Sua localização geográfica é favorável ao comércio, e Conquista tornou-se conhecida desde cedo em outras regiões do estado. Em 1840, ano em que o Arraial foi elevado à condição de Vila Imperial da Vitória, distrito da Vila de Caetité, recebia sertanejos e litorâneos. Nos anos seguintes, ruas foram surgindo nos acessos para localidades vizinhas, como Poções, Jequié, Caetité e Ilhéus.[...] Atualmente, de acordo com estimativa do IBGE, Vitória da Conquista tem 336.987 habitantes, num estado com população acima de 15 milhões[...]”. Disponível em: <http://www.pmvc.ba.gov.br/vitoria-da-conquista-uma-cidade->

Salvador<sup>8</sup>-BA para compor nossas investigações e análises em decorrência das fontes obtidas.

Em Vitória da Conquista-BA, investigamos as seguintes instituições educacionais: Grupo Escolar Barão de Macaúbas, Colégio Estadual Anísio Teixeira, Grupo Escolar Hostílio de Carvalho, Centro de Assistência Social Nossa Senhora das Vitórias<sup>9</sup> e Escola Bispo Almir dos Santos. Em Salvador-BA: Escola Getúlio Vargas e Colégio Nossa Senhora de Soledade.

As cidades pesquisadas fazem parte do Projeto *O ensino de Matemática no Curso Primário no Estado da Bahia: a caracterização de um percurso*, este, sendo desenvolvido pelo Grupo de Estudos em Educação Matemática (GEEM), sob a coordenação do professor Claudinei de Camargo Sant' Ana (UESB).

Após termos realçado nossa afinidade com a Educação Matemática e expormos os aspectos metodológicos desta pesquisa, esclarecemos que a presente investigação se estreita na pretensão de investigar: “Como foi a relação entre o ensino do Desenho Livre e a Matemática no Curso Primário em Vitória da Conquista-BA e Salvador-BA (1925-1982)?”.

Ressaltamos que a nomenclatura *Desenho Livre* que estamos utilizando nas nossas investigações, refere-se ao Desenho Espontâneo e Expressional, ou seja, desenhos que representam as imaginações e/ou interesses pessoais das crianças, desvinculados dos rigores e perfeições artísticas. Uma atividade livre e descontraída.

Concordamos com Trinchão (2016, p. 13), quando argumentou que o desenho representa um processo prático e natural de expressão e linguagem: “As crianças são naturalmente grandes imitadoras e por isso tentam desenhar, por

---

marcada-pelo-dinamismo-economico/. Acesso em 09/02/2018

<sup>8</sup> “Salvador é a capital do estado da Bahia, famosa pela arquitetura, culinária e por ser uma das cidades turísticas mais conhecidas do Brasil. A cidade recebeu grande influência africana em vários aspectos culturais, o que a torna o centro da cultura afro-brasileira. Salvador é uma das mais antigas cidades da América, e por muito tempo foi conhecida como Cidade da Bahia entre os moradores, pois a diferenciava de outras cidades com o mesmo nome. Foi a primeira capital do Brasil e primeira sede da administração colonial. Com população superior a três milhões de habitantes, Salvador é a terceira cidade mais populosa do Brasil e a sétima região metropolitana em número de habitantes. É a cidade com o maior número de descendentes negros do mundo[...]”. Disponível em: <https://www.estadosecapitaisdobrasil.com/capital/salvador/>. Acesso em 09/02/2018.

<sup>9</sup> Trata-se do nome de registro, o nome fantasia foi denominado de Colégio Paulo VI.

isso o desenhar como um processo prático e natural de expressão, linguagem e meio de dar visibilidade às ideias e às coisas [...]” (TRINCHÃO, 2016, p. 13).

Todos esses encaminhamentos nos impulsionam a trilhar uma investigação historiográfica<sup>10</sup>, pois entendemos que a História das Disciplinas Escolares é um fator preponderante para nossa pesquisa, porque possibilita uma discussão e aprofundamento em torno da História do Ensino. Assim, compactuamos com Chervel (1990), quando teorizou:

A História das disciplinas escolares não deve, entretanto, ser considerada como uma parte negligenciada da História do ensino que, depois de corrigida, viria a lhe acrescentar alguns capítulos. Pois não se trata somente de preencher uma lacuna na pesquisa. O que está em questão aqui é a própria concepção da História do ensino [...] (CHERVEL, 1990, p. 183).

As fontes históricas analisadas nesta pesquisa, nos proporcionaram a compreensão de como transcorreu *o ensino do Desenho na Bahia*<sup>11</sup>, entre 1925 e 1982, em particular em Vitória da Conquista-BA e Salvador-BA, possibilitando também, o entendimento de uma provável aproximação dessa matéria escolar com os Saberes Elementares Matemáticos (Aritmética e Geometria) no Ensino Primário baiano.

Tais encaminhamentos permitiram uma interlocução com o referencial teórico que foi orientado à luz de Chervel (1990), sob a relevância da História das Disciplinas Escolares e Cultura Escolar dentro da perspectiva teórica de Julia (2001). Assim, a cultura escolar é “[...] um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas [...]” (JULIA, 2001, p. 10).

Reiteramos que por intermédio das fontes históricas e dos relatos de ex-alunos, ex-professores e ex-diretores, foi possível o reconhecimento da cultura escolar imbricada nas instituições educacionais analisadas.

---

<sup>10</sup> “Para o trabalho do historiador, é fundamental a distinção entre historiografia (*narratio rerum gestarum*) e História (*res gestae*), a primeira designando o conhecimento histórico produzido pelo historiador e a segunda referindo-se aos acontecimentos, sujeitos e processos, dentre outros, que constituem o objeto do conhecimento histórico” (DIAS, 2012, p. 1).

<sup>11</sup> Nossa pesquisa difere da desenvolvida por D’Esquivel (2015), tanto pelas suas fontes, quanto pela questão de pesquisa e período recortado.

Em nossas leituras e análises preliminares, destacamos algumas pesquisas, dissertações e teses sobre o ensino do Desenho, tais como: França (2006), Moreno (2008), Trinchão (2008), Machado e Flores (2011), Silva (2013) e D'Esquivel (2015).

Esta pesquisa de mestrado<sup>12</sup> está dividida em três capítulos. O primeiro investiga o ensino do Desenho, sua história, objetivos, valores, técnicas, Desenho Espontâneo e motivações. Bem como, analisa alguns artigos<sup>13</sup> publicados nas *Revistas de Educação-Organ da Escola Normal de Caetite*<sup>14</sup>, que foram veiculados na Bahia, os quais podem ter influenciado nas práticas escolares para o ensino do Desenho e/ou Saberes Elementares Matemáticos.

O segundo capítulo analisa a Instrução Pública baiana, algumas Reformas Educacionais da Bahia, o Ensino no Brasil<sup>15</sup> na década de 1930, a Lei Orgânica do Ensino Primário e a criação do Departamento Municipal de Educação de Vitória da Conquista-BA.

O terceiro e último capítulo trata sobre o ensino do Desenho Livre na Escola Primária em Vitória da Conquista-BA e Salvador-BA, entre os anos de 1925 e 1982, fazendo um detalhamento de como se constituiu essa matéria escolar e sua relação com a Matemática em determinadas escolas primárias da capital<sup>16</sup> e do interior<sup>17</sup>, por intermédio dos documentos escolares catalogados (cadernetas e ofícios) no período abarcado e, nos relatos proferidos (entrevistas semiestruturadas) pelos ex-alunos, ex-professores e ex-diretores.

Deste modo, esperamos que esta pesquisa possa colaborar na compreensão de como foi a relação entre o ensino do Desenho Livre e a Matemática no Curso Primário em Vitória da Conquista-BA e Salvador-BA (1925-1982).

---

<sup>12</sup> Salientamos que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa – UESB.

<sup>13</sup> Apenas investigamos os artigos que versaram sobre o ensino do Desenho e/ou Saberes Elementares Matemáticos.

<sup>14</sup> “Distante 645 quilômetros da capital do estado, Salvador e, segundo a estimativa de população 2015 tem, aproximadamente, 52.531 habitantes. Com mais de dois séculos de emancipação, a cidade foi pólo cultural da região sertaneja da Bahia: foi a terra natal de figuras como: Anísio Teixeira. Foi, ainda, pioneira na educação regional, com a primeira escola normal do sertão baiano”. Disponível em: <http://www.caetite.ba.gov.br/a-historia/>. Acesso em 26/12/2017.

<sup>15</sup> Faremos apenas algumas argumentações sucintas dessa década e obviamente serão apresentadas explicações superficiais.

<sup>16</sup> Estamos nos referindo a cidade de Salvador-BA.

<sup>17</sup> Estamos tratando de algumas escolas primárias do município de Vitória da Conquista - BA.



## CAPÍTULO 1: ENSINO DO DESENHO E AS REVISTAS DE EDUCAÇÃO

### 1.1 O ENSINO DO DESENHO

#### 1.1.1 História, Objetivos e Valores

De acordo com Rotondaro (1950), a invenção do Desenho estava atrelada a uma lenda da antiga Grécia (figura 1), como podemos verificar no fragmento a seguir:

Segundo uma graciosa lenda da antiga Grécia. Dibuntante jovem grega de Sicione, ao aparte-se do seu namorado que partia para longes terras, reparou que a luz duma lâmpada iluminando-lhe o perfil, reproduzia na parede a sombra do seu bem amado de modo a conhecerem-se-lhe as feições; com o carvão foi a jovem traçando os limites da projeção da sombra e obteve um lineamento que, mais tarde, lhe recordaria o ente querido durante a dilatada ausência. Estava por este modo achado o contorno, a linha[...]. Outros Gregos aperfeiçoaram aquêlê rudimento linear, fundando o Desenho [...] (ROTONDARO, 1950, p. 14).

**Figura 1:** Lenda da Invenção do Desenho



**Fonte:** 1º ano de Desenho para Ginásio – Rafael Rotondaro, 1950, p. 14.

Rotondaro (1950), afirmou que o aperfeiçoamento do rudimento linear, possibilitou a fundação do Desenho. Assim descrito:

Por este modo achado o contorno, a linha com que se define a forma exterior dos seres e das coisas; mais tarde, seguindo o descobrimento, outros gregos aperfeiçoaram aquêlê rudimento linear, fundando o Desenho, base fundamental das belas Artes, que são: A Arquitetura a Escultura e a pintura, também chamadas Artes maiores (ROTONDARO, 1950, p. 14).

Em sua obra intitulada *Metodologia do Ensino Primário*<sup>18</sup>, Theobaldo Miranda Santos<sup>19</sup> (1952), ponderou que:

A) História do ensino do Desenho. – Se a História de Desenho é tão antiga quanto a do homem, a História do ensino do Desenho, ao contrário, é bem recente. Somente no século XVIII, o Desenho passou a fazer parte do currículo da escola primária. Comênio parece ter sido o primeiro educador a proclamar as vantagens pedagógicas do Desenho. Na sua *Didactica Magna*, considerou o Desenho como um dos exercícios fundamentais do curso elementar e, em sua escola modelo, iniciou crianças de 4 a 5 anos na prática do Desenho, sob a forma de jogos (SANTOS, 1952, p. 239).

A partir dessa citação, verificamos que o primeiro pedagogo e teórico a declarar as vantagens pedagógicas do Desenho, teria sido Comenius<sup>20</sup>, aludindo em *Didactica Magna*<sup>21</sup>, que o Desenho era um dos exercícios fundamentais do curso elementar [...] (SANTOS, 1952, p. 239).

Reforçando essas assertivas, Trinchão (2008) argumentou que:

Na cultura ocidental, os primeiros estímulos à inserção do

---

<sup>18</sup> Trata-se de uma publicação de 1952. Esta obra pertenceu à coleção do Curso de Psicologia e Pedagogia, Vol. 10,3ª Ed., Companhia Editora Nacional, São Paulo. Salientamos que este autor está sendo referenciado, porque em nossas pesquisas, identificamos documentos, os quais faziam citações do mesmo, no Ensino Primário baiano em particular no município de Salvador.

<sup>19</sup> “[...] Theobaldo Miranda dos Santos nasceu em 22 de junho de 1904 na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro, onde residiu a maior parte de sua vida. Frequentou o Liceu de Humanidades e a Escola Normal Oficial. Mais tarde diplomou-se em Odontologia e Farmácia no Colégio Grambery, na cidade mineira de Juiz de Fora [...] Como catedrático, lecionou História Natural na escola Superior de Agricultura e Veterinária e na Faculdade de Farmácia e Odontologia, sendo titular de Ortodontia e Odontopediatria [...]. Em 1941 foi nomeado Diretor Técnico Profissional e Diretor da Educação Primária [...] (CALIXTO; QUILICI NETO, 2013, p. 1).

<sup>20</sup> Nascido na região da Morávia, na atual República Tcheca, Europa, em 28 de março de 1592, era de família eslava e praticante do protestantismo. [...] Defendia a sua pedagogia com a máxima: “Ensinar tudo a todos” sintetizando os princípios e fundamentos que permitiriam ao homem colocar-se no mundo, não apenas como um expectador, mas como um ator. Objetivando a aproximação do homem a Deus, o objetivo central da educação para ele era tornar os homens bons cristãos – sábios no pensamento, dotados de verdadeira fé, capazes de praticar ações virtuosas estendendo-se a todos: ricos, pobres, mulheres, portadores de deficiências. [...]. Disponível em: <http://pgl.gal/comenio-pai-da-didactica-moderna-documentario-da-serie>. Acesso em 28/04/17.

<sup>21</sup> A *Didactica Magna* também conhecida por Tratado da Arte Universal de Ensinar Tudo a Todos é um livro de Comenius com publicação em 1649 (SILVA, 2006).

Desenho no quadro dos conhecimentos necessários para a formação e instrução pública do homem, primeiros passos para busca da vulgarização desse conhecimento, assim como, as primeiras propostas de métodos de ensino - Didática do Desenho, surgiram na segunda metade do século XVIII. A inserção do ensino de Desenho no campo da instrução pública tem como marco as orientações de Jan Amos Seges ou Comenius, nascido em Nivnice (Moravia), através da publicação, pela primeira vez, da Didática Magna em 1657 (TRINCHÃO, 2008, p. 100).

Para Santos (1952), o ensino do Desenho, possuía na Escola Primária, quatro objetivos (quadro 2), os quais estavam fundamentados como meio de expressão, fonte de prazer, instrumento de utilidade prática, sentimento técnico, de imaginação, representação gráfica, valor artístico, conforme podemos verificar a seguir:

**Quadro 2:** Objetivos do Desenho

Despertar na criança o desejo de utilizar o Desenho como meio de expressão de sua atividade criadora	Formar o hábito de empregar o Desenho como fonte de prazer e como instrumento de utilidade prática
Desenvolver na criança o sentimento estético, a imaginação artística e a capacidade de representar, graficamente, coisas e idéias	Iniciar a criança na apreciação das belezas da natureza, das obras de arte e das realizações do trabalho técnico, em que se harmonizem o valor artístico e a utilidade prática

**Fonte:** SANTOS, 1952, p. 241.

Quanto aos valores do Desenho, Santos (1952) afirmou que o mesmo era uma forma de expressão do pensamento humano, tendo significância mais clara do que a linguagem falada, além de possuir um valor educativo e cultural, proporcionando um aperfeiçoamento do corpo e do espírito.

O Desenho é uma forma de expressão do pensamento humano. É uma linguagem natural, às vezes, mais clara e significativa do que a linguagem falada, com a vantagem sobre esta de poder ser compreendida por todos os homens, seja qual for o seu idioma. O Desenho possui um valor educativo e cultural e um valor utilitário e prático. Como instrumento educativo, contribui para a formação e o aperfeiçoamento do corpo e do espírito (SANTOS, 1952, p. 241).

Ainda nesta perspectiva de valorização educacional do Desenho, Santos (1952), afirmou que o ensino o mesmo favorecia a capacidade de observação, discriminação das formas, cores, dimensões e qualidade dos objetos, colaborando no desenvolvimento da imaginação criadora das crianças:

[...] O Desenho desenvolve a capacidade de observação e

discriminação das formas, cores, dimensões e qualidades dos objetos do mundo exterior, permitindo que as crianças exteriorizem de forma livre e pessoal seus pensamentos, interesses e aspirações. Enfim, favorece o desenvolvimento da imaginação criadora, do sentimento estético e da capacidade de apreciação das obras de arte (SANTOS, 1952, p. 241).

Trilhando argumentos semelhantes sobre a relevância da observação no ensino do Desenho, Trinchão (2008) argumentou:

A transposição do conhecimento em Desenho nas escolas como uma busca da vinculação das palavras com as coisas, cujo método previa a busca do desconhecido a partir do já sabido, da parte ao todo e do geral ao particular, acompanhou as primeiras propostas de instrução pública de Comenius. A aquisição dos conhecimentos na arte do Desenho estava no desenvolvimento da prática da observação e reprodução sistemática de um objeto, como meio de se ensinar a "aprender a fazer fazendo", aprender pela atividade prática do mesmo modo que se aprende nas Artes mecânicas.[...] Um dos principais fundamentos do Desenho e das Artes entra no jogo da ciência, pois, para Comenius, é um dos sentidos que se inicia o conhecimento, portanto, a instrução deve começar pela observação e análise do objeto seguido da explicação oral e verbal (TRINCHÃO, 2008, p. 103).

Carbonell e Migal (1932) afirmaram que por intermédio dos Desenhos e gravuras o entendimento dos textos se estabelecia com maior fluidez, favorecendo dessa forma sua compreensão.

[...] O que um Desenho explica compreendemos ao observar as gravuras de qualquer livro de texto. As questões se esclarecem pelas gravuras, e as compreendemos melhor às vezes do que por uma longa explicação. Sucede o mesmo quando temos de explicar um mecanismo, um plano, ou simplesmente uma rota. Quatro linhas não raro dizem mais do que muitas palavras (CARBONELL; MIGAL, 1932, p. 194).

Ainda para estes autores, o Desenho seria uma aplicação constante da vida e que todos os ofícios dele necessitavam, tanto como elemento estético quanto descritivo.

O Desenho é de aplicação constante na vida. Todos os ofícios o necessitam, quer como elemento estético, ou como elemento descritivo. Si muitos obreiros podem desempenhar o seu ofício sem desenhar, quase nenhum póde passar sem compreender e interpretar os debuxos<sup>22</sup>. E' possível que um pedreiro, ou um carpinteiro, não precise desenhar, mas não poderá desempenhar

---

<sup>22</sup> Refere-se a Desenhos sem precisão e nem detalhes, possuem apenas seus contornos gerais.

o seu ofício, si não souber interpretar um plano e seguir o que este indica. Não apenas os ofícios, quase todas as profissões necessitam do Desenho. Se não houvesse a razão estética, sómente a utilidade prática do Desenho bastaria para exigir que os professores o ensinassem e o levassem á sua verdadeira finalidade (CARBONELL; MIGAL, 1932, p. 194).

### 1.1.2 Técnica, Desenhos Espontâneos e Motivações

Um ponto importante a ser salientado refere-se às técnicas de ensino, os quais foram classificados, segundo Santos (1952) em: Processos de ensino do Desenho, motivação do ensino do Desenho e material de ensino do Desenho.

Para Santos (1952), o ensino do Desenho podia seguir dois caminhos, a saber: “Do abstrato para o concreto, dos elementos para a forma, ou, ao contrário, do concreto para o abstrato, do conjunto para detalhes” (SANTOS, 1952, p. 242).

Com o intuito de oferecer uma melhor compreensão acerca dessas ponderações, construímos o quadro (3) abaixo.

**Quadro 3:** Processos de ensino do Desenho

<b>Processos de ensino do Desenho</b>	<b>Métodos</b>
Do abstrato para o concreto, dos elementos para a forma	Método geométrico, é artificial e anti-psicológico, pois parte da suposição ilusória de que as formas geométricas são mais simples e acessíveis à criança do que os próprios objetos
Do concreto para o abstrato, do conjunto para detalhes	Chamado método natural, é o que se ajusta à natureza da mentalidade infantil, que se interessa pelos objetos e não pelas formas geométricas que são abstrações

**Fonte:** SANTOS, 1952, p. 242.

Quanto à importância do Desenho no Ensino Primário, Santos (1952) elencou que:

O Desenho na escola primária visa antes à expansão da personalidade do que a aquisição de uma técnica. Isto significa que o Desenho espontâneo deve ser o ponto de partida de toda a aprendizagem. Os temas das primeiras composições deverão gravitar em torno dos interesses infantis, suscitados, quer por uma História ou fábula, quer por um acontecimento habitual. Entre os Desenhos sugeridos, poderão figurar os alusivos às datas cívicas, à semana da pátria, ao trânsito (SANTOS, 1952, p. 242).

Essas ponderações indicam que o Desenho foi concebido como uma

expansão da personalidade do que à aquisição de uma técnica. Também que o Desenho Espontâneo deveria ser o ponto inicial de toda aprendizagem, sendo referenciadas pelas atividades de interesse infantil, principalmente exposta em figuras de datas cívicas, semana da pátria e trânsito.

Nessa perspectiva, os Desenhos Espontâneos, para Carbonell e Migal (1932), podiam ser representados principalmente por figuras de homens, animais, casas e cenas da vida doméstica ou pública. E que essa tendência gráfica da criança deveria ser aproveitada.

As crianças, desde tenra idade, têm afeição ao Desenho. Quasi sem exceção, todas desenham em seus momentos de ociosidade. Uma folha de papel e um lápis sempre lhes são uma tentação para dar vida a uma série de bonecos mais ou menos absurdos e ridículos. [...]. Si a criança tem a vontade e o praser de desenhar, esta afeição deve ser o ponto de partida do ensino. Observando os Desenhos espontaneos das crianças de pouca idade, veremos que eles representam principalmente homens, animais, casas e cenas da vida domestica, ou publica (CARBONELL; MIGAL, 1932, p. 194).

Para Santos (1955), as correções e sugestões dos professores representavam um estímulo importante para os alunos, desde que se evitassem as críticas excessivas, duras e irônicas. Argumentou sobre alguns modelos de desenhos.

À medida que a aprendizagem progride, graças às sugestões e correções que o professor irá fazendo discretamente, procurando estimular e auxiliar o aluno (e nunca desanimá-lo com críticas excessivas ou irônicas), poderão ser oferecidos ao mesmo certos modelos: primeiro, temas da natureza - animais, plantas, paisagens; depois, cópias de figuras humanas e de retratos artísticos. Não se deve insistir, durante essa fase, na cópia de formas ou corpos geométricos, os quais, como já vimos, não possuem nenhum interesse para a criança. Ao contrário, as máquinas, como automóveis, aviões e locomotivas, exercem uma atração poderosa sobre o espírito infantil, e, por isso, devem ser empregados, freqüentemente, como temas para cópias. O colorido dos trabalhos dará ensejo ao professor para ensinar a distinção das cores (SANTOS, 1955, p. 271)

Ainda dentro das técnicas de ensino do Desenho, Santos (1955) tratou sobre a segunda fase da aprendizagem, citando algumas atividades: a relação entre o Desenho e as Ciências Naturais, Geografia, História, os tipos de desenhos e suas especificidades.

Na segunda fase da aprendizagem, poderão ser iniciados os desenhos de interpretação e, sempre que possível, a cópia do natural. Pequenos modelos de aviões, locomotivas, automóveis, etc., servirão para o desenho analítico. Será iniciado, prudentemente, o desenho dos corpos geométricos. Daí por diante, o desenho poderá ser aplicado a todas as formas de decoração. Tôdas as matérias, sobretudo as ciências naturais, a geografia e a história, poderão ser auxiliadas pelo desenho. Contudo, os desenhos de memória e os de imaginação não deverão ser abandonados, mas, ao contrário, estimulados e praticados com freqüência (SANTOS, 1955, p. 272).

Santos (1955) advertiu que o Desenho era um meio natural de expressão da infância e que todas as crianças possuíam uma tendência espontânea para exprimir, graficamente, seus desejos e pensamentos.

O desenho é um meio natural de expressão da infância. Tôdas as crianças possuem uma tendência espontânea para exprimir, grãficamente, seus desejos e pensamentos. E, em todas elas, o desenho apresenta as mesmas fases evolutivas, com pequenas variações individuais. Daí a facilidade com que a aprendizagem do desenho pode ser motivada [...] (SANTOS, 1955, p. 272).

O mesmo autor, também argumentou que os professores deveriam evitar o ensino mecânico e rotineiro, favorecendo substancialmente o ensino do desenho como forma de liberdade expressiva (SANTOS, 1955).

## 1.2 AS REVISTAS DE EDUCAÇÃO

### 1.2.1 Considerações Preliminares

Nesta seção, analisamos algumas publicações das *Revistas de Educação-Orgam da Escola Normal de Caiteté*<sup>23</sup>, as quais ficaram assim discriminadas:

**Quadro 4:** Revistas Catalogadas

<b>Nome da Revista/ Mês/Ano de publicação</b>	<b>Artigos relevantes/ Autor (es)</b>
Revista de Educação – Orgam da Escola Normal de Caiteté’. Anno I / janeiro de 1927	O Ensino das Mathematicas Elementares/ J. Teixeira
Revista de Educação – Orgam da Escola Normal de Caiteté’. Anno I / junho de 1927	Ambidextria / Não há registro
Revista de Educação – Orgam da Escola Normal de Caiteté’. Anno I / agosto de 1927	O Segredo do Desenho/ Maria Constança P. Cardoso

<sup>23</sup>Esses periódicos educacionais apesar serem destinados ao Ensino Normal, existiam determinados autores que versaram sobre o ensino primário. Portanto, isso justifica sua análise neste trabalho de pesquisa. É oportuno salientar também que em hipótese alguma estamos afirmando que esses periódicos educacionais influenciaram os professores primários das cidades aqui investigadas, contudo nos apontaram algumas características do ensino dos Saberes Elementares Matemáticos (Desenho, Geometria, dentre outros) no período abarcado.

Revista de Educação – Orgam da Escola Normal de Caiteté’. Anno II / fevereiro de 1928	O Ensino do Desenho na Escola Primária/Não há registro
---	--

Fonte: Elaborado a partir das catalogações do GEEM e/ou disponíveis no Repositório UFSC.

Por que utilizamos as Revistas como fontes históricas? Compactuamos com as ponderações de Catani (1996), quando argumentou a relevância das revistas especializadas, pois

de fato, as revistas especializadas em educação, no Brasil e em outros países, de modo geral, constituem uma instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional enquanto fazem circular informações sobre o trabalho pedagógico e o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações da categoria do magistério e outros temas que emergem do espaço profissional. Por outro lado, acompanhar o aparecimento e o ciclo de vida dessas revistas permite conhecer as lutas por legitimidade, que se travam no campo educacional. É possível analisar a participação dos agentes produtores do periódico na organização do sistema de ensino e na elaboração dos discursos que visam a instaurar as práticas exemplares (CATANI, 1996, p. 115-130).

Assim, entendemos que as revistas especializadas em educação, constituem um “instrumento” privilegiado para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional.

Essas perspectivas de valorização das revistas pedagógicas nos remetem a Julia (2001), quando ponderou: “pode-se tentar reconstituir, indiretamente, as práticas escolares a partir das normas ditadas nos programas oficiais ou nos artigos das revistas pedagógicas” (JULIA, 2001, p. 17).

Seguindo essa perspectiva, analisaremos a seguir alguns artigos<sup>24</sup> veiculados nas *Revistas de Educação-Orgam da Escola Normal de Caiteté*.

### 1.2.2 Analisando as Revistas de Educação

Iniciamos as nossas discussões nessa seção, em torno do periódico educacional intitulado: *Revista de Educação – Orgam da Escola Normal de Caiteté*, anno I, janeiro de 1927 (figura 2), tendo como corpo Redaccional<sup>25</sup>: Diretor - Edgard Pitangueira; Redatores – Prof. Alfredo José da Silva, Dr. Jayme Spinola

<sup>24</sup>24 Mantivemos a originalidade linguística da época.

<sup>25</sup>25 Grafia original da Revista de Educação de janeiro de 1927.



Teixeira, Professora Dulce da Silva Araujo e Prof. Salvador da Rocha Passos; Secretária – Professora Helena Lima; Tesoureira - Professora Maria José da Silva.

**Figura 2:** Capa da Revista de Educação - janeiro de 1927



Fonte: Revista de Educação, janeiro, 1927.

O referido periódico publicou um artigo denominado de *O ensino das Mathematicas Elementares*, assinado por J. Teixeira<sup>26</sup>. Logo no início do artigo, o autor argumentou sobre as orientações que a Matemática Elementar deveria seguir.

O ensino elementar de mathematicas deveria obedecer a uma orientação differente da que, até hoje, lhe tem guiado, nas nossas escolas primarias. Dever-se-hia incutir nos alumnos, o verdadeiro sentido dessas scinecias exactas, fazendo-o bem comprehender a concatenação constante de todas as operações, de todas suas theories, salientando-lhe a sequencia real e a obtenção, de umas, pela necessidades demonstrada e evidente, na applicação das anteriores, e não ensinar como capitulos independentes, como partes separadas; pedras soltas e espalhadas de um edificio, cuja menos belleza e conhecimento, está justamente, no agrupamento perfeito, nas ligações exatas e acabadas (TEIXEIRA, 1927, p. 15).

Percebe-se nessa passagem uma ênfase do autor pela aplicação de uma sequência continua e articulada entre os fatos reais, operações e teorias. Assim, evitaria que os capítulos fossem ensinados “independentes, como partes separadas; pedras soltas e espalhadas de um edificio, cuja menos belleza e

<sup>26</sup> Não identificamos informações detalhadas desse autor.

conhecimento, está justamente, no agrupamento perfeito, nas ligações exatas e acabadas” (TEIXEIRA, 1927, p. 15), ou seja, *o ensino elementar de Mathematicas* deveria ser ministrada objetivando a união e o agrupamento perfeito.

Prosseguiu sua narrativa e repreendeu a forma como o ensino estava sendo ministrado, inculcando nas crianças o ato de decorar.

Assim é que tem sido ministrado o ensino elementar, cingindo-se a fazer o aluno decorar como uma serie de regras, que a sua pequenina cabeça não percebe as analogias, que nem ao menos lhe indicaram. Com o uso constante dessas regras, não ha menor duvida, que abandonará a escola com o conhecimento sufficiente de operações para as necessidades mathematicas da sua decantada vida pratica (TEIXEIRA, 1927, p. 15).

Seguindo, produziu várias críticas para o *máio ensino*, enumerando alguns prejuízos que acometeria as crianças.

Um campo enorme de conhecimentos, magnificamente apropriado para o seu desenvolvimento intellectual ficou-lhe vedado. Com o ensino deficiente que obteve, não na quantidade e sim na qualidade, será incapaz, de por si alem de onde lhe deixaram. Direi mais, dificultaram antes, encheram de tropeço o seu caminho. Julgando, na heterogeneidade dos conhecimentos que lhe deram, que as mathematicas elementares são uma sciencia completa, elles apenas tocaram levemente nas primeiras folhas esparsas que o máio ensino separou de um livro, que é a maior conquista da intelligencia humana. Sem saber ao menos deduzir das primeiras noções as que lhe seguem, como poderá concluir para adiante dos seus conhecimentos? (TEIXEIRA, 1927, p. 15-16).

Mais uma vez flexionou e citou temas superficialmente tais como: ensino atual, as necessidades da vida prática, orientação pedagógica e a Matemática especulativa. Para Teixeira (1927),

no ensino actual é preciso deixar a falsa miragem das necessidades da vida pratica, é preciso dar meios ao aluno, prara , se for apto, conseguir vencer no campo intellectual, dar ao aluno capacidade de estudo, de poder ser util. Na impossibilidade da difusão de uma cultura intensiva, é preciso comtudo que o degraó em que collocamos nossos aluno não lhe trema debaixo dos pés. Falho como tem sido o ensino de mathematicas elementares, saliente-se mais uma vez, falho na orientação pedagogica, a mathematica especulativa e pura é prato luxuoso de poucos eleitos (TEIXEIRA, 1927, p. 16).

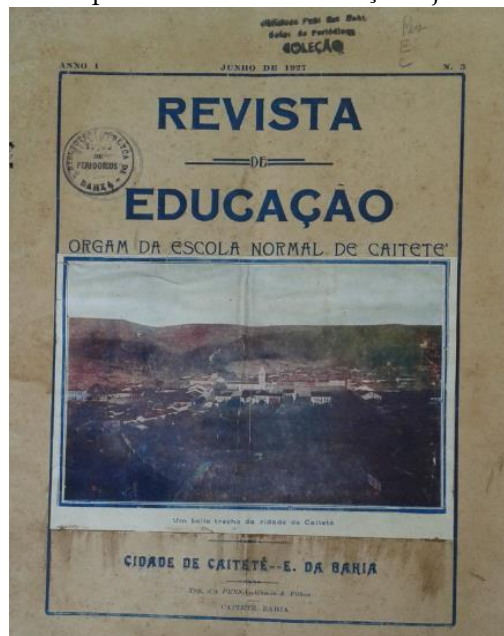
Finalizou o seu artigo, indicando os propósitos da escola, na formação

preparatório da mocidade e nos conhecimentos superiores.

A nossa mocidade que não cursou escolas especiaes, não consegue pela falta de uma base solida, clara, dedicar-se a esses estudos. Quantas aptidões desaproveitadas! Se o que pretende a escola é preparar, no aluno, o homem que deve vencer, é preciso dar-lhe alem dos conhecimentos indispensaveis á vida utilitaria, conhecimentos superiores que lhe proporcionem prazer, que lhe desenvolvam a intelligencia, e, com ella, todas as qualidades nobre da alma, para formar uma mocidade forte e sã, como deverá ser a do Brasil (TEIXEIRA, 1927, p. 16).

As nossas analyses agora serão em torno de outro exemplar (figura 3), da *Revista de Educação – Orgam da Escola Normal de Caetete*, ano I, de junho de 1927.

**Figura 3:** Capa da Revista de Educação – junho (1927)



**Fonte:** Revista de Educação, junho, 1927.

O debate que nos interessa na *Revista de Educação*, diz respeito ao artigo<sup>27</sup> denominado *Ambidextria*<sup>28</sup>, onde foi discutida a relação dos trabalhos das duas mãos com o ensino do Desenho. Também suas aproximações, treinos, exercícios e outras intersecções que possibilitaram a compreensão e relevância do Desenho no contexto educacional.

Segundo os autores do artigo, a educação ambidextra

[...]tem tido, em nossa Escola Normal, lugar de destaque. Desde o Jardim de Infancia até o Curso Normal, aprendizagem de trabalhos manuaes e de Desenho tem sido feita com as duas

<sup>27</sup> Esse artigo não foi assinado pelo (a) autor (a).

<sup>28</sup> “[...] Prática de trabalhar com as duas mãos” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1927, p. 91).

mãos, afim de conseguirmos o desaparecimento do privilegio da mão direita (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1927, p. 90).

Exercícios bimanuais, de acordo com o artigo, possibilitavam o desenvolvimento dos centros físicos inferiores e superiores, principalmente nos alunos que apresentavam anomalias físicas. Somado a isso, ressaltaram que “além dos exercícios da mão esquerda, os alumnos praticam tambem a arte de representar os objectos, desenhando-os com algum desembaraço, manejando o lapis na sinistra com a mesma segurança e destreza da mão direita” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1927, p. 90).

Para os autores, os treinos contínuos desses exercícios bimanuais, beneficiariam os alunos no fortalecimento do conhecimento, habilidade e expressão.

Mas qual é sua relação com o Desenho e a Matemática? Eis algumas pistas!

A educação ambidextra entre nós, começa, no Jardim de Infancia, pelos traços elementares das representações graphics, pelo exercicio da apprehensão de objectos com a mão esquerda [...], sem auxilio de instrumentos os alumnos traçam livremente linhas curvas, rectas, mixtas, combinando-as na representação dos objectos simples, ora com a mão esquerda, ora com a mão direita, até conseguirem o exercicio simultâneo das duas. Traçam figuras geométricas com as duas mãos ao mesmo tempo e com os mesmos movimentos (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1927, p. 90).

Primeiro, verifica-se nesse fragmento uma interlocução da Ambidextria com o ensino do Desenho, visto que nos exercícios propostos pelos primeiros, utilizavam-se a “representação dos objectos simples, ora com a mão esquerda, ora com a mão direita, até conseguirem o exercicio simultâneo das duas” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1927, p. 90). Ou seja, havia representação de objetos simples (desenhos) como, por exemplo: animais (figura 4), flores (figuras 5 e 6), frutas (figura 7), símbolos nacionais (figura 8) e uma casa (figura 9).

**Figura 4:** Ambidextria - Desenho de Animal



**Fonte:** Revista de Educação, junho, 1927, p. 90.

**Figura 5:** Ambidextria - Desenho de Flores



**Fonte:** Revista de Educação, junho, 1927, p. 91.

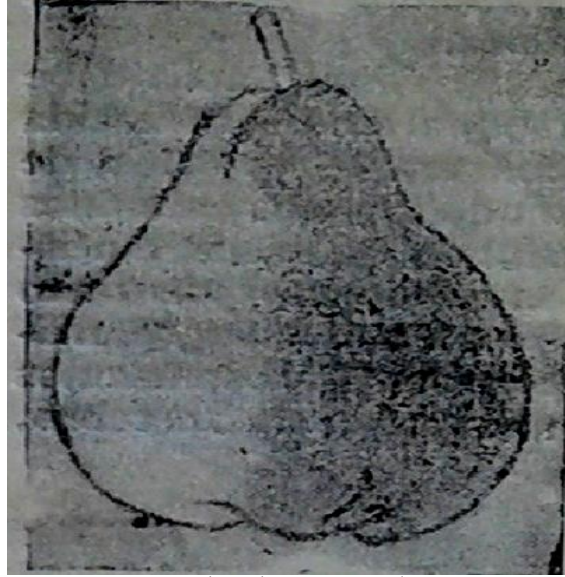
**Figura 6:** Ambidextria - Desenho de Flores



**Fonte:** Revista de Educação, junho, 1927, p. 92.



**Figura 7:** Ambidextria – Desenho de Frutas



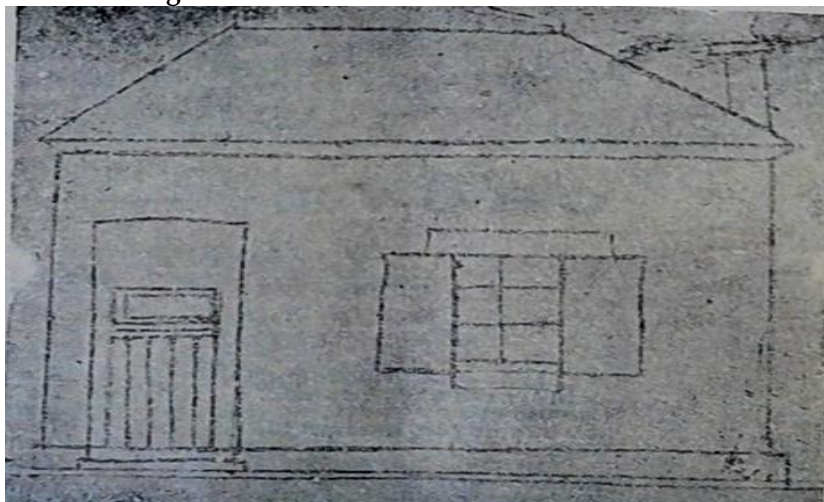
**Fonte:** Revista de Educação, junho, 1927, p. 91.

**Figura 8:** Ambidextria- Desenho de Símbolos Nacionais



**Fonte:** Revista de Educação, junho, 1927, p. 91.

**Figura 9:** Ambidextria – Desenho de uma Casa



**Fonte:** Revista de Educação, junho, 1927, p. 91.

Segundo, “sinaliza” ainda que para o desenvolvimento da Ambidextria, seria necessário um “diálogo” entre o ensino do Desenho e os Saberes Elementares Matemáticos (Geometria), como os próprios autores alegaram que “a educação ambidextra entre nós, começa, no Jardim de Infancia, pelos traços elementares das representações graphics [...]” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1927, p. 90). E que: “[...] os alumnos traçam livremente linhas curvas, rectas, mixtas, combinando-as na representação dos objectos simples [...] Traçam figuras geométricas com as duas mãos ao mesmo tempo e com os mesmos movimentos” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1927, p. 90).

Para subsidiar nossas argumentações e hipótese em torno de um provável “diálogo” entre a Ambidextria, Desenho e Matemática, citamos Valente (2015), quando elencou sobre os Saberes Elementares Matemáticos:

[...] Como se processam os movimentos e as dinâmicas de constituição dos saberes presentes nos primeiros anos escolares, em particular, da matemática? [...] Onde está presente a matemática nos anos iniciais escolares? Considerando as diversas rubricas do ensino primário, foi possível identificar que os saberes elementares matemáticos integram matérias como: desenho, aritmética, geometria, formas, trabalhos manuais, etc (VALENTE, 2015, p. 197).

Mesmo tendo identificado nesse artigo da *Revista de Educação (junho-1927)*, algumas características pertencentes à Ambidextria e sua interlocução com o Desenho e/ou Matemática, não podemos afirmar, se de fato essas proposições ambidextricas foram aplicadas no ensino primário das cidades aqui pesquisadas, ao menos pode contribuir nas investigações futuras sobre a relação da Ambidextria com os vários ramos do Saber Matemático (Desenho, Aritmética, Geometria, formas, Trabalhos Manuais) no Curso Primário baiano.

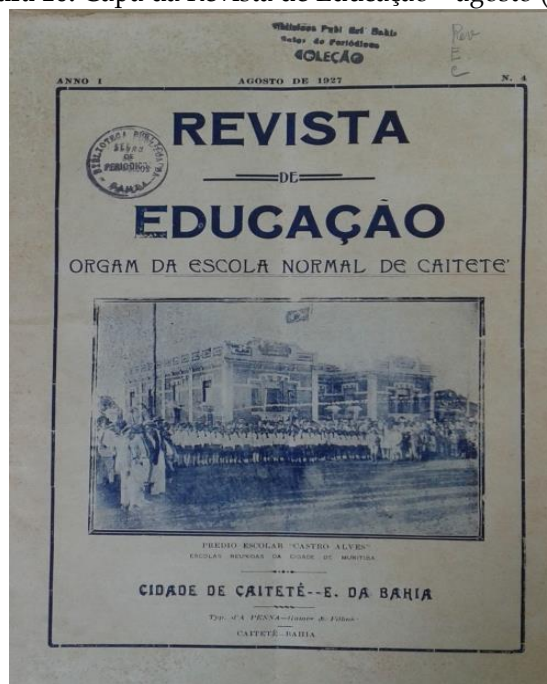
Outro aspecto que foi mencionado nessa revista e que merece destaque refere-se aos valores atribuídos ao Desenho infantil, principalmente quanto ao fortalecimento da espontaneidade, psicologia, mentalidade e associação com outras disciplinas:

[...] O Desenho Infantil tem uma analogia artistica bem caracterizada com o Desenho das epocas antigas, da arte prehistorica, e que a manifestação das ideas dos meninos, por meio da <representação do aspecto visual de um objecto>, recebe a actuação de circumstancia exteriores que influem no chamado

modelo interno. Temos observado que os alumnos, cujo treino da ambidextria é feito pelo desenho, não soffrem grandes perturbações na sua mentalidade momentânea e na marcha evolutiva da espontaneidade. O Desenho é uma actividade de applicação tão extensa [...] que pode associar-se a quase todas as disciplinas. Para a ambidextria, para a pratica de trabalhar com as duas mãos, não conhecemos melhor exercicio que o de desenhar [...]. A escripta não é um exercicio que desperta tanto os centros emotivos e de interesses, como é o Desenho [...] (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1927, p. 91).

Outro Exemplar catalogado, diz respeito à publicação da *Revista de Educação—Orgam da Escola Normal de Caitete*, agosto de 1927 (figura 10), onde identificamos um artigo intitulado: *O Segredo do Desenho*, sob a responsabilidade de Maria Constança P. Cardoso<sup>29</sup>.

**Figura 10:** Capa da Revista de Educação – agosto (1927)



**Fonte:** Revista de Educação, agosto, 1927.

Trata-se de um artigo breve, onde foi ressaltada a importância do Desenho e sua relação com Anatomia humana. Vejamos alguns pontos que consideramos pertinentes.

Foi aludido pela autora que o Desenho se tratava de:

[...] um elemento de educação geral, ao mesmo tempo que uma aquisição pratica, decisiva, de uma utilidade directa em todas as profissões. Esta arte contribue de um lado para a educação geral, exercendo a precisão do golpe de vista, formando a educação

<sup>29</sup> Não localizamos informações detalhadas sobre a autora.



esthetica; de outro lado, sendo o principio básico de todo ensino profissional (CARDOSO, 1927, p. 137).

Ao analisarmos esse fragmento, supomos que para Cardoso<sup>30</sup> (1927), o Desenho estaria atrelado a duas vertentes: a primeira ligada educação generalista, com enfoque no aspecto prático e estético e por outro lado sendo princípio básico para o ensino profissional.

E nesse cenário, estudos de Nascimento e Rubio (2014), apontaram que:

No início do século XX o ensino de arte (Desenho) se apresenta como preparação técnica para o trabalho e valoriza o traço, os contornos, e a repetição, Desenho de ornatos, cópias e Desenhos geométricos, visavam a vida profissional para trabalharem em fábricas e com serviços Artesanais (NASCIMENTO; RUBIO, 2014, p. 4).

Para Hanauer (2011), as representações artísticas, podem ser desencadeadas por:

[...] meio do Desenho, iniciadas nos primeiros anos de vida fazem parte de um processo de representação, onde a criança comunica e expressa seus pensamentos e sentimentos do mundo que a rodeia. O Desenho também envolve aspectos cognitivos e emotivos, na medida em que os traços dão forma ao pensamento que leva ao conhecimento e evoluem conforme a criança se desenvolve (HANAUER, 2011, p. 2-3).

Continuando suas ponderações sobre a relação do Desenho com a Arte, Cardoso (1927) salientou:

[...] para que os alumnos possam se utilizar dos principios básicos desta arte, torna-se mister, que esses principios lhes sejam mostrados e definidos. Se ignorarmos a fôrma, a posição dos ossos, de que è composta, por exemplo, a mão humana, certamente, muito difícil tornar-se-a o seu sombreamento. E de que necessitaremos, para distribuirmos com precisão o jogo de sombra e luz? Sem duvida alguma, de um estudo sobre Anatomia (CARDOSO, 1927, p. 137).

Verifica-se que para a autora, os princípios da forma e posição exerciam forte influência sobre o Desenho. E para reforçar o estudo da anatomia, a mesma afirmou que:

Miguel Angelo, o afamado pintor italiano, um dos maiores artistas conhecidos, que sempre distingui-se pela originalidade

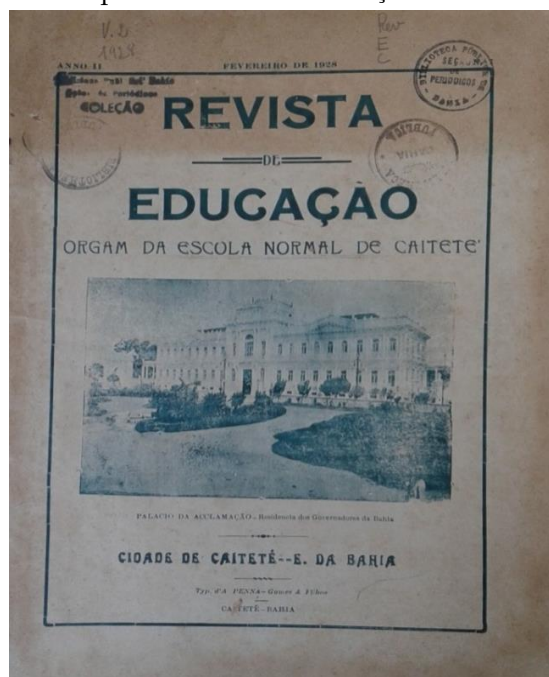
---

<sup>30</sup> Estamos nos referindo à Maria Constança P Cardoso, autora do artigo “O segredo do Desenho”, publicado na Revista de Educação-agosto de 1927.

de suas concepções, pela diversidade e caracter grandioso de suas obras, considerava a <Anatomia>, como o fundamento do Desenho (CARDOSO, 1927, p. 137).

O quarto periódico educacional que catalogamos e analisamos foi uma publicação de fevereiro (1928) da *Revista de Educação-Organ da Escola Normal de Caitete'* (figura 11), a qual trazia um artigo intitulado: *O Ensino do Desenho na Escola Primária*, de autoria dos redatores<sup>31</sup> da referida revista.

**Figura 11:** Capa da Revista de Educação - fevereiro (1928)



**Fonte:** Revista de Educação, fevereiro, 1928.

Segundo os autores, o ensino do Desenho tinha um lugar de destaque na técnica educativa:

O fim principal do ensino do Desenho é, talvez, proporcionar o desenvolvimento da faculdade de observação da criança, e, também, facilitar a tradução das suas concepções, representações por meio de traços dos objectos que já conhecem, etc. O Desenho é um meio de expressão; é u'a manifestação da actividade humana (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1928, p. 243).

Por essa passagem, os autores pontuaram que o ensino do Desenho proporcionava o desenvolvimento da faculdade de observação das crianças, favorecendo a interpretação das concepções e as representações dos objetos.

<sup>31</sup> São eles: Professores Alfredo José da Silva e Salvador da Rocha Passos, Professoras Dulce da Silva Araujo e Helena Lima.

Também salientaram que o Desenho era um meio de expressão e manifestação da atividade humana.

Esse fragmento nos aponta uma aproximação entre o Desenho e a Matemática (Geometria), quando afirmaram: “[...] e, também, facilitar a tradução das suas concepções, representações por meio de traços dos objectos que já conhecem [...]” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1928, p. 243).

Apesar de toda essa relevância do Desenho na educação, os autores afirmaram que: “Não é facil ensinar Desenho ás crianças, principalmente na segunda infancia, quando a sua actividade creadora começa a se desenvolver e adquire cada vez mais a feição de ordem” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1928, p. 243).

Na continuidade do artigo, os idealizadores expuseram mais uma vez a importância do Desenho para as crianças.

Por meio do Desenho a excitação dos centros mentaes se faz com regular predominancia, a faculdade de escolher e a perspicacia sobresaem na trama das impressões externas [...] as crianças se familiarizam com os objetos e com as formas geometricas, definindo-os pelos traços e no rigor das expressões (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1928, p. 243).

Este fragmento revelou outros benefícios que o ensino do Desenho poderia proporcionar as crianças, principalmente no desenvolvimento dos centros mentais, na capacidade de escolha, nas perspicácias com as questões ligadas as impressões externas.

Desse modo, verificamos que o Desenho poderia ser articulado com a Matemática (Geometria), favorecendo assim sua compreensão. Isso se justifica porque de acordo com o artigo, “[...] as crianças se familiarizam com os objetos e com as formas geometricas, definindo-os pelos traços e no rigor das expressões” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1928, p. 243).

Outro aspecto que nos chamou atenção no artigo, foi a veiculação do Desenho infantil com as fases do desenvolvimento mental das crianças, que de acordo com os autores,

pelo Desenho infantil conhecemos as varias phases do desenvolvimento mental das creanças. De accordo com

Kerschenteiner<sup>32</sup>, a primeira phase é a do <schema>, porque o menino só desenha as qualidades ideaes. Mas nesta phase a criança vae modificando grativamente os detalhes, as qualidades, formas vão sendo representadas pela continuidade das linhas até a penetração total na phase da < silhueta>. A mais importante phase é a do < sentimento>, quando a criança tem compreensão mais ou menos firme da forma e dos detalhes. Cultivar na criança o sentimento da expressão por meio do graphico, elevar a imaginação á conquista de syntheses de detalhes, coordenar as observações, etc. Deve ser o trabalho do professor que, de accordo com os principios da moderna pedagogia, recolha na sua escola todos os elementos para as experimentações da intelligencia infantil (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1928, p. 243).

Assim, os autores defenderam que o método do pedagogo alemão Kerschenteiner no que se refere às fases do desenvolvimento mental das crianças, possuíam uma estreita relação com o ensino do Desenho infantil e que se estabeleciam mediante fases as quais seriam: Do esquema, silueta e sentimento. A primeira fase (schema) estava relacionada com as qualidades ideais e o avanço gradativo dos detalhes. A segunda fase (silhueta) representava a continuidade das linhas e a terceira (sentimento), indicando que a criança compreendeu mais ou menos a forma e os detalhes. Por fim, ressaltaram que de acordo com a pedagógica moderna o trabalho do professor favorecia a recolha dos elementos para as experimentações da inteligência infantil.

Ao finalizar o referido artigo, os autores expressaram a relevância do Desenho com os demais conhecimentos e o papel do professor nesse processo de aproximação como podemos verificar a seguir.

As relações que o Desenho tem com os demais conhecimentos e o importante papel que elle representa na educação, merecem o carinho dos professores e um estudo cuidadoso das vantagens que advêm ao educando. No Desenho o menino pode exaggerar as expressões, augmentar ou diminuir os detalhes, mas não pode

---

<sup>32</sup>“Georg Michael Kerschenteiner viveu de 29/07/1854 a 15/01/1932. Ele era um educador alemão e fundador da escola de trabalho (precursor da escola profissional de hoje). Kerschenteiner foi o primeiro professor da escola primária, depois professor sênior no ensino médio, professor posterior em Munique. Kerschenteiner introduziu a educação manual (workshop), promoveu a educação científica e a educação artística e transferiu a educação de caráter para o foco da educação escolar. Ele foi um grande concorrente para auto-avaliação. Ao fazê-lo, os alunos devem se julgar e assumir a responsabilidade e construir seu caráter”. Disponível em: <https://schule-kersche.hamburg.de/georg-kerschenteiner/>. Acesso em 09/02/2018.

mentir, rigosamente, ás imagens que se representam na sua t ela mental (REVISTA DE EDUCAÇAO, 1928, p. 243).

As análises produzidas nesta se o, a partir de algumas *Revistas de Educa o-Orgam da Escola Normal de Caiteté*, nos permitiram compreender mesmo ainda de forma superficial as discussões que giravam em torno do ambiente educacional baiano na década de 1920, em particular nos anos de 1927 (janeiro, junho e agosto) e 1928 (fevereiro).

Tais periódicos educacionais versaram sobre os mais diversos temas, dentre os quais destacamos, respectivamente: *O Ensino das Mathematicas Elementares*; *Ambidextria*; *O Segredo do Desenho* e *O Ensino do Desenho na Escola Primária*.

Em rela o ao artigo *O Ensino das Mathematicas Elementares* (J. Teixeira), verificamos que para o autor, a sequência continuada e articulada do ensino da Matemática Elementar proporcionaria uma interlocu o entre os fatos reais, opera es e teorias, possibilitando dessa forma a união e o agrupamento perfeito dos conteúdos ensinados nessa matéria escolar.

Foi possível identificarmos as características de um *mão ensino*, que de acordo com o autor, *enchiam de tropeços e heterogeneidade* os conhecimentos dos alunos. Vimos ainda superficialmente temas tais como: ensino atual, as necessidades da vida prática, orienta o pedagógica e a Matemática especulativa.

Identificamos alguns traços dos propósitos da escola na forma o das crianças e nos conhecimentos superiores.

Especificamente neste artigo, não identificamos nenhuma men o em rela o ao ensino do Desenho no contexto da Matemática Elementar, assim não foi possível qualquer tipo de discussão nessa perspectiva. Contudo as análises desse artigo foram importantes visto que nos proporcionaram uma breve descri o da rela o e/ou distanciamento entre o ensino da Matemática Elementar e as necessidades da vida prática.

No segundo artigo aqui averiguado, intitulado *Ambidextria*, de autoria desconhecida, foi possível identificar as características dos trabalhos de duas mãos e sua rela o com o ensino do Desenho. Também suas aproxima es com

os Trabalhos Manuais, treinos, exercícios e outras compreensões acerca do contexto educacional do período.

Vimos que o ensino do Desenho e os Trabalhos Manuais possibilitaram o desenvolvimento das aptidões da mão esquerda e em consequência, isso permitiria o desaparecimento dos privilégios da mão direita. Ademais, os *exercícios bimanuais*<sup>33</sup> favoreceriam o desenvolvimento dos centros físicos inferiores e superiores, essencialmente, nos alunos que porventura, tivessem algum tipo de anomalia.

Ao analisamos o referido artigo, surgiu uma inquietação: Qual foi a relação da Ambidextria com o Desenho e a Matemática? Para identificar tal “diálogo”, direcionamos nossas atenções em uma passagem a qual afirmava que a *Ambidextria*, poderia ser iniciada pelos traços elementares das representações gráficas e pelas construções de figuras geométricas com as duas mãos. Estaria aí o indício de sua articulação com a Matemática (Geometria).

Restava uma comprovação de sua relação com o Desenho. Os autores aludiram que a educação ambidextra, dava-se pelas representações de objetos simples<sup>34</sup> tais como: animais, flores, frutas, símbolos nacionais e casas.

Colaborando com essas ponderações, identificamos em um fragmento uma afirmação que comprovou fortemente a relação de aproximação entre a Ambidextria, Desenho e Matemática (Geometria), onde estava exposto que os alunos poderiam traçar livremente linhas curvas, retas, mistas, combinando-as com as representações de objetos simples.

O terceiro artigo que analisamos foi *O segredo do Desenho* (Maria Constança P. Cardoso), onde a autora versou sobre a relevância do Desenho e sua relação com a Anatomia Humana.

Na oportunidade Cardoso (1927), divulgou que o ensino do Desenho estava vinculado a duas vertentes, sendo a primeira ligada à educação generalista, com enfoque no aspecto prático e estético e por outro lado sendo princípio básico para o ensino profissional.

---

<sup>33</sup> Corresponde a Ambidextria.

<sup>34</sup> Esses objetos simples foram demonstrados nesta seção nas páginas 37-39.

Por fim, o último periódico versou sobre o *Ensino do Desenho na Escola Primária* (redatores), também nos apontou indícios de aproximação entre o Desenho e a Matemática, sinalizando firmemente que a finalidade do ensino do Desenho estava em oportunizar o desenvolvimento da observação, concepções e representações por intermédio de traços dos objetos que já conheciam.

Enfim, esses periódicos educacionais contribuíram com fortes indicativos que o ensino do Desenho estava sendo intercalado com a Ambidextria, Matemática (Geometria).

Dando prosseguimento as investigações aqui estruturadas, iniciaremos a seguir uma análise especificamente sobre a Instrução Pública baiana, as reformas educacionais da Bahia, o ensino no Brasil na década de 1930, Lei Orgânica do ensino primário e a criação do Departamento Municipal de Educação de Vitória da Conquista-BA.

## CAPÍTULO 2: A INSTRUÇÃO PÚBLICA BAIANA, AS REFORMAS EDUCACIONAIS E A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

### 2.1 A INSTRUÇÃO PÚBLICA BAIANA

Por ocasião da abertura da 2ª reunião ordinária da 18ª legislatura, o governador Dr. Francisco Marques de Góes Calmon<sup>35</sup>, em 7 de abril de 1926, apresentou a Assembleia Geral Legislativa, os principais pontos sobre a administração do Estado, em particular sobre a Instrução Pública. Ponderou que o ensino público no ano de 1925, seria para Bahia “lento mais seguro resurgimento” (BAHIA, Mensagem...1926, p. 34). Garantiu sua restauração por intermédio de medidas empreendidas pelo seu governo e que para isso seria necessária uma reforma nas suas próprias leis.

O então diretor geral da Instrução Pública, Anísio Spínola Teixeira se destacou pelo seu empenho a favor da regulamentação da Lei n. 1.846<sup>36</sup> de 14 de agosto de 1925 e o Decreto n. 4.312<sup>37</sup> de 30 de dezembro de 1925.

Em dezembro de 1925, o governo da Bahia publicou o regulamento do Ensino Primário e no ano de 1926, se iniciou com a entrada em execução da reforma legislativa do serviço baiano de ensino. O fato desta reforma não ter sido aplicada no ano corrente (1925), se justificou porque o projeto de reforma do ensino foi transformado em lei, apenas no meio do período letivo, “um pouco depois do primeiro semestre do anno findo” (BAHIA, Mensagem..., 1926, p. 34) assim, o governo foi obrigado a aplicá-lo no próximo ano (1926), pois seria início

---

<sup>35</sup> “Francisco Marques de Góes Calmon, banqueiro, advogado e ex-governador da Bahia, nasceu em Salvador, no dia 6 de novembro de 1874, sendo seus pais o almirante e chefe político Antônio Calmon Du Pin e Almeida e Maria dos Prazeres da Cunha Góes[...]”. Disponível em: <http://ilustresdabahia.blogspot.com.br/2014/02/157-francisco-marques-de-goes-calmon.html> Acesso em 09/02/2018.

<sup>36</sup> “Refere-se à lei que reformou a instrução pública da Bahia em 14 de agosto de 1925” (BAHIA, 1925, p. 177). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/134871>. Acesso em 15/03/2017.

<sup>37</sup> Trata-se do decreto que aprovou o Regulamento do Ensino Primário e Normal em 1925. (Refere-se à Lei n. 1.846, de 14 de agosto de 1925). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/134871>. Acesso em 16/03/2017.



do novo ano escolar.

Em 1926, Góes Calmon argumentou sobre a especificidade do ensino popular, afirmou que “era exclusivamente urbano, com o curso, chamado complementar, afastado de qualquer cogitação técnica ou profissional, dando á nossa escola primaria a feição meramente literária[...]” (BAHIA, Mensagem..., 1926, p. 34).

E também que a execução do “plano de ensino corria parêlhas com seus defeitos. Imprecisa, mecanizada, privada de elementos essenciais para a sua eficiência, a escola primaria baiana pedia reforma imediata de plano, de método e de programma” (BAHIA, Mensagem..., 1926, p. 35).

O governo de Calmon desejava instituir uma reorganização da Instrução Pública no Ensino Primário baiano, por considerar que a mesma era defeituosa, imprecisa, mecanizada e privada de características essenciais para sua eficiência, necessitando assim, de uma urgência em um plano, método e programa que uniformizasse o Ensino Primário da Bahia.

As mudanças realizadas pelo então governo, alcançaram também a formação do baiano quando sinalizou que seria baseada na Escola Elementar<sup>38</sup> urbana e rural, sendo continuada quando possível pela Escola Primária Superior<sup>39</sup>, a qual tinha como atribuição a aliança entre a cultura geral, cultura técnica e cultura profissional.

O Ensino Primário Estadual baiano, em 1925, contava com

[...] 630 escolas primarias elementares, das quaes estão effectivamente preenchidas 594 e interinamente 15. Ao todo funcionaram 609 escolas. Em 1924 funcionaram 602. A matricula ascendeu a 26.566 em 1925, enquanto em 1924 não foi além de 24.587. A frequencia media foi de 15.394, e em 1924 de 14.609. [...] (BAHIA, Mensagem..., 1926, p. 40).

A despeito das matrículas, em 1924, o Estado baiano tinha 24.587, já em 1925, ocorreu uma ascensão para 26.566, ou seja, um acréscimo de 1979 matrículas. A frequência média em 1924 foi de 14.609, enquanto no ano seguinte,

---

<sup>38</sup> Segundo Zotti (2006, p. 1), “[...] escola considerada a base sobre a qual se erguem os demais graus de ensino que constituem a estrutura da educação escolarizada”.

<sup>39</sup> Trata-se “de uma educação ministrada na Escola Primária elementar e provimento de instrução especial adequada às futuras ocupações dos escolares” (BAHIA, 1925, p. 197).

registraram-se 15.394, aumento de 785 matrículas.

Entre os anos de 1924 e 1925 (quadros 5 e 6), ocorreu um período de ascensão na quantidade de escolas, matrículas gerais e média de frequência, como podemos verificar:

**Quadro 5:** Fragmento - circunscrições

<b>1º Circunscrição</b>			
Ano	Escolas	Matrícula Geral	Frequência Média
1924	133	5873	3.941,9
1925	137	6.103	4.601,3
<b>2º Circunscrição</b>			
Ano	Escolas	Matrícula Geral	Frequência Média
1924	31	1.447	910,2
1925	31	1.441	1.012,3
<b>3º Circunscrição - Continuação quadro 2</b>			
Ano	Escolas	Matrícula Geral	Frequência Média
1924	43	2.008	1.208,0
1925	47	1.823	1.400,0
<b>4º Circunscrição</b>			
Ano	Escolas	Matrícula Geral	Frequência Média
1924	88	4.007	2.252,0
1925	87	3.930	2748,8

Fonte: BAHIA, Mensagem..., 1926, p. 41.

**Quadro 6:** Fragmento - Total de Matrículas e Frequências

<b>10º Circunscrição</b>			
Ano	Escolas	Matrícula Geral	Frequência Média
1924	44	1.907	1.268,4
1925	43	2.317	1.542,3
<b>11º Circunscrição</b>			
Ano	Escolas	Matrícula Geral	Frequência Média
1924	17	740	525,0
1925	17	728	583,0
<b>12º Circunscrição</b>			
Ano	Escolas	Matrícula Geral	Frequência Média
1924	73	3.040	2.175
1925	76	3.035	2.416,6
Total da Matrícula.....			26.137
Total de Frequência.....			19.662,9

Fonte: BAHIA, Mensagem..., 1926, p. 42.

Uma das mudanças empreendidas pela Lei n. 1.846, de 14 de agosto de 1925, referiu-se à unificação do ensino<sup>40</sup> sob o controle do Estado. Assim, em 18

<sup>40</sup> Refere-se à unificação do serviço escolar estadual e municipal, proclamada pela Lei n. 1.846 de

de dezembro do referido ano, o Diretor da Instrução Pública (Anísio Teixeira), emitiu uma extensa carta a todos os intendentes do Estado, o qual explanou sobre as causas necessárias para centralização do serviço escolar estadual, ressaltando que a referida reforma se dava “um sentido uniforme e adaptado às condições de nossa terra, bem como organização técnica, retirou dos municípios a imediata administração do ensino, para confial-a ao Estado” (BAHIA, Mensagem..., 1926, p. 44).

Anísio Teixeira pontuou sobre a gravidade do problema educacional:

A gravidade do problema educacional em um país jovem, em período de franca evolução formadora, os progressos da pedagogia transformando o Ensino Primário em um serviço eminentemente técnico, a necessidade, repetimos, de uniformizar, não sómente na letra da lei, mas na sua execução, o sentido da escola primária, cujas funções na formação do carácter nacional deverão crescer á medida que o serviço escolar ganhe em eficiência [...] (BAHIA, Mensagem..., 1926, p. 45).

Segundo Anísio Teixeira, a espinha dorsal desta reforma, estaria nos Artigos 65, 113 e 114, os quais iremos falar sobre.

De acordo com o Art. 65 da Lei n. 1.846 (1925),

a escola primária será sobretudo educativa buscando exercitar nos meninos os hábitos de observação e raciocínio, despertando-lhes o interesse pelos ideais e conquistas da humanidade ministrando-lhes noções rudimentares de literatura e história pátria, fazendo-os manejar a língua portuguesa como instrumento de pensamento, e da expressão: guiando-lhes as actividades naturais dos olhos e das mãos mediante formas adequadas de trabalhos práticos e manuais, cuidando, finalmente do seu desenvolvimento físico com exercícios e jogos organizados e o conhecimento das regras elementares de higiene, procurando sempre não esquecer a terra e o meio a que a escola deseja servir utilizando-se o professor de todos os recursos para adaptar o ensino ás particularidades da região e do ambiente bahiano (BAHIA, 1925, p. 190).

Também ficou posto no Art. 65, a função educativa atribuída à Escola Primária. Orientando os meninos para observação e raciocínio, colaborando no empenho na obtenção de conhecimentos referentes às noções rudimentares de Literatura, História Pátria e Língua Portuguesa. Fortalecendo os trabalhos

práticos e manuais. Por fim, alcançando um pleno desenvolvimento físico e higiênico.

É importante enfatizar a proeminência atribuída às questões da terra e das particularidades que cada região possuía, exigindo da educação primária adaptações ao ambiente baiano.

No Art. 113, ficaram deliberados as especificidades das Escolas Primárias Superiores, afirmando que as referidas escolas foram divididas em masculinas e femininas, e tinham como objetivo o desenvolvimento da educação ministrada na Escola Primária Elementar e deveriam servir de instrução especial e adequada para as futuras ocupações dos educandos.

As escolas primarias superiores divididas em masculinas e femininas têm por objetivo o desenvolvimento da educação ministrada na escola primaria elementar e provimento de instrucção especial adequada as futuras occupações dos escolares (BAHIA, 1925, p. 197).

O Art. 114 versou que as escolas primárias superiores, deveriam ser organizadas em um período de três anos, com a proeminência da Língua Vernácula<sup>41</sup>, Matemática Elementar, noções de Geografia e História do Brasil e da Bahia, noções de Ciências Físicas e Naturais, Higiene, Desenho Profissional, Trabalhos Manuais e o Ensino Técnico Profissional.

O Curso primario superior será de três annos e comprehendera o ensino de lingua vernacula, mathematica elementar, noções de geographia e historia especialmente do Brasil e da Bahia, noções de sciencias physicas e naturaes e hygiene, Desenho sobretudo profissional, trabalhos manuaes e o ensino technico e profissional (BAHIA, 1925, p. 197).

A colaboração pretendida por Anísio Teixeira, para unificação do serviço escolar estadual e municipal, contava com o apoio irrestrito dos municípios através dos seus intendentess “E’ necessario collaboreis na mais estreira harmonia com esta Directoria, afim de que a transferência do serviço escolar municipal para o Estado, se effective dentro nos planos da lei [...]” (BAHIA, Mensagem..., 1926,

---

<sup>41</sup> “Vernáculo é o nome que se dá ao idioma próprio de um país, de uma nação ou região; é a língua nacional. Vernáculo é utilizado sempre para designar o idioma puro, utilizado tanto no falar, como no escrever; sem utilizar palavras de idiomas estrangeiros”. Disponível em: <https://www.significados.com.br/vernaculo/>. Acesso em 18/04/2017.

p. 45). Prevendo isso, cria o conselho escolar do município o qual deveria “expressir com eficiencia essa collaboração que desejamos entusiastica e a que o Governo dará sempre um acolhimento, em especial benevolente” (BAHIA, Mensagem...,1926, p. 45).

O Estado buscou o controle sobre a Instrução Pública, bem como, cobrou a participação e harmonia dos representantes municipais, afim de que segundo Anísio, alcançaria o expressivo melhoramento do serviço escolar baiano.

O inspetor geral da Instrução Pública<sup>42</sup> acreditou que daria os primeiros direcionamentos para a reorganização do serviço escolar baiano, utilizando para tanto, informações detalhadas sobre as escolas criadas e mantidas pelos municípios, relação dos nomes dos professores, quantidade de escolas elementares, relação de vilas e arraiais, população e suas atividades laborais, descrições dos prédios escolares (estrutura física) e por fim, despesas com pessoal e material. Desse modo, faziam-se necessárias uma série de medidas, a saber:

1- relação das escolas criadas e mantidas pelos municípios, com sua respectiva categoria, inclusas as escolas por elles subvencionadas; 2- nomes dos regentes actuais das escolas, estado civil, annos de serviço que contam, como e quando foram providos nos cargos; 3-numero das escolas elementares, a sua localização, distancia e meios de comunicação entre ellas e as demais que existem na localidade, juntando, si for possível, planta ou croquis<sup>43</sup> das mesmas; 4-listas das villas e arraiaes que não possuem escolas elementares mantidas pelo município; sua importância, distancia que os separa da sede, necessidade ou não de se criarem nos mesmos escolas elementares; 5-população e superficie presumíveis do município, actividade a que se entrega sua população, principalmente a rural; meios de comunicação que o ligam a esta capital; 6-descrição dos prédios destinados ás escolas, o preço dos seus alugueis; 7-despesas com a instrucção publica, distinguindo para cada escola a parte pessoal e a material (BAHIA, Mensagem..., 1926, p. 46).

Através dessas informações, esperava-se a unificação dos serviços de ensino da Bahia de acordo com a Lei n. 1.846 de 1925.

---

<sup>42</sup> Estamos nos referindo a Anísio Spínola Teixeira.

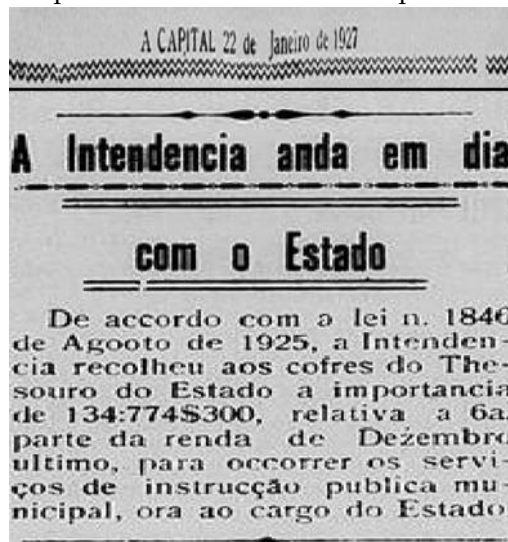
<sup>43</sup>“Primeiro esboço de um projeto arquitetônico. Um croquis (palavra francesa eventualmente aportuguesada como croqui ou traduzida como esboço ou rascunho) costuma se caracterizar como um desenho de arquitetura, moda ou um esboço qualquer [...]portanto, não exige grande precisão, refinamento gráfico ou mesmo cuidados com sua preservação, diferente de desenhos finalizados”. Disponível em: <http://www.colegiodearquitetos.com.br/dicionario/2009/02/o-que-e-croqui/>. Acesso em 09/02/2018.

Em resposta aos requerimentos exigidos pelo inspetor geral de Instrução Pública, o município de Salvador, sendo representado pelo seu intendente, o engenheiro civil Joaquim Wanderley de Araujo Pinto, fez saber:

aos vinte e um dias do mez de Janeiro de mil novecentos e vinte e seis, na directoria Geral da Instrucção, presentes o Bacharel Anisio Spinola Teixeira[...], representando o Governo do Estado,[...] e o Engenheiro Civil, Joaquim Wanderley de Araujo Pinho, intendente do municipio da capital, cidade do Salvador,[...], foi declarado que o Governo do Estado e o Governo Municipal estavam de inteiro accordo para o cumprimento do disposto na lei n. 1.846, de 14 de Agosto de 1925, sobre a transferencia do ensino municipal para o Estado[...] (BAHIA, Mensagem..., 1926, p. 47).

Tal compromisso se fez cumprir cobrando do município de Salvador “a quota da receita mensal attribuida á instrucção publica” (BAHIA, Mensagem..., 1926, p. 46), acordo, sendo divulgado, no jornal “A CAPITAL<sup>44</sup>” (figura 12), com publicação em 22 de janeiro de 1927, ou seja, após um ano do referido acordo.

**Figura 12:** Repasses Financeiros do município de Salvador-BA



**Fonte:** Jornal A CAPITAL, Anno I, nº 97 – 22 de janeiro de 1927

Para que o acordo fosse efetivado, seria necessário que o município de Salvador, transferisse o serviço do ensino o qual passaria a ser dirigido e fiscalizado pelo governo do Estado. O serviço do ensino era compreendido pelas “as escolas elementares primarias creadas por leis municipaes em numero de

<sup>44</sup> Jornal com circulação em Salvador. Publicação em 22 de janeiro de 1927, propriedade de Vianna Sampaio & CIA. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/721050/708>. Acesso em 17/03/2017.

cento e setenta (170), inclusive as do Grupo Escolar, além de seis (6) escolas noturnas” (BAHIA, Mensagem..., 1926, p. 47).

O município da capital<sup>45</sup>, também deveria dispor de uma relação completa das escolas que estavam efetivamente providas, parcialmente ou as que possuíam vagas. Os seus mobiliários escolares, material didático e todos os acessórios do aparelhamento, seriam inventariados por funcionários indicados pelo diretor geral da instrução e o intendente.

Do mesmo modo, seria “transferido ao Estado o uso e gozo dos edifícios de propriedade do município em que estão installadas as escolas [...] ficando o Estado responsável pela sua conservação e pela restituição em bom estado (BAHIA, Mensagem..., 1926, p. 48).

Em se tratando dos professores, os mesmos seriam transferidos para jurisdição estadual, mantendo-se os seus direitos anteriormente adquiridos. As nomeações, remoções, permutas e acessos de professores municipais às escolas transferidas, deveriam seguir a Lei Estadual, como também questões relativas à aposentadoria, estas custeadas pelo governo do Estado.

#### Quanto às despesas

[...] com a instituição primaria municipal relativa aos vencimentos do professorado e locação escolar, passa a ser paga pelo Thesouro do Estado, mediante attestados de exercicio do magistério concedidos pelas autoridades do Estado, observadas todas as formalidades e exigencia regulamentares e respeito, [...] (BAHIA, Mensagem..., 1926, p. 47).

As mais diversas condições foram requeridas pelo governo do Estado para superintender a unificação do serviço de ensino. Versavam sobre as contribuições para o Monte-Pio<sup>46</sup>, as quais deveriam ser deduzidas dos vencimentos dos professores pelo tesouro do Estado; direito de localizar as escolas transferidas de acordo com as necessidades do ensino; receber do município de Salvador as verbas para custear a Instrução Pública primária e, por conseguinte, o acordo firmado entre o município de Salvador e o governo baiano, deveria ser aprovado

---

<sup>45</sup> Estamos tratando do município de Salvador.

<sup>46</sup> “Instituição em que cada sócio, pagando mensalmente uma quantia, adquire direitos como o de subsídio em caso de doença e o de deixar pensão após a morte para sua família. A pensão paga por essa instituição”. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/montepio/>. Acesso em 09/02/2018.

mediante consentimento do conselho escolar municipal.

Em 7 de abril de 1927, o Governador Dr. Francisco Marques de Goés Calmon, por ocasião da abertura da 1ª reunião ordinária da 19ª legislatura, apresentou a Assembleia Geral Legislativa da Bahia, o relatório sobre as informações referentes à Secretaria do Interior, Justiça, Instrução Pública e outros. Referendou sobre os primeiros progressos da reforma do ensino (Lei n. 1.846/1925), citando que as providências da unificação de todo serviço escolar estavam cumpridas.

O Ensino Primário a cargo dos municípios foi evocado pelo Estado sem dificuldade [...] A natural perturbação do primeiro momento de transferencia, de tal ordem, poderia causar abalo mais profundo. Graças, entretanto, á boa vontade e intelligencia de quase todos os governos municipaes, verificou-se uma transferencia cheia de êxito (BAHIA, Mensagem..., 1926, p. 47).

O relatório apresentado à Assembleia Legislativa em 1927, afirmou que

todo o ensino prosperou. As matriculas subiram. Ascenderam as frequências. Multiplicaram-se as instituições auxiliares do ensino. Enfim, houve, por toda parte, um revigoroamento geral do serviço e por parte dos professores um salutar entusiasmo (BAHIA, Mensagem..., 1927, p. 68).

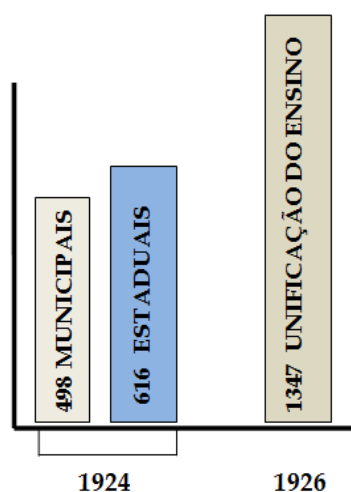
Estabelecendo uma relação com a citação acima, produzimos uma análise por intermédio dos gráficos que foram apresentados no relatório<sup>47</sup> (gráfico 1), em relação às escolas providas entre os anos de 1924 e 1926, verificamos que ocorreu um acréscimo de 233<sup>48</sup> escolas em 1926.

---

<sup>47</sup>Estamos tratando do Relatório apresentado pelo governador Góes Calmon, por ocasião da abertura da 1ª reunião ordinária da 19ª legislatura, de 7 de abril de 1927.

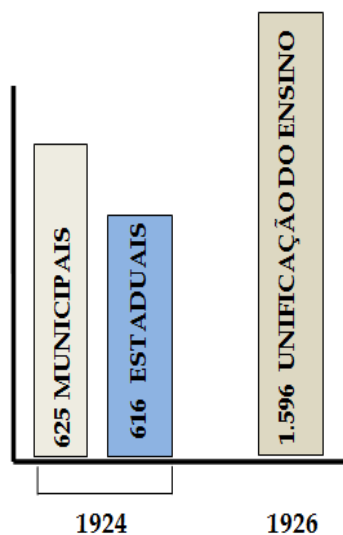
<sup>48</sup> Fizemos uma subtração entre os valores de 1926 e 1924, então obtemos o valor de 233 escolas.



**Gráfico 1:** Escolas Providas em 1924-1925

Fonte: BAHIA, Mensagem..., 1927, p. 68.

Quanto ao número de professores e adjuntos entre 1924 e 1926, a diferença entre ambos alcançou 355 professores<sup>49</sup>, após a unificação do ensino, como podemos verificar no gráfico (2) a seguir.

**Gráfico 2:** Número dos Professores e Adjuntos em 1924-1926

Fonte: BAHIA, Mensagem..., 1927, p. 69.

É importante frisar que os dados estatísticos contidos nos gráficos (1 e 2), idealizados pelo governo baiano, não possuíam informações sobre os nomes das escolas, total de alunos em cada instituição, turno, matrículas, desistências e

<sup>49</sup> Fizemos uma subtração entre os valores de 1926 e 1924, chegando ao valor de 355 professores.

dentre outros. Citaram especificamente o quantitativo, em vista disso, nossas investigações neste aspecto ficaram sucintas.

Para o governo baiano, o desenvolvimento do serviço de ensino em 1926, merecia uma análise em torno da ordem pedagógica e técnica, que foram obtidas pelas escolas, alertou sobre “o esforço pela renovação dos processos escolares, pela integração da escola na vida corrente e pela sua maior eficiência, tem sido a preocupação persistente dos que trabalham na instrução pública” (BAHIA, Mensagem..., 1927, p. 72).

O empreendimento e a compreensão do serviço de ensino, de acordo com o governo de Góes Calmon, se dariam na preeminência do Ensino Público pautado na valorização do brasileiro, criando condições para suas profundas adaptações ao solo e a vida nacional.

Destacamos uma argumentação defendida pelo governo de Calmon, nos relatórios apresentados à Assembleia Legislativa em 1927, referindo-se a modernização do ensino:

O que se está chamando de modernização do ensino, de transformação escolar-porque o termo de reforma já é considerado inexpressivo para grande revolução que se desejará sempre uma tentativa audaciosa e arriscada, senão a compreendermos com imensa prudência. Precisamos não confundir as graves inquietações da vida moderna, como um período estável de civilização, mas como um momento de transição [...]. Assim fujamos de imprimir ao serviço de educação esse traço inquieto da vida actual, para que a influencia que exercemos sobre a geração infantil, não venha ganhar a instabilidade e a variabilidade do minuto revolucionário [...] (BAHIA, Mensagem..., 1927, p. 73).

Desse modo, inferimos que para o governo baiano desse período, a modernização do ensino estaria atrelada ao “esforço pela renovação dos processos escolares, pela integração da escola na vida corrente e pela sua maior eficiência [...]” (BAHIA, Mensagem, 1927, p. 72).

Com o objetivo de discutir sobre “ação modernizadora do serviço escolar” (BAHIA, Mensagem..., 1927, p. 73 -74), o governo da Bahia promoveu em 1927, os chamados Cursos de Férias <sup>50</sup>para o professorado estando presente mais de

---

<sup>50</sup>Refere-se aos cursos “destinados a facilitarem a adaptação do professorado às modernas e justas exigências de reforma da escola pública, o curso de 1927” (BAHIA, Mensagem..., 1927, p. 74).

“trezentos professores do município da capital” (BAHIA, Mensagem..., 1927, p. 74). O curso teve como pretensão

[...] facilitar a adaptação do professorado às modernas e justas exigências de reforma da escola pública, obedeceu aos seguintes pontos essenciais de programma: orientação moderna do Ensino Primário; finalidade e correlação entre suas diversas disciplinas; orientação profissional pela escola; a saúde e hygiene na escola; pedologia (BAHIA, Mensagem..., 1927, p. 74).

Aconteceram várias palestras<sup>51</sup> (figura 13) que trataram sobre os Saberes Elementares Matemáticos na Escola Primária, dentre elas: *o Ensino do Desenho na Escola Primária* ministrada pelo professor Arthur Mendes Aguiar<sup>52</sup>, *o Ensino de Matemática na Escola Primária*, ministrada pela professora Julia Leitão<sup>53</sup> e *Trabalhos Manuais na Escola primária*, sob a responsabilidade da professora Alzira de Assis<sup>54</sup>.

**Figura 13:** Curso de Férias - 1927



Fonte: Revista de Educação, 1927, p. 44.

Na palestra intitulada, *O Ensino do Desenho na Escola Primária*, o professor Arthur Mendes de Aguiar, advertiu sobre a importância do aperfeiçoamento humano como pré-requisito para ascensão na escola de seleção:

<sup>51</sup>Não será objeto de investigação a palestra proferida pela professora Alzira de Assis, sobre os *Trabalhos Manuais na Escola Primária*.

<sup>52</sup>“Arthur Mendes de Aguiar, lente catedrático efetivo da Escola Normal da Capital, foi nomeado Diretor da Escola Normal de Feira de Santana em 1927[...]” (D’ESQUIVEL, 2015, p. 84).

<sup>53</sup>“Julia Leitão, professora primária [...] Ministra conferência sobre o ensino de aritmética e geometria no curso de férias” (D’ESQUIVEL, 2015, p. 85).

<sup>54</sup> Não foram encontradas informações sobre a professora Alzira de Assis.

Nunca será demais repetir, como um lemma que se prende mesmo á propria essência da natureza humana, que o homem é não susceptível de aperfeiçoamento como esse aperfeiçoamento aparece como uma necessidade imperiosa, numa verdadeira ancia de melhorar, numa evidente lucta pelos postos da vanguarda, pela victoria na concorrência dos valores e pela ascendencia na escala da selecção (AGUIAR, 1927, p. 26).

Afirmou que o Desenho Linear era uma arte de representar linhas traçadas, projecções e imitações de sombras das superfícies dos corpos, dessa maneira,

o desenho é a arte de representar por meio de linhas traçadas sobre superfícies, os contornos verdadeiros (projecções) ou apparentes (perspectiva) dos corpos reaes ou fictícios. Essa definição convem propriamente ao desenho linear, que se pode tomar desenho de sombra se imitarmos, pela applicação de tintas mais ou menos carregadas, os effeitos de luz e de sombra que se produzem na superficie dos corpos (AGUIAR, 1927, p. 38).

Aguiar (1927) versou sobre a prática e influencia educativa do Desenho, para tanto fundamentou suas ideias principalmente nos aspectos relacionados ao exercício: da vista, da faculdade de julgar e raciocinar, da imaginação, da mão, do gosto, do senso moral ou sentimento do bem.

A pratica do desenho suppõe o exercicio da vista, que examina com attenção o objecto a representar, aprecia-lhe a forma, as dimensões e as proporções; suppõe o exercicio da faculdade de julgar e de raciocinar, pelas comparações continuas que o desenhista deve fazer; o exercicio da imaginação, cujo papel é conservar fielmente as imagens percebidas pela vista ou de combinar diversamente as formas adquiridas, si se trata de um desenho de invenção; o exercicio da mão, que fixará, pelo traço, os golpes de vista ou as concepções da faculdade creadora; o exercicio do gosto, do senso esthetico, para dar a esse trabalho todas as qualidades requeridas pelas leis do bello; enfim, do senso moral ou sentimento do bem (AGUIAR, 1927, p. 38).

Na referida palestra, Arthur Mendes de Aguiar proferiu também alguns comentários e preocupações sobre a perspectiva educacional e o comportamento dos professores diante do surgimento de novas ideias, e também comentou sobre a Didática.

Em ponto de educação, em materia principalmente de ensino, a lei da evolução se nos apresenta na plenitude de sua força: dia a dia, hora por hora, surge uma nova idéa, um novo pensamento um novo methodo; que nos cabe fazer então? Examinal-os,

estudal-os, e applical-os quando ficar provado que são effectivamente melhores do que os que até então temos seguido e adoptado. A Didactica nos ensina, entretanto, neste particular, que não devemos proceder com açonamento ou precipitação, porque da adopção de um methodo mal examinado podem muitas vezes sobrevir, em vez de preveitos e vantagens, resultados negativos e até contraproducentes (AGUIAR, 1927, p. 27).

Essa passagem nos indicou que para Aguiar, as novas ideias, os novos métodos, deveriam passar por uma *examinação, estudo e aplicação*. Este último mediante comprovação.

Continuando suas ponderações, Aguiar versou sobre o Desenho na Escola Primária. Pontuou sobre a sua relação com outras disciplinas escolares, principalmente com a Caligrafia, Geografia, Geometria Teórica e Geometria Prática.

Na escola primaria o desenho, além de satisfazer a uma necessidade innata da criança, liga-se a todas as especialidades importante do ensino[...]. Interesse á calligraphia pelos exercicios proprios dessa disciplina; interessa á geographia pelo traçado das cartas e pela representação dos accidentes naturaes; á geometria theorica por dar intelligencia das figuras que devem servir ás demonstrações; á geometria pratica-pela representação dos solidos das medidas de capacidade e pelo levantamento dos planos; a muitas outras disciplinas[...] (AGUIAR, 1927, p. 39).

Destarte, para Aguiar (1927), o ensino do Desenho na Escola Primária possibilitava uma aproximação com os Saberes Elementares Matemáticos, visto que favorecia a demonstração das figuras geométricas (*Geometria Theorica*), permitia a representação dos sólidos das medidas de capacidade e levantamento dos planos (*Geometria Pratica*). Ainda, poderia proporcionar o desenvolvimento da *Calligraphia* por intermédio dos seus exercícios e a *Geographia* na reprodução dos aspectos geográficos. Aguiar advertiu que por um simples traço e esboço poderia ser dada a ideia exata dos objetos, que nenhuma descrição verbal poderia oferecer.

Ajuntemos a isso que, se o desenho é ensinado na escola e compreendido pelos alunos, o prof. poderá em inumeras oportunidades, lhes dar por um simples e rapido esboço, uma idéa exacta de objectos que nenhuma descipção verbal poderia dar a conhecer com perfeita nitidez. O fim utilitario deste ensino é habilitar o adulto de amanhã, quando se veja em face das varias

necessidades da vida, a compreender e a interpretar um desenho; a exprimir suas próprias idéas por meio de um esboço; e para traduzir em seguida esse esboço por um desenho que seja possível de executar (AGUIAR, 1927, p. 39).

Outra passagem que nos chamou atenção e que mereceu destaque, foi a proeminência atribuída ao ensino do Desenho em relação à escrita, pois segundo Aguiar, “em resumo, o desenho, como a escripta, e até, em certos pontos, melhor do que a propria escripta.-é uma linguagem de uma utilidade geral, indiscutível, e de uma necessidade absoluta em certas profissões”(AGUIAR, 1927, p. 40). Ou seja, o Desenho configurou-se como uma linguagem utilitária, indiscutível e necessária em certas profissões.

De acordo com Aguiar (1927),

encarando o ensino do Desenho nestes ultimos tempos, podemos considerar tres methodos europeus principaes, de que são preconizadores, respectivamente, Ravaisson<sup>55</sup>, Guillaume<sup>56</sup> e Berthier<sup>57</sup> [...]. Segundo o methodo de Ravaisson, o ensino do desenho deve partir do traçado da figura humana. De accordo com elle, o alumno começa aprendendo a copiar estampas representando as diversas partes do corpo humano-narizes, olhos, boccas, orelhas; partes da face, a cabeça inteira, etc. Dahi, passa o alumno á reprodução de bellas estampas; imita depois as obras-primas, até modelos vivos (AGUIAR, 1927, p. 47).

Para Ravaisson o ensino do Desenho deveria ser baseado no traçado das partes do corpo humano, tais como: narizes, olhos, bocas, orelhas, etc.

Colaborando com essa perspectiva, trazemos Caputo (2017), quando argumentou sobre o método de Ravaisson:

Em seu método experimental o ensino de desenho tinha as seguintes características: observação direta da natureza, que é concreta, logo o desenho não deve ser abstrato; deve ser considerado o gosto do aluno; deve acompanhar as lições de coisas, deve integrar sistematicamente as outras disciplinas; deve estar ligado ao ensino da geometria sem que o método geométrico prevaleça; deve estar ligado ao ensino da aritmética,

---

<sup>55</sup> “Félix Ravaisson, francês, teórico da arte e defensor do uso do método intuitivo no ensino de desenho” (CAPUTO, 2017, p. 7).

<sup>56</sup> “[...] Claude Jean Baptiste Guillaume (1882-1905). Em 1866, como membro de uma comissão para a reforma do ensino de Desenho em seu país, Guillaume propôs um método calcado na resolução gráfica, com instrumentos, de problemas clássicos da geometria, que passou a ser adotado, oficialmente, em todas as escolas francesas, tendo influência em outros países e, conseqüentemente, no Brasil” (ZUIN, 2003, p. 512).

<sup>57</sup> Não encontramos informações sobre Berthier.

pois o ensino da aritmética está relacionado ao da geometria e esta por sua vez deve estar ligada ao de desenho que preexiste ao trabalho manual, o que justifica a ligação com a aritmética (CAPUTO, 2017, p. 7).

Na palestra, Aguiar criticou o método proposto por Ravaisson para o ensino do Desenho, pois segundo ele não havia o aproveitamento da iniciativa do menino, as orientações vinham da parte para todo, do menos conhecido para o mais familiar, da ideia fragmentada para a ideia integral.

Estamos a sentir claramente as razões que levaram a nova pedagogia a destronar esse methodo, dentre as quaes se destacam estas: o não aproveitamento da iniciativa do menino e a marcha opposta á do methodo analytico.vir da parte para todo, do menos conhecido para o mais familiar, da idéa fragmentaria para a idéa uma, integral, e por isso mesmo já anteriormente conhecida-é processo synthetico, incompativel com o ensino ministrado a crianças, isto é, a individuos que ainda vão aprender, e não que aprofundam conhecimentos (AGUIAR, 1927, p. 47).

Dando continuidade nas análises sobre o ensino do Desenho, Aguiar ponderou sobre os três *grãos de desenvolvimento*, os quais faziam parte do método defendido por Guillaume. Eis o primeiro:

[...] O methodo de Guillaume, o methodo de hoje ou methodo classico.Mais ou menos do mesmo valor do primeiro, esse methodo, antes de apresentar ao menino o objecto para imitação, o excita a reproduzir os elementos de toda figura, de toda forma, isto é, as linhas, em suas diversas combinações. Guillaume sustenta que as formas geometricas constituem a base do desenho. Segundo este methodo, o ensino desta especialidade obedecia a tres grãos de desenvolvimento. Começava o alumno seu aprendizado pelo estudo das linhas, passava depois a dividil-as em partes igues, avaliando as relações que devem guardar entre si. Troçava, em seguida, figuras simples: triangulos, quadrados, rectangulos. Vinham depois as curvas regulares (ellipse,oval, espiral).Até ahi era o 1º. gráo do ensino (AGUIAR, 1927, p. 48).

Essa passagem nos indicou que o 1º grau de desenvolvimento, fundamentava-se na reprodução de todos os elementos da figura, ou seja, nas linhas e suas diversas combinações. E que para Guillaume as formas geométricas constituíam a base do Desenho.

Quanto ao 2º grau de desenvolvimento, Aguiar ponderou que os alunos tinham o primeiro contato com modelos de figuras ornamentais e posteriormente

desenhos de objetos de forma simples e geométrica, como por exemplo: bancas, mesas, caixas, etc.

No 2º grão, passava o alumno ao estudo dos volumes, ou melhor, dos solidos-cubos e outros [...] Davam-se aos alumnos modelos representando figuras de ornamento, passava-se depois ao desenho de figuras usuas de formas simples e sempre geometricas: bancas, mesas, livros, caixas, etc (AGUIAR, 1927, p. 48).

Por último, Aguiar afirmou que no 3º grau de desenvolvimento, “o alumno ensaiava modelos mais difficeis: os animaes e a figura humana” (AGUIAR, 1927, p. 48).

Dando prosseguimento, Aguiar alertou que o ensino do Desenho não deveria ser considerado sinônimo perfeito da Geometria Prática, e que essa *confusão* era fruto dos métodos clássicos, os quais deveriam ser extintas das mentalidades pedagógicas.

Abro aqui um parêntese para esclarecer uma dúvida que parece muito arraigada entre muitos dos meus colegas do ensino primário: é a confusão entre o ensino do desenho e o da geometria, havendo quem entenda o termo desenho como sinônimo perfeito de geometria pratica. Essa confusão precisa ser banida inteiramente da nossa mentalidade pedagógica (AGUIAR, 1927, p. 53).

Nessa perspectiva, D’ Esquivel (2015), ponderou sobre a separação entre o ensino do Desenho e Geometria nos programas oficiais de 1925.

Desvincular o ensino de Desenho do programa de Geometria tem por fim estabelecer um novo campo de atuação para o Desenho: o da técnica e da estética. A expressão “Desenho Linear”, que antes designava o ensino de elementos de Geometria, deixa de figurar nos programas oficiais em 1925. Ao não compor mais os conteúdos para o ensino do Desenho, a Geometria passa a ocupar lugar, juntamente com outras matérias, no conjunto de conhecimentos necessários ao ensino primário (D’ESQUIVEL, 2015, p. 85-86).

A professora Julia Leitão, no início de sua palestra, intitulada “*Ensino da matemática na escola primaria*”, argumentou sobre a importância do estudo da Aritmética e “que é, de todas as materias ensinadas nas escolas primarias, a de maior utilidade na vida pratica” (LEITÃO, 1927, p. 155).

Destacou que a Aritmética fornecia subsídios para as Artes, Belas Artes,



como também para todas as outras ciências.

Pode-se viver- claro é que não a vida superior do espirito, mas a vida vegetativa do analphabeto- sem se saber ler nem escrever, mas. comtudo, não se passa sem se saber contar. Assim os nossos mais rudes sertanejos, embora não saibam assignar o nome, nem de cruz, sabem quantos dias tem uma semana, quantas sementes devem lançar a cada cova, qual o preço dos vários gêneros alimenticios que compram ou vendem, etc. Os nossos proprios selvagens contavam até cinco. Sem contar, sem calcular, ainda que de um modo rudimentar, seria o homem, a cada instante, enganado, prejudicado em seus mais vitaes interesses[...] Alem da sua utilidade pratica, manifesta a todas as luzes, tem ainda a Arithmetica uma outra, de grandissima importancia: ella fornece valioso subsidios, não só a todas as artes, mesmo ás Bellas Artes, como ás outras sciencias (LEITÃO, 1927, p. 155-156).

Detalhou com bastante esmero a relação do Desenho com a Música, Arquitetura, Poesia, História, Geografia, Astronomia, Física e Química:

A Musica não a dispensa na formação dos compassos, nos valores das figuras; a Architectura a cada instante reclama-lhe o auxilio; o Desenho a Estructura a ella recorrem, igualmente, para o calculo das distancias, para a proporcionalidade das linhas e, até a Poesia, filha dilecta da phantasia, della se utiliza para a metrificacão de seus versos, como a Dansa para a contagem de seus passos. No campo das sciencias, ainda maior é sua importancia. Sem ella, como coordenarmos as datas da Historia: Como sabermos, no estudo da Geographia, qual a população absoluta e relativa dos differentes paizes do globo, a superficie da cada um delles, a extensão de seus rios, a altitude de suas montanhas, a profundidade de seus mares, a quantidade de suas producções em cada um dos reinos da natureza? Na Astronomia, como avaliarmos a distancia entre os innumerables astros, o tempo que gastam em descrever suas orbitas, o volume de cada um delles? Na Physica, como fazermos idéa exacta da capacidade, temperatura e extensão dos corpos e, na Chimica, como conhermos o valor quantitativo dos elementos para as reacções? (LEITÃO, 1927, p. 156-157).

Leitão (1927) debateu sobre a relevância do ensino da Aritmética na formação intelectual, afirmou que a referida disciplina possibilitava o cultivo do raciocínio, dedução, reflexão, atenção, contenção do espírito, generalização, abstração e por fim proporcionava o encadeamento lógico das ideias.

[...] Arithmetica, e é como factor indispensavel da educação intellectual. Emquanto as outras disciplinas ensinadas na escola primaria só occasionalmente cultivam o raciocinio, a Arithmetica, como as demais sciencias mathematica, o desenvolve a cada instante, pelas contínuas deducções a que dá

origem e que o alumno deve descobrir por si, e não decorar como papagaio: mas do que qualquer outra disciplina, ella força o alumno a reflectir, antes de responder; a procurar as relações entre as ideias, a comparar, antes de julgar e a só julgar por convicção propria; obriga-o a fixar a attenção sobre os dados que lhe são fornecidos; força-o á conteção de espirito, quando se lhe pede a solução de determinado problema, pois elle sabe que um momento de distração fal-o-á perder, não raro, todo trabalho anterior. Alem disto, ella faz trabalhar a generalisação e a abstracção, pois, nas suas applicações, quasi sempre é mister deixar-se de parte as quantidades para só se attender aos numeros. Demais, a Arithmetica, a procurar o encadeiamente logico das idéas[...] (LEITÃO, 1927, p. 157).

Complementando, a professora Julia Leitão sublinhou aos professores primários no curso de férias que o ensino deveria proporcionar aos meninos a construção de sua própria educação.

[...] É preciso fazer o menino agir mas agir voluntariamente, tornando-o collaborador da sua propria educação e incutindo-lhe o desejo de o ser. Comquanto esse desejo dependa, em parte das disposições naturaes de cada alumno ou por isto mesmo, deve o mestre intervir a cada momento, incitando, aconselhando, reprimendo, ás vezes, mais então deixando perceber, sob a doçura das palavras que emprega [...] (LEITÃO, 1927, p. 319).

Julia Leitão também afirmou aos professores que de todas as matérias ensinadas na Escola Primária, a Geometria ocupava lugar de destaque, e sendo assim, precisaria ser direcionada para tal pretensão.

[...] Ensinando-a, devemos auxiliar a representação mental do objeto que constitui o assumpto da aula, pela intuição bem feita e bem compreendida, ao mesmo tempo em que estimulamos a iniciativa pessoal dos alunos, pedindo-lhes que fabriquem sólidos, desenhem planos geométricos ou associem figuras [...] os principios geometricos fundamentaes hão de ser descobertos, ante a necessidade de applical-os em uma realisação projectada (LEITÃO, 1927, p. 319).

Assim, após tecermos alguns comentários sobre as palestras proferidas pelos professores, Arthur Mendes de Aguiar e Julia Leitão, nos *Cursos de Férias*, retornaremos as nossas análises sobre a 1ª Reunião Ordinária da 19ª Legislatura.

De acordo com o relatório de 1927, apresentado pelo governo baiano, as disciplinas de Desenho e Trabalhos Manuais seriam:

exactamente as que podem mais depressa dar á nossa classe o sentido de vida[...] e de educação do esforço e da iniciativa e

vontade individual, têm sido objecto de nossa especial insistencia. Ainda faltam certa uniformidade e systematização nos trabalhos realizados nessas duas disciplinas mas já se vê fazendo muito (BAHIA, Mensagem...,1927, p. 77).

Por ocasião do Curso de Férias, realizado em 1927, com os professores do município da capital (Salvador), a diretoria da instrução, por decisão do governador Goés Calmon, determinou que fosse distribuída a obra traduzida de Omer Buyse<sup>58</sup> - *Methodos Americanos de Ensino*, o qual deveria servir

[...] para iniciar os nossos professores nos methodos activos de educação da America do Norte e será tanto mais útil quanto Omer Buyse, mais do que explicações theoricas, procurou mostrar o que se faz e como se faz, na America, para que a escola seja verdadeiramente educativa, verdadeiramente formadora da vontade e da intelligencia da criança (BAHIA, Mensagem..., 1927, p. 79).

De acordo com D'Esquivel (2015), “os princípios que norteiam a obra de Buyse estão ancorados nas ideias do movimento da “educação nova”, emergente concepção educacional americana, que, por sua vez, está respaldada nas ideias do filósofo e educador John Dewey<sup>59</sup>” (D'ESQUIVEL, 2015, p. 77).

A importância dada ao Curso de Férias, a tradução do livro de Omer Buyse, a constante propaganda dos Trabalhos Manuais e o Desenho, que segundo o governo Calmon “virão facilitar a execução dos actuaes programmas, que buscam, acima de tudo, approximar a escola da vida, para tornal-a mais efficiente e mais verdadeira” (BAHIA, Mensagem..., 1927, p. 78).

O Governador da Bahia, Dr.Vital Henriques Baptista Soares<sup>60</sup> (1928-1930),

---

<sup>58</sup> “O livro trazia um modelo de educação que rompia com a escolástica européia e apresentava as escolas americanas como um novo modelo de escola, onde o ato físico precedia o pensar. [...]. Os métodos de ensino deveriam encontrar sozinhos as verdades e resolver sozinhos os problemas científicos [...]” (LUZ, 2013, p. 132).

<sup>59</sup>“John Dewey (1859-1952) graduou-se em 1879 e exerceu as funções de professor secundário durante dois anos, tempo em que desenvolveu um profundo interesse por Filosofia [...]John Dewey é reconhecido como um dos fundadores do pragmatismo norte-americano (juntamente com Charles Sanders Peirce, William James e George Mead), e como representante principal do movimento da educação progressista (ou progressiva) norte-americana durante a primeira metade do século XX [...]”. Disponível em: <https://deweypragmatismo.wordpress.com/sobre-john-dewey/>. Acesso em 09/02/2018.

<sup>60</sup> “Vital Henrique Batista soares, governou a Bahia entre 28/03/1928 e 21/07/1930. Promotor Público em Macaúbas, Deputado Federal e Senador, Fo também eleito Vice-Presidente da República na Chapa do Presidente Júlio Preste, não chegando a tomar posse dada a Revolução de 1930. Substituído no governo pelo Presidente do Senado Estadual, Frederico Costa, não mais retornou [...]”. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/ensaios/2212096>. Acesso

na abertura da 1<sup>o</sup> reunião ordinária da 20<sup>a</sup> legislatura, proferiu em 7 de abril de 1929, um discurso para Assembleia Geral Legislativa sobre a instrução do povo. Que para ele exercia uma função importante na elaboração da riqueza e do progresso social:

Na ordem dos grandes factores econômicos, depois do serviço da saúde publica, ponho o da instrucção do povo; pois, não sei que outro, depois daquelle, haja maior efficiencia na elaboração da riqueza e do progresso sociaes. O analphabeto é um ser defficiente para a obra da sua finalidade (BAHIA, Mensagem..., 1929, p. 27).

Continuou ponderando sobre a Instrução Pública, afirmando que “[...] o problema não se resolverá só com abrir escolas, mas imprescindivelmente, com prover nellas professores habilitados, conscientes da sua missão social, [...]” (BAHIA, Mensagem..., 1929, p. 28).

É relevante salientar que essas questões relativas à Instrução Pública da Bahia tiveram repercussão fora do território baiano, sendo divulgado no Jornal “Diario Carioca-RJ<sup>61</sup>”, em 12 de abril de 1929 :

[...] A instrucção redobra-lhe o valor. Dominado por essa idéa, o governo actual tem cuidado do assumpto com o mesmo carinho com que delle havia curado o governo que o precedeu. E como o problema não se resolverá só com abrir escolas, mas imprescindivelmente, com prover nellas professores habilitados, conscientes da sua missão social, empenho-me por que tenha remedio a escassez de normalistas para o interior. A aspiração de todos é collocarem-se na capital. E' natural essa tendencia, mas detrimetosa assim á instrucção, como ás finanças estaduaes, que soffrem os encargos da manutenção da Escola Normal da capital, sem a compensação collimada (JORNAL DIARIO CARIOCA, 1929, p. 4).

Com relação às Escolas Primárias, o relatório apresentado em 1929 pelo governo de Vital Soares, divulgou que havia em todo Estado baiano, 1760 escolas públicas primárias, onde 189 eram da capital, com 83.962 alunos matriculados e frequência média de 66.719 (sexo masculino, matriculados 42.422, frequentes 33.549; sexo feminino, matriculados 41.540, frequentes 33.170), como podemos constatar no quadro (7).

---

em 09/02/2018.

<sup>61</sup>Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/093092\\_01/2663](http://memoria.bn.br/DocReader/093092_01/2663). Acesso em 17/04/2017.

**Quadro 7:** Escolas Públicas Primárias - Bahia

<b>Escolas Públicas Primárias</b>	<b>Total:</b> 1760	<b>Sexo Masc.</b> Matriculados	<b>Sexo Masc.</b> Frequência	<b>Sexo Fem.</b> Matriculados	<b>Sexo Fem.</b> Frequência
Capital	189	42.422	33.549	41.540	33.170
Interior <sup>62</sup>	1571	-	-	-	-

Fonte: BAHIA, Relatório, 1929, p. 30.

Em 2 de julho de 1930, na abertura da 2ª reunião ordinária da 20ª legislatura, o governador Vital Soares, assegurou que o ensino público seria o objetivo de maior cuidado de sua administração, afirmando que devido a essas preocupações, os indicativos da alfabetização haviam crescido, sendo alavancados pelo “número de matrículas e frequências nas escolas primárias” (BAHIA, Mensagem..., 1930, p. 27).

Para subsidiar nossas observações quanto essas declarações, construímos os quadros a seguir, os quais evidenciam: o demonstrativo geral da matrícula, frequência e exames nas escolas do Estado da Bahia que funcionaram de 1924 até 1929 (quadro 8); a percentagem da matrícula geral em relação à população total do Estado e a população escolar em 1929 (quadro 9) e o demonstrativo geral do aumento de matrícula para cada unidade escolar (quadro 10), respectivamente.

**Quadro 8:** Demonstrativo Geral do Ensino Primário

<b>Demonstrativo: matrícula, frequência e exames nas Escolas da Bahia 1924 até 1929.</b>			
Ano	Matrícula	Frequência	Exames Finais
1924	47.589	32.772	783
1925	50.722	38.154	1.101
1926	66.657	50.088	1.481
1927	79.884	58.470	2.383
1928	87.918	69.938	2.612
1929	96.109	82.205	2.674

Fonte: BAHIA, Mensagem..., 1930, p. 27.

**Quadro 9:** Percentagem da Matrícula Geral

<b>Percentagem da matrícula geral em relação à população total do Estado e a população escolar em 1929</b>			
Ano	Matrícula Geral	Percentagem em relação à população total do Estado	Percentagem em relação à população Escolar do Estado
1924	45.589	1,35 %	18,23 %
1925	50.722	1,44 %	13,04 %
1926	66.657	1,90 %	17,17 %

<sup>62</sup>Nos relatórios de 1929, não identificamos informações mais detalhadas sobre as escolas do interior.

1927	79.884	2,28 %	20,54%
1928	87.918	2,31 %	23,13%
1929	96.109	2,52 %	25,29 %

Fonte: BAHIA, Mensagem..., 1930, p. 27.

**Quadro 10:** Demonstrativo Geral das Unidades Escolares

<b>Demonstrativo geral do aumento de matrícula para cada Unidade Escolar</b>				
Ano	Unidades Escolares	Professores e Adjuntos <sup>63</sup>	Número de alunos para cada unidade escolar	Matrícula Geral
1924	1.127	1.247	42,2	47.589
1925	1.228	1.339	41,3	50.722
1926	1.347	1.596	49,5	66.657
1927	1.367	1.672	58,4	79.884
1928	1.515	1.784	58,0	87.918
1929	1.687	1.927	56,9	96.109

Fonte: BAHIA, Mensagem..., 1930, p. 28.

Conforme o relatório apresentado pelo governo de Vital Soares em 1930 e por meio do demonstrativo que consta no quadro (8), as matrículas no Ensino Primário somavam 47.589 (1924), “saltaram” para 96.109 (1929), ou seja, mais que dobraram, observa-se também um crescimento na frequência que passou de 32.772 (1924) para 82.20 (1929), aumento de 49.433 frequentes.

O Ensino Primário baiano em 1929, segundo o demonstrativo apresentado anteriormente (quadro 9), concebia 25,29 % da população escolar do Estado, superando o ano de 1924 que era de 18,23%, evidenciando um aumento de 7,06%.

Por conseguinte, verificamos no quadro (10) que as unidades escolares passaram de 1.127 (1924) para 1.687 (1929), tendo ampliado 560 unidades escolares. Observamos também que ocorreu um acréscimo em relação ao número de professores e adjuntos, número de alunos para cada unidade escolar e matrícula geral.

## 2.2 AS REFORMAS EDUCACIONAIS NA BAHIA

### 2.2.1 Programa do Ensino da Escola Elementar Urbana do Estado da Bahia

Quase seis meses antes da reforma da Instrução Pública do Estado da Bahia (Lei n. 1.846), Anísio Teixeira apresentou em 18 de março de

<sup>63</sup> “Os adjuntos são os auxiliares dos professores [...]” (BAHIA, 1925, p. 194).

1925, o *Programa do Ensino da Escola Elementar Urbana*<sup>64</sup>, informando que

Foram esses programmas das escolas primarias elementares organizados pela comissão do Conselho Superior do Ensino composta Drs. Alfredo Ferreira de Magalhães, Isaias Alves de Almeida e D.Maria Luiza de Souza Alves, comissão que se reunia sob a presidência do inspector Geral do Ensino. O Conselho Superior do Ensino, em data de 20 de Fevereiro, approvou e adoptou os novos programmas, que o Inspector Geral do Ensino resolve distribuir, desde já, ás escolas publicas elementares (BAHIA, Imprensa Oficial, 1925, p. 36).

Segundo Luz (2013), essa atitude de antecipação de Anísio Teixeira era

[...] uma estratégia administrativa, pois esperar a reforma poderia significar perder mais um ano letivo sem implantar os novos programas, já que a reforma era esperada para o final de 1924 e só seria colocada em prática no início de 1926. Era preciso substituir os planos de estudos de 1920 e colocar em prática o que ainda não existia, ou seja, programas para o curso primário (LUZ, 2013, p. 135).

O *Programa do Ensino da Escola Elementar Urbana* deliberou sobre as matérias escolares (quadro 11), o que deveriam ser ministradas no 1º ao 4º ano do ensino elementar, a saber:

**Quadro 11:** Programas de Ensino da Escola Elementar Urbana

<b>1º ANO</b>	Língua Vernácula; Caligrafia; Aritmética; Geometria; Geografia; História do Brasil; Elementos de Ciências Físicas e Naturais, Noções de Higiene; Desenho; Trabalhos Manuais; Prendas; Educação Moral e Cívica; Canto e Música; Educação Física
<b>2º ANO</b>	Língua Vernácula; Caligrafia; Aritmética; Geometria; Geografia; História do Brasil; Elementos de Ciências Físicas e Naturais, Noções de Higiene; Desenho; Trabalhos Manuais; Prendas; Canto e Música
<b>3º ANO</b>	Língua Vernácula; Caligrafia; Aritmética; Geometria; Geografia; História do Brasil; Elementos de Ciências Físicas e Naturais, Noções de Higiene; Desenho; Trabalhos Manuais; Prendas; Educação Moral e Cívica; Canto e Música
<b>4º ANO</b>	Língua Vernácula; Caligrafia; Aritmética; Geometria; Geografia; História do Brasil; Elementos de Ciências Físicas e Naturais, Noções de Higiene; Desenho; Trabalhos Manuais; Prendas; Educação Moral e Cívica; Canto e Música

Fonte: BAHIA, Imprensa Oficial, 1925, p. 36.

O ensino do Desenho e dos Trabalhos Manuais deveriam ser educativos, buscando desenvolver nas crianças o sentido da sua personalidade, dando

<sup>64</sup> Publicado em 18 de março de 1925.

condições para transformar seu pensamento em ação, passando suas ideias e pensamentos para representação material. Desse modo,

o esforço natural do aluno deve ser estimulado de sorte que lhe dê o gosto e o prazer da dificuldade a vencer. [...]. Nada deve ser convencional ou copiado. O professor será apenas o guia da actividade dos alunos, convidando-os á observação da realidade, sobretudo das suas proporções (Bahia, Imprensa Oficial, 1925, p. 36).

Somado a isso, precisariam ser orientados em torno dos “Centros de Interesses”<sup>65</sup>, a saber:

**Quadro 12:** Centros de Interesses – Desenho e Trabalhos Manuais

1.º - A casa: ocupações, deveres, prazeres da família.
2.º - A vida em sociedade: meios de transporte, ocupações dos habitantes, diversões.
3.º - A vida escolar.
4.º - As férias.
5.º - A natureza.

Fonte: BAHIA, Imprensa Oficial, 1925, p. 36.

Corroborando com essas indicações, o *Programa do Ensino da Escola Elementar Urbana* recomendou que ensino do Desenho para o 1º ano primário, deveria ser orientado a partir do “desenho a mão livre, de memória e de imaginação, Plantas e Paisagens, Recôrte da silhueta das arvores, Estudo gráfico das siluetas, coloração a lapis (BAHIA, Imprensa Oficial, 1925, p. 36).

Quanto a Aritmética, o *Programa do Ensino da Escola Elementar Urbana*, expôs algumas observações para o 1º ano primário: “serão evitadas as definições e as regras, realizando-se todo o trabalho com a orientação do professor do modo mais pratico e intuitivo. Ainda a materia do 2.º anno será dada sem definições obrigatorias para o aluno” (BAHIA, Imprensa Oficial, 1925, p. 36).

O referido Programa indicou cinco atividades de Aritmética que deveriam ser aplicadas nas turmas do 1º ano primário, a saber:

<sup>65</sup> “Os centros de interesses são um processo de ensino que consiste em agrupar à volta dum mesmo assunto que interessa à criança um conjunto de noções a aprender, de mecanismos a montar, de hábitos a adquirir, [...]” (BASSAN, 1978, p. 17). “Essa estratégia foi criada pelo médico belga Ovide (Ovídio) Decroly, conhecido pelos seus estudos sobre a psicologia infantil, principalmente sobre o desenvolvimento da criança e a preservação da sua liberdade. A base psicológica desta estratégia reside em considerar a vida mental do indivíduo como unidade; portanto, os temas ou conteúdos a serem estudados devem ser apresentados no seu todo e não repartidos em disciplinas ou áreas do conhecimento” (CINEL, 2004, p. 33).



**Quadro 13:** Aritmética - 1º ano primário

1.º Contar até (100), habituando os meninos a reunir objectos, só se usando os numeros abstractos, quando já comprehenderem a organização das dezenas e centenas de objectos. Ler e escrever os numeros, com uso dos zeros intermediarios. Numeração romana até 100.
2.º Realizar operações de sommar, diminuir, e multiplicar sobre numeros de 2 algarismos, indo o multiplicador até 10, e dividir com um algarismo no divisor até 5, sempre em problemas faceis e de applicação á vida domestica.
3.º Conhecimento das taboadas, das 4 operações fundamentaes. Serão ensinadas praticamente, em exercicios repetidos, mas os alumnos devem sabê-las de cór ao terminarem o 1.º anno.
4.º Exercicios de medida nas tres dimensões, sobre objectos usuaes. Noção do quadrado e do cubo, podendo-se usar uma escala de centimetros ou a pollegada ou o palmo do professor ou do alumno. Calcular pequenas distancias á vista.
5.º Idéa de numero par e impar, duplo, triplo, quadruplo, metade, terço, quarto. Taes noções serão ensinadas com exemplos concretos, fazendo a divisão material dos objectos ou sua reunião em grupos maiores ou menores.

Fonte: BAHIA, Imprensa Oficial, 1925, p. 36.

Ao observarmos o quadro (13), identificamos no ponto 4º, elementos matemáticos (Geometria) e Desenhos demonstrando assim uma articulação entre ambas.

No referenciado Programa, algumas orientações para o 1º ano primário, apontavam como as aulas de Geometria deveriam ser ministradas, salientavam também sobre o modo concreto, de redescoberta<sup>66</sup> do ensino e as noções abstratas. Indicavam ainda a função do professor nesse processo:

O ensino da geometria deve ser ministrado de um modo [...] pratico [...] O modo concreto por que fôr conduzido o ensino permittirá que o professor exerça, sem muito esforço, o methodo de *rediscoverta* (rediscovery). O alumno terá a satisfação de encontrar elle proprio o conhecimento que o professor lhe deveria trazer. Do conhecimento pratico das figuras seguirá o professor para o estudo abstracto de suas propriedades. As noções abstractas deverão, entretanto, se desprender do estudo concreto das figuras, como conclusões claras e naturaes. A creança sentirá que tudo se encadeia e ao vêr que lhe é dada uma parte saliente no invertigar, raciocinar e encontrar dos conhecimentos, terá encanto especial nesse estudo. Não deixará

<sup>66</sup> “o ambiente de aprendizagem por descoberta deve proporcionar alternativas / resultados para percepção do aprendiz, com relações e similaridades entre ideias que não foram previamente reconhecidas. Dessa forma, o aluno tem oportunidade de ver o mesmo tópico mais de uma vez, em diferentes níveis de profundidade e em diferentes modos de representação [...] O ambiente de aprendizagem por descoberta propõe que o educador facilite e ordene os processos de representação por parte do aluno, para que ele se sinta estimulado a explorar alternativas [...]” (BRUINI, 2011, p. s/d).

passar ensejo o professor para sublinhar a applicação na vida pratica de todos os conhecimentos ensinados [...] (BAHIA, Imprensa Oficial, 1925, p. 36).

Aludiram que os conteúdos de Geometria deveriam contemplar:

[...] Conhecimento pratico dos solidos - cubos, esferas, cylindros, prismas, etc. Do exame pratico dessas figuras retirar intuitivamente com a creança a noção das figuras geometricas - *linha, superficie, volume*. Depois, explicando que a Geometria já estuda as figuras em um só plano (geometria plana), já em mais de um plano (Geometria no espaço), chegar ás noções concretas de Geometria plana - perimetro, circumferencia, circulo, angulo, triangulo, indicando propriedade e applicações [...] (BAHIA, Imprensa Oficial, 1925, p. 36).

Já os Trabalhos Manuais no 1º ano primário seriam:

[...] exclusivamente um instrumento de cultura geral, sem vestigios de aprendizado profissional. Funda-se no principio froebeliano da educação pela acção. Os trabalhos de agulha, que sempre se fizeram em nossas escolas, são verdadeiros trabalhos manuaes. Deve, porém, permitir-se a plena invenção, proibindo-se terminantemente as copias servis ( BAHIA, Imprensa Oficial, 1925, p. 36).

É relevante aludir que as atividades dessa matéria escolar para o 1º ano primário deveriam ser fundamentadas por intermédio de:

**Quadro 14:** Trabalhos Manuais - 1º ano primário

Tecidos e trançados.	Alinhavos em cartão.
Recórte de figuras e symetricas.	Modelagem de objectos de uso commum.
Trabalhos de agulha.	Jardinagem, com pomicultura e horticultura na zona rural.
As escolas que não obtiverem terreno para jardim, farão o cultivo de plantas em vasos.	

**Fonte:** Bahia, Imprensa Oficial, 1925, p. 36.

Para o 2º ano primário, as recomendações para o ensino do Desenho foram demarcadas em torno de “observação do 1.º anno; Animaes - Recórte no papel. O animal d’après nature<sup>67</sup>. O animal na paysage. Desenho de fórmias geométricas e dos objectos derivados dessas fórmias (BAHIA, Imprensa Oficial, 1925, p. 36).

Complementando, propôs que as atividades aplicáveis aos Trabalhos Manuais no 2º ano primário, deveriam possuir:

<sup>67</sup> Obra de arte realizada diretamente a partir da natureza.

**Quadro 15:** Trabalhos Manuais - 2º ano primário

Observação do 1.º anno.	Construcção em cartão de objectos suggeridos pelos centros de interesse.
Modelagem de fórmãs geographicas.	Jardinagem.
Trabalhos de agulha.	

Fonte: Bahia, Imprensa Oficial, 1925, p. 36.

Prosseguindo, determinou quais seriam as atividades de Aritmética para as turmas do 2º ano primário.

**Quadro 16:** Aritmética - 2º ano primário

Observação e programma do 1.º anno.	1.º Contar, ler, escrever até dez mil, usando-se os zeros intermediarios. Formação das dezenas, centenas e milhares por accumulacão de objectos. Numeracão romana até 1000. Signaes arithmeticos.
2.º Sommar e diminuir numeros até 4 algarismos; multiplicar com multiplicador de 2 algarismos e por 100 e dividir com divisor de 1 algarismo e por 10. Exercicios mentaes muito repetidos, envolvendo as quatro operacões. Inversão dos factores de modo que o multiplicador seja muito maior que o multiplicando. Multiplicacão e divisão abreviadas. Igualdade entre sommas, diminuicões, multiplicacões e divisões.	3.º Fracções ordinarias-proprias, numero mixto, unidade em fórmula de fracção. Sommar e diminuir fracções ordinarias do mesmo denominador, que dêem por somma ou tenham por minuendo o inteiro em fórmula de fracção. Divisibilidade por 2, 5 e 10. Igualdade entre fracções com termos differentes: $1/2$ , $2/4$ , $4/8$ , $3/6$ , $5/10$ ou outras.
4.º Fracções decimaes até centesimos. Mostrar graphicamente a igualdade entre $1/4$ e $0,25$ ; $1/2$ e $0,5$ ; $3/4$ e $0,75$ ; $1/3$ e $0,2$ . Sommar e diminuir fracções e numeros decimaes.	5.º Systema metrico decimal. Metro, gramma; multiplos e submultiplos do gramma e do metro. Uso de cada medida em actos realizados pelos alumnos, quanto possivel. Problemas envolvendo medidas e preços de mercadorias.

Fonte: Bahia, Imprensa Oficial, 1925, p. 36.

Seguindo com suas ordenacões para o 2º ano primário, o *Programa do Ensino da Escola Elementar Urbana*, destinou para o ensino de Geometria as seguintes proposicões:

**Quadro 17:** Geometria - 2º ano primário

Observação do 1.º anno	Conhecimento pratico das figuras anteriores, do cone e da pyramide.
Analogias com objectos usuaes.	Representacão graphica.
Estudo geral dos polygonos.	Avaliacão das areas do quadrado e do rectangulo.
Avaliacão do volume do cubo.	

Fonte: Bahia, Imprensa Oficial, 1925, p. 36.

Em relação ao 3º ano primário, as recomendações para o ensino do Desenho foram: desenho da figura humana, estudo da silhueta, aplicação de cores e tons, desenho decorativo ou ornamental, exercícios sobre a fauna e flora brasileira. Suas aplicações para a ornamentação do lar.

Quanto aos Trabalhos Manuais, as atividades para o 3º ano primário, seriam baseadas em:

**Quadro 18:** Trabalhos Manuais – 3º ano primário

Observações dos annos anteriores.
Trabalhos em madeira com auxilio de um canivete
Deve o alumno imaginar o objecto, traçar-lhe o desenho no papel e executá-lo.
Trabalhos de agulha.
Jardinagem.

**Fonte:** Bahia, Imprensa Oficial, 1925, p. 36.

O *Programa do Ensino da Escola Elementar Urbana* exemplificou cinco atividades de Aritmética, as quais deveriam ser aplicadas nas turmas do 3º ano primário, a saber:

**Quadro 19:** Aritmética – 3º ano primário

Observações dos annos anteriores.
1.º Escrever numeros até dezenas de milhões. Conhecimento das classes e ordens; valor absoluto e relativo do algarismo arabico. Numeração romana até milhões. Grandeza e quantidade. Quantidades homogeneas e heterogeneas. Unidade. Repetir numeros seguidos na ordem decrescente. Numeros pares e impares.
2.º Operações fundamentaes sobre numeros até o algarismos, tendo o multiplicador 4 e divisor 3 algarismos. Complemento do quociente. Multiplicação e divisão abreviadas.
3.º Numeros multiplos e primos. Divisibilidade por 2, 3, 4, 5, 6, e 10. Far-se-á o estudo praticamente sem definições nem theoremas, dando-se grande numero de exemplos até que o alumno conheça facilmente o caso de divisibilidade. Factores primos. Mínimo multiplo commum, maximo divisor commum.
4.º Estudo das fracções ordinarias, proprias e improprias. Reducção ao mesmo denominador. Simplificação de fracções. Operações sobre fracções de fracções. Reducção de fracções ordinarias a decimaes. Fracções decimaes, operações sobre fracções e numeros decimaes. Mostrar a igualdade entre $1/2$ , 0,5 e 50%; $1/4$ , 0,25 e 25%; $3/4$ , 0,75 e 75%; $1/5$ , 0,2 e 20%, em exemplos concretos e de uso frequente na vida commum.
5.º Systema metrico decimal. Multiplos e submultiplos até myria e milli. Operações sobre systema metrico. Far-se-ão problemas com dados colhidos pelos proprios alumnos, com medidas de extensão, capacidade, peso, etc. Multiplos e submultiplos de metro quadrado e de metro cubico. Noção pratica com modelos feitos em cartolina.

**Fonte:** Bahia, Imprensa Oficial, 1925, p. 36.

O Programa definiu algumas orientações para o ensino de Geometria nas turmas do 3º ano primário, as quais deveriam ser fundamentadas em:

**Quadro 20:** Geometria – 3º ano primário

Observações dos annos anteriores.
Area do triangulo e dos quadrilateros em geral.
Superficie dos solidos estudados.
Noções de agrimensura.

Fonte: Bahia, Imprensa Oficial, 1925, p. 36.

Para as turmas do 4º ano primário, o Programa, advertiu que o ensino do Desenho seria baseado na “Repetição geral. Exercícios geraes sobre qualquer assumpto dos programmas anteriores” (BAHIA, Imprensa Oficial, 1925, p. 36). Somado a isso, havia orientações que discorreram sobre a função dos professores no ensino dos Trabalhos Manuais e sua relação com o Desenho, assim: “Não deve o professor esquecer que o curso dos trabalhos manuaes e desenhos se destina a despertar a personalidade da creança, descobrir-lhe as aptidões e dar-lhe amôr ás profissões manuaes [...]” (BAHIA, Imprensa Oficial, 1925, p. 36).

Para o ensino da Geometria ficou definido as “observações dos annos anteriores e Repetição geral, com especialidade das noções de agrimensura” (BAHIA, Imprensa Oficial, 1925, p. 36).

Por fim, o Programa instituiu algumas orientações sobre o ensino da Aritmética, as quais foram enumeradas em quatro pontos, assim divulgados:

**Quadro 21:** Aritmética – 4º ano primário

1.º Revisão de todo o programma do 3.º anno. Escrever numeros até bilhões com zeros intermediarios. Operações até 7 algarismos com multiplicador de 5 e divisor de 4 algarismos. Ao ponto 3.º accrescentar divisibilidade por 7, 8, 9 e 11. Ao ponto 4.º do 3.º anno, accrescentar: $1/8 = 0,125$ , $12\ 1/2\ \% = 12,5\%$ .
2.º Estudos pratico e operações fundamentaes de numeros complexos especialmente sobre idade, em annos, meses e dias; sobre latitudes e longitudes deante do globo e do mappa, em gráus, minutos e segundos. Nos logares do interior onde ainda se usam as medidas antigas, o professor fará problemas, jogando com as mesmas.
3.º Noção pratica de razão e proporções. Problemas muito faceis de regra de 3 simples e composta, problemas de falsa posição, de percentagem, de juros, de descontos, de divisão em partes proporcionaes, de media, de mistura e liga, de cambio sobre os Estado Unidos, França[...] O professor poderá ensinar cambio sobre a Inglaterra, mas não o exigirá dos alumnos. Fará applicação da reducção á unidade, ou analyse sobre os problemas de regra de 3, com o fim de educar o raciocinio dos alumnos.
4.º Potencia. Noção pratica de quadrado e cubo. Raiz quadrada de quadrado perfeito. Raiz cubica de cubo perfeito. Mostrará o professor a facilidade deste trabalho, desde que já se estudaram os factores primos.

Fonte: Bahia, Imprensa Oficial, 1925, p. 36

Obviamente as nossas analyses ainda são preliminares, visto que para uma melhor compreensão do *Programa do Ensino da Escola Elementar Urbana*,

especificamente em relação ao ensino do Desenho, Aritmética, Trabalhos Manuais e Geometria, nas classes primárias, faz-se necessária uma averiguação mais complexa. Contudo, podemos conjecturar e relatar as nossas observações.

Nesse sentido, identificamos algumas estratégias de ensino que precisariam de mais de um conhecimento no campo dos Saberes Elementares Matemáticos, demonstrando assim uma indispensável articulação entre ambas. Como exemplos, podemos citar: estudo de gráfico de silhuetas (Desenho articulado com Geometria), exercícios de medidas nas três dimensões, sobre objetos usuais, noção do quadrado e do cubo (Aritmética articulado com Desenho e Geometria), traçar o desenho no papel e executá-lo (Trabalhos Manuais articulado com Desenho), dentre outros.

Temos consciência que esse “diálogo” entre os vários ramos dos Saberes Elementares Matemáticos, precisam ser melhores investigados, contudo já demos os primeiros passos nessa direção.

### 2.2.2 A Reforma da Instrução Pública do Estado da Bahia (Lei n. 1.846/1925)

A Lei n. 1.846<sup>68</sup> estabeleceu que o ensino público no Estado da Bahia tinha como objetivo “educar physica, moral e intelectualmente o individuo, tornando-o apto para vida em sociedade” (BAHIA, 1925, p. 177).

Nesse sentido, Moreira<sup>69</sup>(1955), em um estudo encomendado pela “CILEME”<sup>70</sup> formulou algumas argumentações sobre os objetivos do ensino, tendo como base a Lei n. 1.846 de 1925, que reformou a Instrução Pública da Bahia:

A lei n. 1.846, de 14 de agosto de 1925, que reformou a instrução pública no Estado, começa por definir que o ensino teria por objetivo educar física, moral e intelectualmente o indivíduo, tornando-o apto para a vida em sociedade [...]. Na primeira parte está contido o conceito de educação integral, isto é, de que a escola não se encarregaria apenas de uma parte da formação do indivíduo, mas teria função primordial em toda essa formação,

<sup>68</sup> Lei n. 1.846, de 14 de agosto de 1925, que reformou a Instrução Pública do Estado da Bahia.

<sup>69</sup> Técnico de Educação do MEC e o responsável pelo setor de estudos do ensino elementar e normal da CILEME - Companhia de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar, órgão do INEP-Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

<sup>70</sup> Companhia de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar, órgão do INEP-Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

nos seus múltiplos aspectos, quer físicos, quer mentais, quer morais (MOREIRA, 1955, p. 110).

O Ensino Primário foi dividido em Elementar e Superior. O Elementar deveria ser ministrado em quatro anos nas escolas urbanas e em três anos nas escolas rurais, sendo oferecidas em escolas isoladas<sup>71</sup>, escolas reunidas<sup>72</sup> ou nos grupos escolares<sup>73</sup>.

O *Programa do Ensino Elementar* de 1925 estabeleceu que para as escolas urbanas e rurais, as matérias escolares, deveriam ser distribuídas, da seguinte forma:

**Quadro 22:** Programa do Ensino Elementar-Art. 64 - 1925

Escolas Urbanas	Lingua vernacula; Calligraphia; Arithmetica; Noções de Geometria; Geographia, sobretudo do Brasil e da Bahia; Noções de Historia do Brasil e da Bahia; Instrucção moral e civica; Noções de sciencias phisicas e naturaes applicadas e hygiene; Desenho; Trabalhos domésticos; Trabalhos manuaes e prendas; Exercicios gymnasticos; Canto.
Escolas Rurais:	Lingua vernacula; Callgraphia; Arithmetica; Noções de Geometria; Noções de Geographia e Historia, sobretudo do Brasil e da Bahia; Agricultura ou Industrias locaes; Desenho; Trabalhos domésticos; Trabalhos manuaes e prendas; Eercicios gymnásticos; Canto.

Fonte: BAHIA, 1925, p. 190.

Ao analisarmos o quadro (22), verificamos que os Programas de ensino das escolas urbanas e rurais, se diferenciavam quanto a sua estrutura, ou seja, algumas matérias foram agrupadas como por exemplo, História e Geografia, outras foram retiradas, tais como, Instrução Moral e Cívica, noções de Ciências Físicas e Naturais Aplicadas, Higiene e incrementadas tais como, Agricultura ou Indústrias locais. É importante ponderar que não ocorreram mudanças em relação a Língua Vernácula, Caligrafia, Trabalhos Domésticos, Trabalhos Manuais e Prendas, Exercícios Ginásticos, Canto, Desenho, Aritmética e Noções de Geometria.

<sup>71</sup>“Consideradas muitas vezes como “um mal necessário”, as escolas isoladas tornaram-se, em todo o Brasil, a expressão da ‘escolinha’ do bairro e da roça, a escola alfabetizante instalada predominantemente em zonas de população rarefeita [...] Ao longo do tempo, elas continuaram sendo instaladas em áreas urbanas e em bairros” (SOUZA, 2008, p. 46).

<sup>72</sup>“Nas vilas ou cidades onde o número de escolas for de duas a quatro, poderão as mesmas funcionar simultaneamente no mesmo prédio sob a denominação de Escolas Reunidas [...]” (BAHIA, 1925, p. 189).

<sup>73</sup>“Nas cidades em que a população escolar permitir o funcionamento de mais de 4 escolas de diferentes graus formarão ellas um Grupo Escolar[...]” (BAHIA, 1925, p. 189).

Em se tratando do Desenho, Aritmética e Noções de Geometria, inferimos que essas matérias se mostravam importantes, corroborando de alguma forma com os objetivos pretendidos pela reforma da Instrução Pública do Estado da Bahia, pois poderiam favorecer na formação moral e intelectual do sujeito, possibilitando assim sua adaptação em sociedade, independentemente de sua especificidade.

Identificamos na Lei n. 1.846 em seu Art. 65, as atribuições que as Escolas Primárias deveriam seguir,

[...] sobretudo educativa buscando exercitar nos meninos os habitos de observação e raciocinio, despertando-lhes o interesse pelos ideaes e conquistas da humanidade, ministrando-lhes noções rudimentares de litteratura e historia patria. fazendo-os manejar a lingua portuguesa como instrumento de pensamento e da expressão: guiando-lhes as actividades naturaes dos olhos e das mãos mediante formas adequadas de trabalhos praticos e manuaes, cuidando [...] do seu desenvolvimentos physico com exercicios e jogos organizados e o conhecimento das regras elementares de hygiene, procurando sempre não esquecer a terra e o meio a que todos os recursos para adaptar o ensino ás particularidades da região e do ambiente bahiano (BAHIA, 1925, p. 190).

Em relação aos provimentos, as Escolas Primárias Elementares (urbanas e rurais), foram classificadas em escolas de 1ª classe, as da capital e das sedes de comarca; escolas de 2ª classe, destinadas as dos subúrbios da capital, cidades e vilas sedes de termo; escolas de 3ª classe, as de vilas, arraiais e povoados.

O Ensino Primário Superior tinha duração de três anos, independentemente da localidade onde seria ofertado, eram divididas em masculinas e femininas e apresentavam como objetivo “[...] o desenvolvimento da educação ministrada na escola primaria elementar e provimento de instrucção especial adequada as futuras occupações dos escolares” (BAHIA, 1925, p. 197).

Dessa forma, as Escolas Primárias Superiores funcionavam como curso de formação e os Saberes Elementares Matemáticos eram vistos como disciplinas escolares.

Para um melhor entendimento acerca das Escolas Primárias, reportamos a Pinto (2017) sobre tal perspectiva:



[...] escola primária em tempos próximos e distantes, quando se trata de buscar novas compreensões do que se ensinava na escola primária do Brasil em tempos de grupos escolares, trazendo evidências das finalidades dessa escola de uma cultura voltada para a vida prática e de outra voltada para a formação geral do cidadão (PINTO, 2017, p. 203).

Por essa passagem, atestamos que os Saberes Elementares Matemáticos da Escola Primária poderiam seguir duas finalidades: elementar e superior. A primeira ligada com as questões da vida prática e a segunda envolvida com a formação do indivíduo.

Ainda nessa perspectiva, Pinto (2017) ponderou:

O elementar, no senso comum referido como coisas simples ou aquilo que se encontra na base de todo conhecimento considerado superior, por se tratar de uma noção polissêmica, requer novos olhares que possam distinguir quando o termo estiver relacionado aos elementos das ciências (as disciplinas científicas) e quando denota um sentido didático (disciplinas escolares) (PINTO, 2017, p. 200).

Assim, conjecturamos que nas Escolas Primárias Elementares, o Desenho, a Aritmética, a Geometria e os Trabalhos Manuais foram partes integrantes dos Saberes Elementares Matemáticos, enquanto nas Escolas Primárias Superiores tais saberes eram considerados como disciplinas. Essa argumentação é fortalecida quando identificamos um fragmento confirmando que havia professores específicos de Desenho, Trabalhos Manuais: “um professor primario para o ensino da lingua vernacula, mathematica, geographia e historia. ciencias physicas naturaes e hygiene: um professor de Desenho e trabalhos manuaes, e um professor para o ensino tecnico e profissional” (BAHIA, 1925, p. 198).

A Lei n. 1.846 (1925) instituiu para o curso primário superior, o que deveria ser ensinado, a saber:

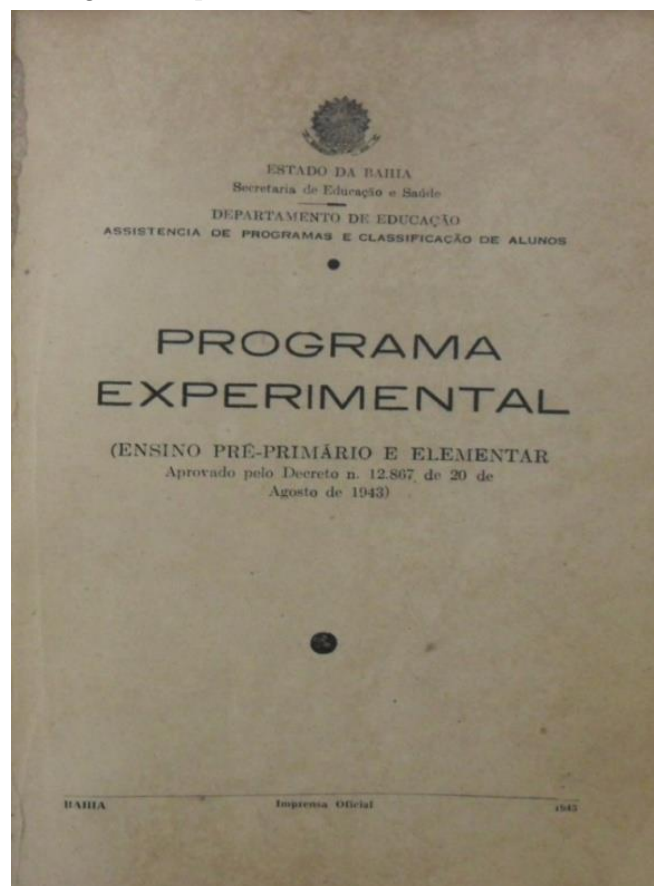
Língua vernacula, mathematica elementar, noções de geographia e historia especialmente do Brasil e da Bahia, noções de ciencias physicas e naturaes e hygiene, Desenho, sobretudo profissional, trabalhos manuaes e o ensino tecnico e profissional generalizado, este de accordo com as necessidades do trabalho agricola, industrial e commercial da região onde fôr instalada a escola (BAHIA, 1925, p. 197).

### 2.2.3 O Programa Experimental do Ensino Pré-Primário e Elementar

O Governo do Estado da Bahia, por intermédio do Departamento de Educação-Assistência de Programas e Classificação de Alunos, instituiu o *Programa Experimental* (figura 14), este versava sobre o ensino *Pré-Primário* (Jardim de Infância<sup>74</sup>) e *Elementar* (1º ao 5º ano), sendo aprovado pelo Decreto n. 12.867<sup>75</sup> de 20 de agosto de 1943, tendo como conformidade o Decreto-lei Federal de 1939, assim descrito:

O Interventor Federal no Estado da Bahia, na conformidade do disposto no art.7º., n. I do Decreto-Lei Federal n.1.202, de 8 de abril de 1939, resolve aprovar o "Programa de Emergência" aprovado pelo Decreto n. 12.708, de 26 de março do corrente ano (BAHIA, 1944, p. s/n).

**Figura 14:** Programa Experimental – Ensino Pré-Primário e Elementar



**Fonte:** BAHIA, Programa Experimental..., 1944.

<sup>74</sup> No Programa Experimental, o jardim de infância era dividido em dois períodos, o primeiro com as crianças de 4 a 5 anos, e o segundo de 5 a 6 anos.

<sup>75</sup> Aprova o "Programa Experimental" do ensino pré-primário e elementar do estado em 1943.

Para o *Programa Experimental*, o Desenho era uma atividade que fazia parte da linguagem, assim como as conversas, excursões, gravuras, histórias, dramatização e poesia, a partir disso, o Desenho foi instituído como

[...] atividade muito apreciada pelas crianças, satisfazem a uma tendência natural e, por meio deles, elas expressam seu pensamento, sua vida interna seus gostos e inclinações, brinquedos, etc. E' a linguagem gráfica da criança. Os Desenhos auxiliam o aprendizado da escrita, desenvolvimento da coordenação motora. Para ilustrar histórias ouvidas ou contadas, após as excursões, nas composições, dramatizações e em todas as disciplinas, aparecem os Desenhos [...] (BAHIA, 1944, p. 6).

Essas ponderações apontam a importância atribuída ao Desenho em particular nas representações do pensamento, na linguagem gráfica das crianças, na aprendizagem da escrita e no desenvolvimento da coordenação motora.

No 1º ano primário, no período preparatório, segundo o referido Programa, o Desenho poderia ser empregado na:

B) disposição e ornamentação da classe - [...] dentro da ordem e disciplina, podem as crianças preparar frisos e Desenhos para barras, decorações para pequenos vasos, ornamentar com flôres naturais ou artificiais confeccionadas por elas próprias [...] (BAHIA, 1944, p. 25).

Desse modo, verifica-se que o Desenho poderia ser associado ao uso das ornamentações, decorações e talvez nas Artes. Também havia no *Programa Experimental*, orientações que tratavam sobre a utilização do Desenho, em “[...] cenas da história lida a-fim-de favorecer a interpretação. Comentar os Desenhos apresentados, relendo trechos ou todo o capítulo, para maiores esclarecimentos. Expor os melhores num quadro” (BAHIA, 1944, p. 30).

Essas fontes sinalizam uma provável utilização do Desenho na compreensão das cenas da história lida, funcionando como “instrumento” de interpretação.

Identificamos no *Programa Experimental*, uma articulação entre o Desenho e o ensino de Geografia, pois havia atividades para 1º ano, que solicitaram:

desenhos que representem a sala da aula e o edifício. Conversar sobre os Desenhos, deduzindo, através do comentário, os meios de aperfeiçoá-los. Expor os melhores, no quadro negro. [...] Desenhos, coleção de fotografias da cidade, em álbum ou cartazes (BAHIA, 1944, p. 137).

Para o *Programa Experimental*, a observação era um fator relevante na aprendizagem das Ciências Naturais, para tanto, utilizou-se o Desenho e a Modelagem como estímulo para fixar as formas das memórias:

A aprendizagem das Ciências Naturais, se processada dentro do espírito moderno, [...]. Para isso, a aprendizagem será baseada na observação e na experiência da criança [...]. Para uma boa observação, prestará ótimo auxílio o emprêgo do Desenho, [...] e trabalhos de modelagem [..]. O Desenho e a modelagem auxiliaram a observação porque são um estímulo para observar bem e porque fixam as formas na memória. As crianças farão Desenhos simples, do natural ou de memória. O professor desenhará no quadro-negro, sempre que houver necessidade de chamar a atenção para uma particularidade (BAHIA, 1944, p. 184-185).

Para auxiliar no estudo do ambiente natural, mais uma vez, o Desenho se fez presente, sendo utilizado pelas crianças na organização de álbuns de fotografias ou gravuras de animais e plantas. Estes álbuns de desenhos ilustrativos representavam as impressões colhidas no estudo da natureza, constituindo dessa forma seu valor educativo, como podemos demonstrar:

As crianças organizarão álbuns de fotografias ou gravuras de animais e plantas, com anotações sobre as observações feitas. Os álbuns de Desenhos ilustrativos das impressões colhidas no estudo da natureza têm valor educativo pelo esmero que deve haver em sua confecção (BAHIA, Programa Experimental..., 1944, p. 188).

Várias foram às atividades sugeridas pelo *Programa Experimental* para o ensino primário, as mesmas foram divididas em três trimestres, tendo como orientações os estudos sobre: as plantas, ar, animais, dentre outros.

É importante sublinhar que as orientações pontuadas anteriormente são partes integrantes do ensino de Ciências Naturais, mas que possuíam uma relação com o Desenho.

Dessa forma, para uma melhor compreensão da referida interlocução, elaboramos os quadros<sup>76</sup> (23-26) a seguir.

---

<sup>76</sup> Transcrição *Ipsis litteris*.

**Quadro 23:** Relação do Desenho com as Ciências Naturais - 1º ano primário (1944)

ESTUDO	SUGESTÕES DE ATIVIDADES - 1º TRIMESTRE
Plantas	Desenhar a História do feijoeiro
Animais	Desenhar cães; Fazer um álbum de cães, gravuras ou Desenhos; Fazer quadros ou barras com Desenhos ou gravuras de gatos e adornar as salas; desenhar pássaros, em seu ambiente natural.
ESTUDO	SUGESTÕES DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE
Plantas	Desenhar árvores, frutos, espigas de milho, etc.
Animais	Desenhar a galinha com os pintos; Desenhar peixes na água
ESTUDO	SUGESTÕES DE ATIVIDADES - 3º TRIMESTRE
Plantas	Realizar, no dia 21 de setembro a "festa da árvore", com dramatizações, recitativos, exposições de álbuns, Desenhos, etc.
Animais	Desenhar um rebanho (carneiro); Desenhar objetos feitos de couro (o boi)

Fonte: BAHIA, Decreto n. 12.867, 1943, p. 191-198.

**Quadro 24:** Relação do Desenho com as Ciências Naturais - 2º ano primário (1944)

ESTUDO	SUGESTÕES DE ATIVIDADES - 1º TRIMESTRE
Plantas	Desenhar a "História da planta que nasceu no escuro"
Animais	Desenhar a metamorfose do sapo e um caramujo em atitude de defesa
ESTUDO	SUGESTÕES DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE
Plantas	Desenhar a espiga de milho protegida pelas glumas e nua
Animais	Desenhar as metamorfoses das borboletas
ESTUDO	SUGESTÕES DE ATIVIDADES - 3º TRIMESTRE
Plantas	Desenhar frutos inteiros e partidos; Desenhar um jardim florido e flôres isoladas.
Animais	Desenhar pessoas com trajes de verão e de inverno (a luta do homem e dos animais contra as intempéries).

Fonte: BAHIA, Decreto n. 12.867, 1943, p. 198-204.

**Quadro 25:** Relação do Desenho com as Ciências Naturais - 3º ano primário (1944)

ESTUDO	SUGESTÕES DE ATIVIDADES - 1º TRIMESTRE
Plantas	Desenhar árvores floridas ou carregadas de frutos
Animais	Desenhar a História de u'a mosca
ESTUDO	SUGESTÕES DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE
Plantas	Colecionar e desenhar flôres
Prop. da água	Desenhar paisagens nas quais esteja presente a água
ESTUDO	SUGESTÕES DE ATIVIDADES - 3º TRIMESTRE
Plantas	Desenhar uma árvore e pôr os nomes das partes de que é formada
Animais	Não identificamos registros

Fonte: BAHIA, Decreto n. 12.867, 1943, p. 204-214.

**Quadro 26:** Relação do Desenho com as Ciências Naturais - 4º ano primário (1944)

ESTUDO	SUGESTÕES DE ATIVIDADES - 1º TRIMESTRE
Animais	Desenhar cenas de pesca; Desenhar a metamorfose da rã
ESTUDO	SUGESTÕES DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE
Animais	Desenhar pássaros nacionais e estrangeiros
Ar	Desenhar uma cena na qual sejam apreciadas os efeitos de um vento forte em terra ou no mar
ESTUDO	SUGESTÕES DE ATIVIDADES - 3º TRIMESTRE
Animais	Desenhar mamíferos, aves, peixes, reptéis e batráquios <sup>77</sup> em seu meio natural; Desenhar animais invertebrados em seu meio natural

Fonte: BAHIA, Decreto n. 12.867, 1943, p. 204-224.

Após termos evidenciado as aproximações entre o Desenho e as Ciências Naturais nos quadros (23-26) deste trabalho, é oportuno aludir que para o *Programa Experimental*, o Desenho também estabelecia uma relação de aproximação com os Trabalhos Manuais<sup>78</sup> :

[...] O trabalho manual é a melhor direção que podemos dar à excessiva atividade física da criança e representa verdadeira necessidade sentida pelos jovens [...]. A Criança pequena desenha a todo instante, por toda a parte e, além de ser o Desenho a satisfação de um desejo imperioso do escolar representa ele o melhor meio de adaptar a criança à escola, nos primeiros dias de trabalho e uma preciosa fonte de informações sobre ela [...]. O Desenho e os Trabalhos Manuais, longe de constituírem um embaraço [...], desempenharão na escola primária um dos fatores de educação em seu múltiplo aspecto de educação física, moral, intelectual e social (BAHIA, Decreto n. 12.867, 1943, p. s/n).

Quanto aos programas de Desenho e Trabalhos Manuais deveriam ser constituídos:

[...] de duas partes: uma, em que estas atividades servirão às matérias de ensino, seja para ilustrá-las, enriquecê-las, seja para elucidar pontos obscuros; a outra parte constará de trabalhos destinados a desenvolver o gosto artístico, a imaginação criadora, etc (BAHIA, Decreto n. 12.867, 1943, p. 242).

De acordo com o Programa, o Desenho no 1º ano primário deveria seguir uma orientação que contemplasse a liberdade, favorecendo sobremaneira a

<sup>77</sup>Relativo aos Sapos / Rãs, ou que tem suas características, ou forma. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/bratáquio/>. Acesso em 14/03/2017.

<sup>78</sup> Não é objeto de estudo da nossa pesquisa, assim, não trataremos sobre as orientações definidas pelo Programa Experimental de 1943.

espontaneidade das crianças, como podemos comprovar no trecho a seguir.

O Desenho no 1º ano será sempre livre. O professor deverá aproveitar e dirigir a grande facilidade que tem a criança pequena para exprimir-se pelo Desenho. Tôdas as oportunidades serão aproveitadas permitindo-se à criança o Desenho espontâneo, sempre que deseje realizá-lo (BAHIA, Decreto n. 12.867, 1943, p. 242).

No *Programa Experimental*, no capítulo designado para Aritmética, identificamos anotações as quais tratavam sobre a função da Geometria no curso primário, assim expostas:

A Geometria, para ter função no curso primário, deve estudar as fôrmas reais, deve ser ativa e fazer penetrar a vida na escola. Ao envê de apresentar à criança a Geometria abstrata, com o estudo de linhas e Ângulos, cousa que não desperta o interesse do escolar, tornando esta matéria desagradável às crianças, devemos começar pelo estudo dos sólidos, das fôrmas concretas. E êste estudo será motivado pela apreciação de objetos do uso da criança: caixa, dados, pedras, etc. A Geometria assim apresentada, contribuiLrá grandemente para o desenvolvimento da observação e do raciocínio da criança. As aulas serão muito simples e práticas e o professor seguirá o caminho indutivo, psicológico [...] (BAHIA, 1943, p. 88).

Essa passagem também evidenciou que o ensino da Geometria deveria seguir as formas reais, objetivando os preceitos ativos e a vida real do aluno. Seguindo esses encaminhamentos, o ensino da Geometria contribuiria fortemente com o desenvolvimento da observação e do raciocínio das crianças.

Como foi mencionado anteriormente, para o *Programa Experimental* o Desenho deveria manter uma interlocução com as Ciências Naturais, Geografia, Trabalhos Manuais, Linguagem, conversas, excursões, gravuras, histórias, dramatização e poesia, dentre outros. No referido Programa, no capítulo destinado para Aritmética, havia orientações e sugestões de atividades que poderiam ser articuladas com o auxílio do Desenho e da Geometria<sup>79</sup>, apontando um “diálogo” entre ambas, assim descrito:

Muito lentamente, levaremos a criança ao estudo das linhas que formam os corpos, preparando-a para Geometria Abstrata, iniciando-a, no fim do curso primário, no estudo das linhas,

---

<sup>79</sup> Segundo Valente (2015) “os saberes elementares matemáticos integram matérias como: desenho, aritmética, geometria, formas, trabalhos manuais, etc” (VALENTE, 2015, p. 197).

ângulos, etc. Esta passagem do plano concreto ao plano abstrato deve ser feita com muito cuidado para que a criança sinta e compreenda a relação entre a Geometria no plano e no espaço. O desenho será, então, o melhor auxiliar (Programa Experimental (BAHIA, 1943, p. 89).

Essa fonte realçou que para *Programa Experimental*, o Desenho poderia ser utilizado no ensino da Geometria como “auxiliar” para facilitar ou colaborar na compreensão de determinado conceito geométrico.

O Programa ainda ponderou que a Geometria poderia ser mesclada com Aritmética, Geografia, Ciências Naturais e mais uma vez ao Desenho:

A Geometria pode vir ligada à Aritmética, à Geografia, às Ciências Naturais. Calculando-se as áreas, organizando-se mapas, gráficos, desenhando-se, estilizando-se animais, plantas, estará sempre presente a Geometria, auxiliando as outras matérias, fornecendo-lhes meios de desenvolvimento e de melhor compreensão. O professor deve aproveitar todas as oportunidades para fixação dos conhecimentos adquiridos em aula de Geometria. Nas excursões, levará a criança a observar a forma dos monumentos, edifícios, linhas de bonde, etc. Sem preocupação de classificações, de estudos aprofundados, irá fixando, no espírito da criança certas formas que a vida lhe apresenta e que por isso mesmo devem ser aprendidas (BAHIA, 1943, p. 89).

Essa fonte também nos indicou a posição estratégica que tem o professor em relação à construção dos Saberes Elementares Matemáticos (Aritmética e Geometria). Sua participação proporcionou a fixação de assuntos, podendo ser subsidiada tanto pela observação das obras arquitetônicas (monumento, edifícios), quanto na formulação de atividades que contemplavam a realidade das crianças.

Para colaborar com as nossas inferências e argumentações em relação às possíveis aproximações entre o Desenho, Aritmética e a Geometria, construímos o quadro (27), o qual foi estruturado a partir das determinações elencadas pelo *Programa Experimental* (Ensino Elementar), no campo destinado para Aritmética.

**Quadro 27:** Relação entre Aritmética, Desenho e Geometria no Ensino Elementar

Turmas	Atividades sugeridas pelo Programa Experimental
1º ano	Desenhar 5, 6, 8 bolinhas em diferentes posições
2ª ano <sup>80</sup>	Observação e estudo do prisma

<sup>80</sup> O ato de observar fazia parte das orientações sugeridas para as turmas do 2º ano primário.



	Observar e estudar o cone Observar e estudar os prismas e as pirâmides
3º ano	Levar a criança a desenhar a esfera e o cubo motivando, assim o estudo das linhas e curvas, posições das linhas, etc. Dar oportunidades para a criança desenhar linhas retas e curvas em várias posições. Fazer desenhar triângulos aproveitá-los para decoração, debuxo <sup>81</sup> de trabalhos, etc. Estudo dos triângulos-polígonos em geral. Conhecer e aplicar as formas geométricas estudadas
4º ano	Desenhos, jogos, recortes com o fim de fazer o escolar compreender o que representam numerador e denominador. Concretização de frações próprias e impróprias e do número misto em desenhos, recortes, etc. Fazer apelo aos conhecimentos sobre equivalência [...] provar pelo desenho
5º ano	As mesmas atividades para o 4º ano Exercícios de avaliação do perímetro do quadrado e retângulo Fazer gráficos sobre notas, medidas, frequência, etc. Fazer exercícios mandando o escolar avaliar um dos lados do quadrado e perguntar o perímetro Fornecer dados para o escolar organizar gráficos Organizar gráficos de altura, peso, etc., Avaliação da área do quadrado, retângulo e triângulo

Fonte: BAHIA, Decreto n. 12.867, 1943, p. 102-112.

Diante da conjuntura apresentada até aqui, consideramos ser importante uma análise nas orientações sugeridas pelo *Programa Experimental*, em relação ao ensino do Desenho nas classes primárias. Assim, optamos pela elaboração dos quadros (28-31), para uma melhor compreensão dos fatos investigados.

**Quadro 28:** Programa Experimental - 1º ano primário

1º Ano	Atividades - Desenho
a.	Desenhar cenas de Histórias; Desenhar cenas de uma excursão;
b.	Desenhar cenas das dramatizações; Desenhar cenas da vida comum;
c.	Ilustrar cartas e composição; Colorir Desenhos simples de linhas retas;
d.	Desenhar bolinhas, cruces, quadrados para ilustração das aulas de Aritmética
e.	Desenhar um relógio com o auxílio da professora
f.	Desenhar a sala de aula, a escola; Desenhar o mapa da classe
g.	Desenhar a História do feijoeiro, desenhar o milho, o tomate, uma plantinha, uma árvore
h.	Desenhar um cão, um gato, um passarinho, os filhotes do passarinho, uma galinha ou pintos, um coelho, peixe, um carneiro, o boi, etc;
i.	Desenhar cartazes muito simples de higiene; Colorir a Bandeira Nacional

Fonte: BAHIA, Decreto n. 12.867, 1943, p. 242-243.

<sup>81</sup> Podemos definir como um pré-desenho daquilo que queremos desenhar ou projetar, seria os traços, rabiscos, uma semi-arte para se fazer uma arte-final. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/debuxo/>. Acesso em 19/09/2017.

Neste quadro (28), identificamos algumas atividades (c, d) de cunho matemático (Geometria e Aritmética), os quais estavam atrelados ao uso do Desenho, demonstrando assim uma aproximação entre ambas. É possível verificar também sugestões (f, g, h) que envolviam Ciências Naturais e Geografia.

Para o *Programa Experimental*, essas atividades (quadro 28) deveriam ser motivadas pelos professores, proporcionando nas crianças o desejo de realizá-las, entretanto sem o sentido de obrigatoriedade. Não era aconselhável ao professor tecer críticas muito severas, as quais poderiam criar um ambiente de inibição nas crianças. Contudo, seria necessário cultivar no escolar o hábito de julgar os seus trabalhos.

Dando continuidade nas nossas análises, exemplificamos (quadro 29) as atividades pretendidas para o Desenho nas classes de 2º ano primário, antes convém advertir que:

O Desenho continuará livre, mas o professor poderá aumentar a crítica, embora sempre preocupado em animar a criança, no sentido de se expressar pelo Desenho. Chamará atenção da criança acerca das proporções, mas isto de u'a maneira muito simples: "Os meninos são sempre menores que as casas e as árvores, não é? Os bondes não são maiores que os automóveis?" Lentamente, será a criança preparada para desenhar de acordo com a realidade. Êste trabalho, porém deverá ser feito com muito tato afim de evitar que a criança perca a espontaneidade (BAHIA, Decreto n. 12.867, 1943, p. 244-245).

**Quadro 29:** Programa Experimental -2º ano primário

2º Ano	Atividades que podem ser sugeridas - Desenho
	<b>As mesmas atividades do 1º ano, mais</b>
a.	Desenhar cenas das Histórias mudas
b.	Desenhar cenas de determinadas excursões
c.	Desenhar uma História tôda em suas cenas principais
d.	Desenhar uma frase escrita no quadro; Desenhar a planta da escola
e.	Desenhar os meios de transporte da localidade;
f.	Fazer pequenos anúncios para a loja escolar, para o jornal, caixa escolar, etc.
g.	Desenhar a Bandeira Nacional
h.	Desenhar edifícios públicos em linhas muito simples
i.	Desenhar a planta da localidade
j.	Desenhar os animais e plantas estudados no programa de Ciências Naturais
k.	Desenhar folhas, frutos
l.	Organizar programas para as festas da escola.

Fonte: BAHIA, Decreto n. 12.867, 1943, p. 244-245.

As orientações sugeridas pelo *Programa Experimental* para as turmas do 2º ano (quadro 29) nos indicam uma articulação entre o ensino do Desenho e Geometria, isso se justifica pela presença de questões que solicitavam o uso de elementos geométricos, como por exemplo, desenhar edifícios públicos em linhas muito simples e desenhar a bandeira nacional.

Em relação ao 3º ano primário, o *Programa Experimental* elencou as seguintes atividades:

**Quadro 30:** Programa Experimental - 3º ano Primário

3º Ano	Atividades que podem ser sugeridas Desenho
a.	<b>AS MESMAS ATIVIDADES DO 2º ANO E MAIS</b>
b.	Desenhar cenas das dramatizações
c.	Desenhar cenas descritivas nos livros de leitura e literatura
d.	Ilustrar cartas de acôrdo com o assunto;
e.	Desenhar cartazes para anunciar livros da biblioteca, artigos da loja, etc.
f.	Desenhar determinadas cenas das excursões; Desenhar retratos muito simples
g.	Desenhar monumentos, cenas históricas;
h.	Desenhar as figuras estudadas na Geometria aproveitá-las para fazer frisas faixas
i.	Desenhar material para concretização das técnicas de Aritmética (multiplicação, divisão, fração, etc.);
j.	Desenhar grandes números para fazer frisas; Cartografia da Bahia;
k.	Desenhar as produções do Estado;
l.	Desenhar árvores, folhas, flores, insetos, aracnídeos, cobras, etc.
m.	Desenhar a vida da semente, sua locomoção;
n.	Desenhar cartazes para a campanha do combate ao alcoolismo;
o.	Desenhar a Bandeira em boas proporções;
p.	Organizar cartazes, aproveitando os Desenhos sugeridos nos programas das diferentes matérias e fazer Desenhos para o jornalzinho

Fonte: BAHIA, Decreto n. 12.867, 1943, p. 246-247.

Ao analisarmos o quadro (30), observamos que no 3º ano primário, o ensino do Desenho passaria a ter um aspecto mais rigoroso e completo, exigindo no aluno uma melhor aptidão e desembaraço com as atividades requeridas pelo professor, sobretudo nos traços artísticos. Para fortalecer nossa afirmação, trazemos a seguir uma passagem que justifica tal proposição.

Os trabalhos vão crescendo em dificuldade, porquanto o escolar tem maior controle muscular e capacidade de realizar tarefas mais completas. [...] A parte do Desenho pode ser desenvolvida, levando-se a criança através da critica de seu trabalho, a realizar Desenho mais perfeito artístico (BAHIA, Decreto n. 12.867, 1943, p. 246-247).

Mais uma vez identificamos (quadro 30) determinadas atividades que aproximavam o ensino do Desenho com a Geometria (atividade h) e Aritmética (atividade i).

Para o 4º ano Primário, o ensino do Desenho, também exigia uma maior habilidade e perspicácia do professor, principalmente no que se referia à manutenção da espontaneidade do aluno, que de acordo com o *Programa Experimental*, diminuía quando a criança crescia.

Neste sentido, o trabalho do professor seria,

[...] o de prevenir esta perda, evitando que a criança perca o gosto pelo Desenho. Se o trabalho foi bem orientado desde o 1º ano, a criança continuará naturalmente a desenhar e agora nos últimos anos, poderá o professor levá-la a um trabalho estético elaborado de acordo com as regras da arte. Não será mesmo demais que o professor ensine à criança as primeiras regras de perspectiva, sombra (BAHIA, 1943, p. 248-249).

Dessa maneira, identificamos que o ensino do Desenho para o 4º ano primário exigia uma participação mais efetiva do professor com as questões ligadas a naturalidade da criança, a qual supostamente teria sido adquirida em anos anteriores.

Nesta passagem, há um aspecto que nos chamou bastante atenção, principalmente no que se refere às aproximações do Desenho com o ensino das Artes. Assim, observa-se que o Desenho poderia ser utilizado como “instrumento” para tal matéria escolar.

A seguir (quadro 31) apresentamos as orientações formuladas pelo *Programa Experimental* para o ensino do Desenho em relação ao 4º ano Primário.

**Quadro 31:** Programa Experimental - 4º ano Primário

4º Ano	Atividades que podem ser sugeridas - Desenho
<b>AS MESMAS ATIVIDADES DO 1º ao 3º ANO E MAIS</b>	
a)	Desenho de cenário para dramatização;
b)	Idem de enfeites para sala de aula que serão executados nas aulas de Trabalhos Manuais-cantoneiras, estantes, cortinas, vasos, etc;
c)	Desenho de pequenas mobílias de caixonete - serrar, forrar, envernizar;
d)	Desenhar material para palestras: cartazes, gravuras, álbuns, etc;
e)	Desenhar Histórias mudas, trechos lidos nos livros de literatura; ilustrar composições, poesias, etc;
f)	Desenhar provérbios simples;
g)	Desenhar cartas enigmáticas;
h)	Desenhar clichês para jornal;
i)	Desenhar retratos de personagens ilustres;

j)	Desenhar trechos da história, produções do Brasil, etc;
k)	Realizar as atividades recomendadas no programa de Ciências Naturais;
l)	Fazer Desenhos de cópia, usando a sombra;
m)	Usar a perspectiva;
n)	Fazer Desenhos para melhor compreensão dos trabalhos de Aritmética;
o)	Fazer Desenhos geométricos;
p)	Desenhar a Bandeira Nacional, de acôrdo com a técnica, as armas nacionais, etc;
q)	Cartografia do Brasil e dos estados, das regiões, com as produções, acidentes do Brasil;
r)	Cartazes com preceitos higiênicos;
s)	Desenhos de gráficos estatísticos;
t)	Mapa com determinação de estradas de ferro e de rodagem do Brasil.

Fonte: BAHIA, Decreto n. 12.867, 1943, p. 248-249.

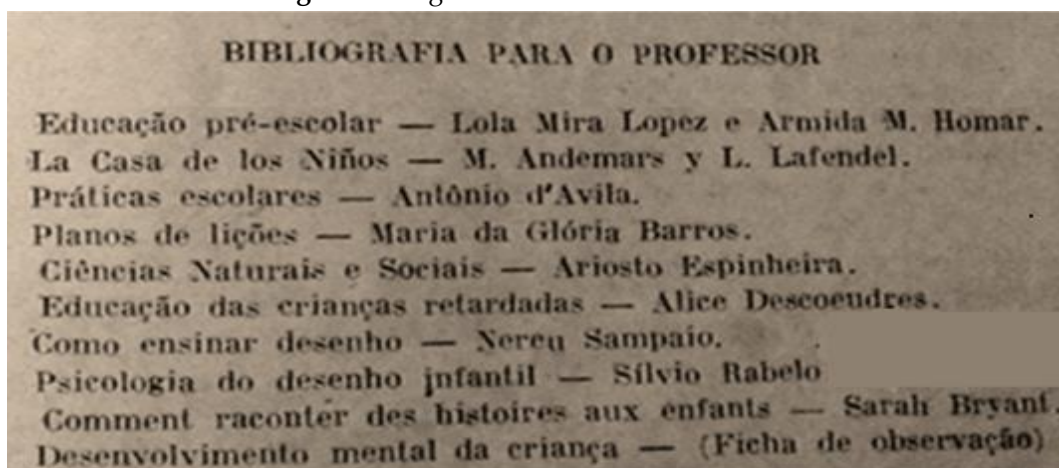
Ao analisarmos as atividades elencadas no quadro (31) consolidadas para o 4º ano primário pelo *Programa Experimental*, foi possível identificar algumas aproximações entre o Desenho e a Matemática (Geometria, Aritmética), sendo comprovada pelas seguintes sugestões: fazer Desenhos para melhor compreensão dos trabalhos de Aritmética (n), fazer desenhos geométricos (o).

De forma geral, as atividades exemplificadas nos quadros (28-31), nos autorizam a afirmar que o ensino do Desenho manteve uma relação de proximidade com o ensino da Matemática (Aritmética e Geometria) no *Programa Experimental*, isso se justifica pelo uso constante de atividades os quais utilizavam elementos matemáticos em sua estrutura (desenhos de edifícios públicos em linhas muito simples, desenho da bandeira nacional, desenhos para favorecer a compreensão da Aritmética e desenhos geométricos).

Por fim, trazemos abaixo a relação de algumas publicações sugeridas pelo referido Programa, as quais podem ter sido utilizadas pelos professores baianos, em particular do Ensino Primário como guia de orientação para suas atividades diárias.

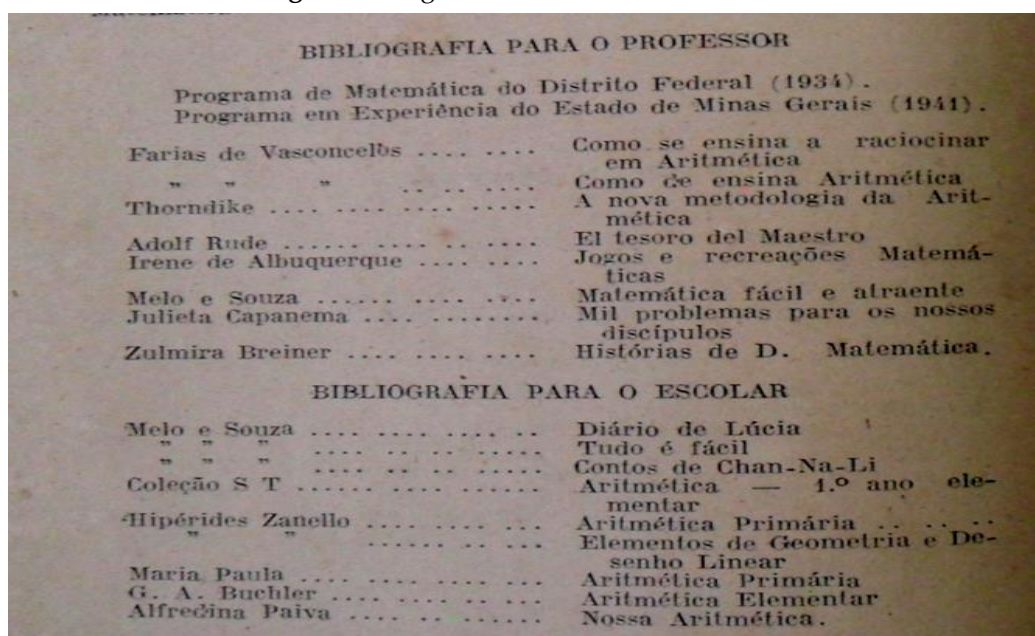
As figuras (15 e 16) demonstram respectivamente algumas indicações de livros de Geometria e Aritmética, sugeridas pelo *Programa Experimental* para as classes primárias.

Figura 15: Sugestões de livros - Desenho



Fonte: BAHIA, 1943, p. 303.

Figura 16: Sugestão de livros - Aritmética



Fonte: BAHIA, 1943, p. 128.

### 2.3 O ENSINO NO BRASIL NA DÉCADA DE 1930<sup>82</sup>

O modelo agrário-comercial exportador que existia no Brasil, nos tempos da Revolução de 1930, segundo Zotti (2006) passou a ser questionado, pois tal sistema comercial obrigava o país a depender da importação de produtos industrializados, comumente designados como manufaturados, gerando uma submissão em relação aos países mais desenvolvidos.

<sup>82</sup>Reiteramos que será feita uma análise sucinta. Analisaremos o Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931 (Reforma Francisco Campos), de forma breve e resumida.

Com a “Revolução de 1930”, o modelo agrário-comercial exportador é questionado, pois este obrigava o país a depender da importação de produtos manufaturados, numa completa submissão frente aos países desenvolvidos. Enquanto, nos primeiros 30 anos do século XX, as nações industrializadas prosperam, alcançando o capitalismo a fase imperialista, as nações subordinadas amargam graves crises e uma realidade de dependência quase absoluta. Diante desse quadro, no Brasil, passam a ser atacadas duas causas básicas do subdesenvolvimento: a primeira dizia respeito à política econômica dirigida para o setor agrícola, que não apresentava condições de desenvolvimento; a segunda era a dependência em relação à economia externa e a necessidade de romper com ela (ZOTTI, 2006, p. 10-11).

Nesse cenário, Zotti (2006) ponderou que entre 1930 e 1964 houve no Brasil, o desenvolvimento industrial, sendo nomeado como “substituições de importações”. “Isso significou a substituição de bens de consumo importados por bens de consumo de produção nacional. Também, aproveitando a crise em outros mercados, ocorre a importação de equipamentos, visando atingir os padrões de produção da elite” (ZOTTI, 2006, p. 11). Nesse sentido, ocorreu um crescimento industrial, delegando ao Estado o poder de decisão na esfera política econômica. Tal conjuntura projetou a educação como alavanca para o desenvolvimento econômico. Leis Orgânicas do ensino, nos níveis primário e secundário, foram criadas.

É nesse contexto que se inaugura a segunda etapa do desenvolvimento industrial no Brasil (1930-1964), caracterizada pelo modelo conhecido como “substituições de importações”, e tem início a ideologia política do nacional-desenvolvimentismo. Há, então, um vigoroso crescimento do parque industrial e o Estado passa a ser o principal centro de decisão da política econômica. Diante do novo modelo econômico, a educação escolar será considerada necessária a um número maior de pessoas e imprescindível como alavanca do desenvolvimento econômico no contexto da industrialização/urbanização. Em face dessa realidade, de 1937 a 1946 ocorrem as discussões e criação das Leis Orgânicas do ensino, nos níveis secundário (formação geral e profissionalizante) e do ensino primário, significando, pela primeira vez, a intervenção mais efetiva do Estado na organização da educação brasileira (ZOTTI, 2006, p. 11).

Coadunando com essa perspectiva, Andreotti (2006) argumentou que a década de 1930, representou um marco importante para o Brasil, no que se refere

ao processo da modernização que impulsionou a industrialização, urbanização e sem dúvida, o surgimento de movimentos políticos que protagonizou.

A década de 1930 é reconhecida como o marco referencial da modernidade na história do Brasil, modernidade entendida como o processo de industrialização e urbanização, contemplada por inúmeros estudos que destacam esse período pelas mudanças que inaugurou e pelos movimentos políticos que protagonizou: a Revolução de outubro de 1930, a Revolução Constitucionalista de 1932<sup>83</sup> e o Estado Novo, em 1937 (ANDREOTTI, 2006, p. 103-104).

Nesse período de expansão industrial, a educação tornou-se um instrumento para inserção social, tanto para os educadores quanto para uma parcela da população brasileira. Colaborando com essa perspectiva, Andreotti (2006) afirmou que:

Nesse contexto de expansão das forças produtivas, a educação escolar foi considerada um instrumento fundamental de inserção social, tanto por educadores, quanto por uma ampla parcela da população que almejava um lugar nesse processo. Às aspirações republicanas sobre a educação como propulsora do progresso, soma-se a sua função de instrumento para a reconstrução nacional e a promoção social (ANDREOTTI, 2006, p. 105).

É oportuno salientar que nas primeiras décadas do século XX, ocorreram no Brasil várias discussões em torno da educação, como consequência foram criadas a Associação Brasileira de Educação (ABE), o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (1930), Constituição de 1934 e o surgimento de diversas reformas educacionais no período.

Desde as primeiras décadas do século XX, os rumos da educação do país estiveram na pauta de discussão de vários setores organizados da sociedade. Como resultado, houve a criação, por educadores, da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, incentivadora de vários debates em torno da questão educacional; a formação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, em 1930; a promulgação da Constituição de 1934, estabelecendo a necessidade de um Plano Nacional de Educação, como também a gratuidade e obrigatoriedade do ensino elementar; e a proposição de inúmeras reformas educacionais no período, demonstrando que, nessas décadas, ocorreram mudanças formais e substanciais na educação escolar do país. Foi sem dúvida um momento em que

---

<sup>83</sup> “Movimento desencadeado no Estado de São Paulo visando à volta ao poder da elite paulista, segmento hegemônico na Primeira República” (ANDREOTTI, 2006, p. 104).



predominou uma visão otimista em relação à educação, como instrumento de democratização e equalização social (ANDREOTTI, 2006, p. 105).

É nesse ambiente questionador, que surge na década de 1930 no Brasil um Movimento denominado de *Escola Nova*<sup>84</sup>, que foi “formado por educadores que traduziram os ideais liberais na defesa de uma escola pública para todos e que se empenharam em dar novos rumos à educação, questionando o tradicionalismo pedagógico” (AZEVEDO; SELLES; TAVARES, 2016, p. 246).

Ainda nesse cenário, surgiram duas vertentes: a primeira liderada por Fernando de Azevedo<sup>85</sup> e Lourenço Filho<sup>86</sup> e a outra pela Igreja Católica.

Quanto a isso, reportamos Azevedo, Salles e Tavares (2016), quando afirmaram:

Alicerçando o movimento renovador do ensino, estavam as proposições sociológicas e psicológicas de Fernando de Azevedo e Lourenço Filho. Do outro lado, a Igreja se colocava como principal opositora dos novos modelos pedagógicos. Essas duas vertentes polarizaram os debates sobre a educação na década de 1930, e os embates travados tornavam evidente a diversidade de interesses que abrangia a educação escolarizada naquele momento [...] (AZEVEDO; SALLES; TAVARES, 2016, p. 246-247).

Então, no final de 1931, exatamente na IV Conferência de Educação, ocorreu a separação entre os escolanovistas e católicos sendo oficializado pela publicação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*<sup>87</sup>.

Almeida Filho (2006) explicou tal panorama:

---

<sup>84</sup> “[...] Movimento caracterizado por novas idéias pedagógicas que estavam em pauta nos EUA e Europa, com vistas à adequação do ensino na fase de desenvolvimento capitalista industrial. John Dewey foi um dos precursores dessas idéias que envolviam a expansão das oportunidades escolares, como também novos métodos pedagógicos, em contraposição à escola tradicional” (AZEVEDO; SELLES; TAVARES, 2016, p. 246).

<sup>85</sup>Fernando de Azevedo (1894-1974) foi um educador, professor. Foi um dos expoentes do movimento da Escola Nova. Participou intensamente do processo de formação da universidade brasileira, em busca de uma educação de qualidade. Disponível em: [https://www.ebiografia.com/fernando\\_de\\_azevedo/](https://www.ebiografia.com/fernando_de_azevedo/). Acesso em 15/01/2018.

<sup>86</sup>Foi um dos precursores no estudo e publicações no âmbito da Escola Nova, com o livro *Introdução ao estudo da Escola Nova*, no fim da década de 30 [...]”. Disponível em: <https://www.infoescola.com/biografias/lourenco-filho/>. Acesso em 15/01/2018.

<sup>87</sup> “Esse foi um momento de confronto com a educação elitista e tradicional defendida pelos católicos conservadores que detinham uma força política considerável, representando os interesses da iniciativa privada. O embate entre os renovadores e os católicos aconteceu na década de 1920 e foi posteriormente retomado nos anos 50, na discussão de uma lei nacional de educação” (ANDREOTTI, 2006, p. 106).

O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova foi lançado em 1932 num panorama de disputas políticas pelo controle do aparelho escolar, confrontando-se com as concepções de pensamentos pedagógicos humanistas católicos que privilegiavam a forma de uma educação integral do homem, enquanto ser criado por Deus e, por isso mesmo, a educação deveria ter princípios morais e religiosos ligados à tradição cristã. A lógica católica era contrária ao pensamento da modernidade, em que se privilegiava a ciência como promotora de progresso. Nessa posição, encontravam-se os renovadores que eram defensores de uma nova escola, promotora da ciência e da pedagogia moderna sob a égide do ensino público, gratuito e laico. A idéia de uma escola laica sob controle do Estado defendida pelos Pioneiros da Escola Nova não encontrava respaldo dos católicos (ALMEIDA FILHO, 2006, p. 2181).

Outro aspecto importante que ocorreu na década de 1930, refere-se às várias reformas educacionais que aconteceram no Brasil, tanto na esfera Federal quanto Estadual, que impactaram mudanças nos níveis de ensino, com exceção no primário e normal que não foram contemplados. Quanto a isso Andreotti (2006) esclareceu que:

A ação do recém-criado Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública se fez sentir com a Reforma Francisco Campos, Ministro (1930-1934) do recém criado Ministério da Educação que, em 1931, estruturou e centralizou para a administração federal os cursos superiores, adotando o regime universitário; organizou o ensino secundário, dividindo-o em dois ciclos: um fundamental, de 5 anos e outro complementar, de dois anos para determinadas carreiras, ambos obrigatórios para o ingresso no ensino superior; e criou o ensino comercial (ensino médio profissionalizante). O ensino primário ou elementar e o ensino normal não foram contemplados nessa legislação por serem de competência dos Estados (ANDREOTTI, 2006, p. 106).

Em relação ao papel do Governo Federal na educação, Silva (2010), argumentou que o ensino primário não era preocupação para o Ministério da Educação, sendo renegado ao segundo plano.

O papel crescente do governo federal na educação teve também como consequência o arrefecimento dos esforços educacionais dos estados, que haviam começado a se esboçar com maior vigor em várias regiões do país ao longo da década de 20 e início dos anos 30 [...]. Como o ensino primário continuou sendo atribuição dos governos estaduais e o Ministério se preocupava basicamente com o nível secundário e superior, o ensino primário ficou cada vez mais relegado a segundo plano, e o país jamais conseguiu organizar um sistema nacional

realmente abrangente de educação básica, apesar dos avanços havidos principalmente em São Paulo e no Distrito Federal. A principal atuação do Estado Novo na área do ensino primário foi, na realidade, repressiva, ao tratar de impedir que os filhos de imigrantes japoneses, italianos e alemães fossem alfabetizados em suas línguas maternas [...] (SILVA, 2010, p. 54).

Quanto ao ensino de Matemática, Silva (2010) afirmou que:

Um dos principais resultados da colaboração entre a Igreja e o Ministério da Educação foi a grande ênfase dada ao ensino humanista na escola secundária, em detrimento da formação científica e técnica. O latim ocupava lugar central, e até o grego chegou a ser cogitado como matéria regular, enquanto que a matemática, a biologia e a física ficavam em segundo plano [...] (SILVA, 2010, p. 55).

A função da Escola Secundária era formar das elites, enquanto as escolas primárias e profissionais menos privilegiadas (comercial, agrícolas, industrial), atenderiam as grandes massas populares. Para subsidiar tal asserção, reportamos Schwartzman (1985), quando versou sobre tal perspectiva.

A ênfase no ensino clássico e humanista para o nível secundário se explica pela idéia, então existente, de que caberia à escola secundária a formação das elites condutoras do país, enquanto que as grandes massas seriam atendidas pelo ensino primário ou por escolas profissionais menos prestigiadas - comercial, agrícola, industrial, etc. O ensino superior permanecia muito restrito e seu acesso, por muito tempo, esteve limitado aos alunos que passassem pelas escolas secundárias [...] (SCHWARTZMAN, 1985, p. 165).

#### **2.4 LEI ORGÂNICA DO ENSINO PRIMÁRIO-DECRETO LEI N. 8.529 DE 1946**

Com a renúncia de Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945, assumiu a presidência do Brasil em caráter provisório, o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, que governou de 29 de outubro de 1945 a 31 de janeiro de 1946. Nesse período, o ministro da educação foi Raul Leitão da Cunha, que decretou a Lei Orgânica do Ensino Primário, em 2 de janeiro de 1946.

Para Zotti (2006), o Decreto-lei n. 8.529, foi a primeira lei concreta do Governo Federal para o Ensino Primário.

[...](Decreto-lei n. 8.529 de 02/01/1946) foi a primeira iniciativa concreta do governo federal para este nível de ensino e entra em

vigor num momento de crise política, com o fim do Estado Novo e o retorno à democracia. Até 1946, o Ensino Primário carecia de diretrizes nacionais, o que demonstra o desinteresse do governo para com a educação popular que dispensava, num modelo agrário-exportador, uma formação escolarizada ao trabalhador [...] (ZOTTI, 2006, p. 11).

Para Schwartz e Falcão (2011), o Decreto-lei representou efetivamente a elaboração de uma política nacional para o Ensino Primário, executando diretrizes centrais para sua reorganização.

A partir de 1946, com o Decreto-lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946, assiste-se, no Brasil, a um momento de consolidação de um plano nacional para o Ensino Primário. Antes desse decreto, as orientações sobre esse nível de ensino ficavam sob a responsabilidade dos estados, não existindo, portanto, uma diretriz nacional anterior. Nesse sentido, o Decreto-lei n. 8.529 de 2 de janeiro de 1946, efetivou a elaboração de uma política nacional para o Ensino Primário, implementando diretrizes centrais para a reorganização desse nível de ensino em todo o País (SCHWARTZ; FALCÃO, 2011, p. 274).

O Decreto-lei n. 8.529 de 1946, estabeleceu normas sobre o Ensino Primário tais como, as duas bases de organização, da estrutura, da vida escolar, da administração e organização, da gratuidade e obrigatoriedade, dos recursos, das medidas auxiliares e disposições finais.

De acordo com decreto (Art. 1), as finalidades do Ensino Primário seriam:

a) proporcionar a iniciação cultural que a todos conduza ao conhecimento da vida nacional, e ao exercício das virtudes morais e cívicas que a mantenham e a engrandecem, dentro de elevado espírito de naturalidade humana; b) oferecer de modo especial, às crianças de sete a doze anos, as condições de equilibrada formação e desenvolvimento da personalidade; c) elevar o nível dos conhecimentos úteis à vida na família, à defesa da saúde e à iniciação no trabalho (BRASIL, 1946, p. 1).

Quanto às categorias do Ensino Primário e seus cursos, a Lei definiu no Art. 2, que o mesmo compreendia: Ensino Primário Fundamental, destinado às crianças de sete a doze anos e Ensino Primário Supletivo para os adolescentes e adultos.

No Art. 3 expressou que o Ensino Primário Fundamental deveria ser ministrado em dois cursos sucessivos: o elementar e o complementar. Por conseguinte, o Art. 4 tratou sobre o Ensino Primário Supletivo, que deveria ter

um só curso, o Supletivo.

Para Zotti (2006), os objetivos do Ensino Primário estavam em sintonia com as propostas escolanovistas e dessa forma

[...] buscavam a formação e desenvolvimento integral da criança, e não apenas a redução da escola primária ao ler e escrever. Há uma preocupação com a transmissão de conhecimentos úteis para a vida em sociedade e com a preparação para o mundo do trabalho, que se tornava mais complexo nesse período (ZOTTI, 2006, p. 12).

Em relação à estrutura do Ensino Primário (quadro 32), no capítulo I, a Lei estabeleceu que o curso primário elementar deveria ser ministrado em 4 anos de estudos e ter as seguintes disciplinas:

**Quadro 32:** Disciplinas do Curso Primário Elementar

I	Leitura e Linguagem Oral e Escrita;	V	Desenho e Trabalhos Manuais
II	Iniciação Matemática	VI	Canto Orfeônico
III	Geografia e História do Brasil;	VII	Educação Física
IV	Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho		
P.U	Os alunos do sexo feminino aprenderão, ainda, economia doméstica e puericultura.		

**Fonte:** Decreto-lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946, p. 1.

O Decreto-lei n. 8.529 de 1946, no capítulo II (Art. 8), discorreu que o curso complementar elementar (quadro 33), teria duração de 1 ano de estudo com as seguintes disciplinas e atividades:

**Quadro 33:** Disciplinas do Curso Complementar Elementar

<b>I</b>	Leitura e Linguagem Oral e Escrita;
<b>II</b>	Aritmética e Geometria;
<b>III.</b>	Geografia e História do Brasil, e Noções de Geografia Geral e História da América;
<b>IV</b>	Ciências Naturais e Higiene;
<b>V</b>	Conhecimentos das atividades econômicas da região;
<b>VI</b>	Desenho
<b>VII</b>	Trabalhos Manuais e práticas educativas referentes às atividades econômicas da região;
<b>VIII.</b>	Canto Orfeônico;
<b>IX.</b>	Educação Física;
<b>Parágrafo Único.</b>	Os alunos do sexo feminino, aprenderão, ainda, noções de economia doméstica e de puericultura.

**Fonte:** Decreto-lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946, p. 2.

No Art. 9, do capítulo III (quadro 34), ficou aludido que o Ensino Supletivo Primário teria duração de 2 anos de estudos com as seguintes disciplinas:

**Quadro 34:** Disciplinas do Ensino Supletivo Primário

I	Leitura e linguagem oral e escrita	II	Aritmética e geometria
III	Geografia e História do Brasil	IV	Ciências naturais e higiene
V	Noções de direito usual (legislação do trabalho, obrigações da vida civil e militar)	V	Desenho

Fonte: Decreto-lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946, p. 3.

Zotti (2006) argumentou que as disciplinas do Ensino Supletivo Primário se constituíram numa

proposta pragmática, com sentido acentuadamente brasileiro, pois ao lado das disciplinas tradicionais, estavam presentes disciplinas de caráter prático, que deveriam tratar da formação do indivíduo (vida social, saúde, arte e educação física), além da formação para o trabalho, com o objetivo de revelar e desenvolver aptidões (ZOTTI, 2006, p. 12).

O Decreto-lei em seu Art. 10, no Capítulo IV, estabeleceu os princípios do Ensino Primário Fundamental (quadro 35), os quais deveriam ser organizados da seguinte forma:

**Quadro 35:** Princípios do Ensino Primário Fundamental

a.	Desenvolver-se de modo sistemático e graduado, segundo os interesses naturais da infância;
b.	Ter como fundamento didático as atividades dos próprios discípulos;
c.	Apoiar-se nas realidades do ambiente em que se exerça, para que sirva à sua melhor compreensão e mais proveitosa utilização;
d.	Desenvolver o espírito de cooperação e o sentimento de solidariedade social;
e.	Revelar as tendências e aptidões dos alunos, cooperando para o seu melhor aproveitamento no sentido do bem estar individual e coletivo;
f.	Inspirar-se, em todos os momentos, no sentimento da unidade nacional e da fraternidade humana.

Fonte: Decreto-lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946, p. 3.

Quanto à administração e organização, a lei determinou no Capítulo III, os tipos de estabelecimentos de ensino primário. No Art. 27 desse mesmo Capítulo, definiu que os estabelecimentos de ensino primário seriam caracterizados por designações especiais, caso ministrassem um ou mais cursos, e seriam mantidos pelos poderes públicos ou por particulares.

O Art. 28 (quadro 36) designou os seguintes estabelecimentos de Ensino Primário mantidos pelos poderes públicos:

**Quadro 36:** Classificação dos Estabelecimentos de Ensino Primário

I.	<b>Escola Isolada-(E.I)</b> Quando possua uma só turma de alunos, entregue a um só docente.
II.	<b>Escolas Reunidas-(E.R)</b> Quando houver de duas a quatro turmas de alunos, e número correspondente

	de professores, e número correspondente de professores.
<b>III.</b>	<b>Grupo Escolar -(G.E)</b> Quando possua cinco ou mais turmas de alunos, e número igual ou superior de docentes
<b>IV.</b>	<b>Escola Supletiva-(E.S)</b> Quando ministre ensino supletivo, qualquer que seja o número de turmas de alunos e de professores.

**Fonte:** Decreto-lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946, p. 7

Ao analisarmos a Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-lei n. 8.529 de 1946), nesta seção averiguamos que a mesma foi a primeira Lei idealizada pelo Governo Federal para o Ensino Primário. Também foi possível identificarmos algumas características de sua normatização: as duas bases de organização, da estrutura, da vida escolar, da administração e organização, da gratuidade e obrigatoriedade, dos recursos, das medidas auxiliares e disposições finais.

Citamos às categorias que compreendeu o Ensino Primário: Ensino Primário Fundamental, para as crianças de sete a doze anos e Ensino Primário Supletivo direcionado para os adolescentes e adultos.

Pontuamos que o Ensino Primário Fundamental foi composto pelo elementar e complementar. Já o Ensino Primário Supletivo, deveria ter um só curso, o supletivo.

Quanto à estrutura do Ensino Primário, exemplificamos as matérias escolares, do curso primário elementar, curso complementar elementar e supletivo primário. Somado a isso, versamos sobre os princípios do Ensino Primário Fundamental e a classificação dos estabelecimentos de ensino primário

Enfim, apesar dos nossos esforços ainda não foi possível detalhar com exatidão, quais foram as atividades propostas pela Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-lei 8.529 de 1946) para o Desenho e a Matemática, no curso Primário Elementar, Curso Complementar Elementar e Ensino Supletivo Primário. Ademais sua inserção, relevância e os impactos nos municípios de Vitória da Conquista-BA e Salvador-BA.

## 2.5 A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA (BA) - 1959

Em 12 de outubro de 1959, no governo de Gerson Gusmão Sales<sup>88</sup> foi criado o Departamento Municipal de Educação do Município de Vitória da Conquista - BA.

Denominada de Lei n. 15, estabeleceu nos seus quinze (15) Capítulos (quadro 37) as seguintes determinações:

**Quadro 37:** Departamento Municipal de Educação- Vitória da Conquista - BA (1959)

<b>CAPÍTULOS</b>	<b>ESPECIFICIDADE</b>
I - Da organização	Finalidades do Departamento Municipal de Educação
II - Do provimento das escolas	Como as escolas municipais serão regidas
III - Do aparelhamento escolar	Relatou sobre os prédios escolares, mobiliário e material didático
IV- Do direito e dever do professor	Tratou sobre os direitos e deveres do professor
V-Dos vencimentos dos professores	Estabeleceu o valor dos salários dos professores
VI - Dos serviços da Estatística	Tratou sobre o preenchimento dos boletins
VII-Do programa, disciplina e duração do curso	Especificou quais disciplinas deveriam ser ministradas
VIII - Do ano letivo	Detalhou sobre o calendário escolar
IX - Da matrícula	Estabeleceu a data para matrícula
X - Da transferência de escolas	Tratou sobre a transferência e extinção de uma unidade escolar
XI - Da fiscalização	Versou sobre as fiscalizações das escolas municipais
XII - Dos exames	Relatou sobre os exames de promoção
XIII - Da ficha dos professores	Informações sobre a ficha individual do professor
XIV - Da criação de novas escolas	Tratou sobre as instalações das escolas
XV - Disposições transitórias	Informou sobre o concurso para professor

Fonte: Lei n. 15, de 12 de outubro de 1959, p. 1-11.

A referida Lei determinou no Capítulo I (figura 17), as finalidades do Departamento Municipal de Educação que deveriam ser:

<sup>88</sup> “Gerson Gusmão Sales, eleito prefeito de Vitória da Conquista-BA, em 03 de outubro de 1950. Tomou posse em abril de 1951, exercendo o cargo até abril de 1955 [...]”. Disponível em: <http://www.blogdopaulonunes.com/v4/?p=18741>. Acesso em 09/02/2018.



**Figura 17:** Finalidades do Departamento Municipal de Educação (1959)

a) Estender uma rede de escolas municipais aos povoados, às fazendas, aos núcleos populacionais de campo, onde haja concentração de crianças em idade escolar.  
 b) Aumentar o índice de alfabetização do Município.  
 § unico - Para esse fim, o Prefeito poderá, na forma da lei, que regula a espécie, fazer acordos, firmar convenios com a União ou o Estado, no sentido de difundir, tanto quanto possível, a educação entre as populações rurais.

Fonte: Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista - Bahia.

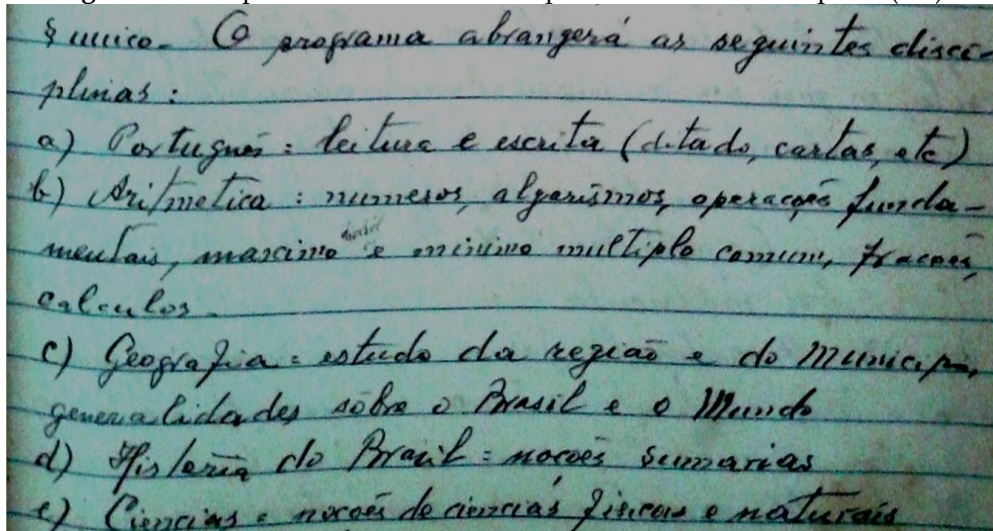
O referido departamento fixou no Capítulo VII (Do programa, disciplina e duração do curso) as regras para os programas das escolas municipais de Vitória da Conquista - BA, onde foram estabelecidas, as disciplinas e suas orientações (figuras 18 e 19), sendo constituída da seguinte maneira:

**Figura 18:** Disciplinas das Escolas Municipais de Vitória da Conquista (BA)

2) Desenho  
 3) Noções de Higiene, Canto, Trabalhos Manuais, Educação Moral e Cívica.  
 Art. 28 - Seria de quatro (4) anos a duração do curso, ficando a cargo do D.M.E. a distribuição das disciplinas nos respectivos anos.

Fonte: Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista - Bahia.

**Figura 19:** Disciplinas das Escolas Municipais de Vitória da Conquista (BA)



**Fonte:** Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista - Bahia.

Em destaque (figura 19), temos o vestígio da presença do Desenho no programa oficial instituído pelo Departamento Municipal de Educação de Vitória da Conquista-BA em 1959.

O Art. 28 do Capítulo VII, ainda determinou que: “Será de quatro (4) anos a duração do curso, ficando a cargo de DME a distribuição das disciplinas nos respectivos anos” (LEI n. 15, 1959, p. 10-11).

Apesar de não termos identificado no referido Programa, um detalhamento das atividades de Desenho, revelou-nos sua prescrição nos currículos oficiais do Ensino Primário do município de Vitória da Conquista-BA, em 1959.

### **CAPÍTULO 3: O ENSINO DO DESENHO LIVRE E A SUA RELAÇÃO COM A MATEMÁTICA NA ESCOLA PRIMÁRIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA E SALVADOR-BA (1925-1982)**

O objetivo deste capítulo é explicitar como transcorreu o ensino do Desenho Livre e a sua relação com a Matemática no curso primário na Bahia, entre os anos de 1925 e 1982. Para tal pretensão, fizemos a nossa investigação em Vitória da Conquista-BA e Salvador-BA. Estas cidades compõem o projeto intitulado: *O Ensino de Matemática no Curso Primário no Estado da Bahia: a caracterização de um percurso*, este sendo desenvolvido pelo Grupo de Estudos em Educação Matemática (GEEM).

Assim, pretendemos estabelecer um diálogo entre as várias fontes que compõem nosso trabalho.

No município de Vitória da Conquista, cidade localizada no Sudoeste baiano, foram analisadas cinco (5) escolas: Colégio Estadual Anísio Teixeira, Grupo Escolar Barão de Macaúbas, Grupo Escolar Hostílio de Carvalho, Centro de Assistência Social Nossa Senhora das Vitórias e Escola Bispo Almir dos Santos.

Em Salvador-BA, capital do Estado, as escolas participantes foram: Escola Getúlio Vargas e Colégio Nossa Senhora de Soledade.

Essas instituições de ensino nos municípios supracitados foram escolhidas por termos acesso há algumas fontes documentais e relatos orais dos ex-alunos, ex-diretores e ex-professores, como foi salientado anteriormente.

É salutar informar que buscamos nas referidas instituições educacionais, traços da relação entre o ensino do Desenho Livre e a Matemática no curso primário baiano. Desse modo, analisamos a importância da História das Disciplinas Escolares que segundo Chervel (1990, p. 188), “consiste em cada caso em colocar um conteúdo de instrução a serviço de uma finalidade educativa”.

Para Julia (2001), a História das Disciplinas Escolares refere-se:

[...] tenta identificar, tanto através das práticas de ensino utilizadas na sala de aula como através dos grandes objetivos que presidiram a constituição das disciplinas, o núcleo duro que pode constituir uma História renovada da educação. Ela abre, em todo caso, para retomar uma metáfora aeronáutica, a “caixa preta” da escola, ao buscar compreender o que ocorre nesse espaço particular (JULIA, 2001, p. 13).

Entendemos ser imprescindível uma investigação sobre a cultura escolar como objeto histórico, que segundo Julia (2001):

[...] cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua História, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular [...] (JULIA, 2001, p. 10-11).

Completando, Julia (2001) indicou que a Cultura Escolar como objeto histórico é amparada a partir de três eixos:

[...] a primeira via seria interessar-se pelas normas e pelas finalidades que regem a escola; a segunda, avaliar o papel desempenhado pela profissionalização do trabalho de educador; e a terceira, interessar-se pela análise dos conteúdos ensinados e das práticas escolares (JULIA, 2001, p. 19).

Desse modo, acreditamos que essas teorias colaboraram e subsidiam os elementos importantes da nossa pesquisa, principalmente no que se refere à Cultura Escolar e a importância da História das Disciplinas Escolares.

### **3.1 O ENSINO DO DESENHO LIVRE E SUA RELAÇÃO COM A MATEMÁTICA NA ESCOLA PRIMÁRIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA**

Para alicerçarmos as nossas investigações sobre o ensino do Desenho Livre e sua relação com a Matemática, na Escola Primária no município de Vitória da Conquista-BA, houve a necessidade de análises de documentos escolares<sup>89</sup> e de interpretações dos depoimentos de uma ex-diretora<sup>90</sup> e ex-alunos<sup>91</sup>.

Concordamos com Rios (2016), quando argumentou sobre a relevância das interpretações e versões de ex-alunos diante da historiografia da Educação Matemática:

Ao cumprir o expediente de confrontar a posição que tem tomado certas fontes como hegemônicas, e ao ampliarmos o uso das interpretações e versões de ex-alunos, personagens que também participaram diretamente dos processos educacionais, pode-se oferecer à historiografia da educação matemática novas perspectivas às análises existentes, com o esclarecimento de

---

<sup>89</sup> Foram analisadas cadernetas, livro ponto, pasta de alunos e leis municipais.

<sup>90</sup> Foram ressaltadas aos depoentes as condições solicitadas pelo comitê de Ética em Pesquisa.

<sup>91</sup> Foram ressaltadas aos depoentes as condições solicitadas pelo comitê de Ética em Pesquisa.

questões que as fontes prioritariamente usadas não têm oferecido (RIOS, 2016, p. 3).

Quanto aos documentos escolares, fomos subsidiados pelas fontes históricas dos seguintes colégios: Colégio Estadual Anísio Teixeira<sup>92</sup>, Grupo Escolar Barão de Macaúbas, Grupo Escolar Hostílio de Carvalho, Centro de Assistência Social Nossa Senhora das Vitórias e Escola Bispo Almir dos Santos.

Algumas dessas escolas ainda funcionam (Colégio Estadual Anísio Teixeira, Centro de Assistência Social Nossa Senhora das Vitórias) e outras foram extintas, a exemplo do Grupo Escolar Hostílio de Carvalho e o Grupo Escolar Barão de Macaúbas que “apesar da grandiosidade da estrutura arquitetônica do Grupo Barão de Macaúbas, o prédio foi demolido para a construção do Fórum João Mangabeira” (SOARES, 2017, p. 80).

### 3.1.1 As escolas participantes e os depoimentos

Iniciamos com o depoimento de uma ex-aluna do Colégio Estadual Anísio Teixeira (figura 20), que se chama Italva Maria de Aguiar Brito, tendo estudado o Ensino Primário nesse colégio entre os anos 1965 e 1968.

É professora primária e atualmente exerce a função de diretora da Escola municipal Ridalva Corrêa de Melo Figueiredo, situada no município de Vitória da Conquista-BA.

**Figura 20:** Vista Atual do Colégio Estadual Anísio Teixeira-2017



**Fonte:** Registro fotográfico por Emanuel Silva Santos.

---

<sup>92</sup> Era chamada de Escolas Reunidas Anísio Teixeira.

A depoente nos relatou sobre sua trajetória de vida e experiência como estudante do Ensino Primário.

Minha vida escolar..., (*silêncio*), eu não posso separar a minha vida escolar da minha vida, né... Porque eu tive uma infância muito difícil! E naquela época não existia essa facilidade de hoje! Hoje eu vejo que o aluno tem ônibus pra ir para escola, tem livro, tem material didático, tem até farda. E na nossa época não. Na nossa época era muito difícil. Eu que venho de uma família humilde, (*mexia com as mãos*) era muito complicado, porque isso até afetava a aprendizagem. Porque às vezes a gente ia para escola sem se alimentar, e quando chegava a escola, né... Você só ficava pensando naquilo, e aí esquecia até um pouco de aprender. Mas graças a Deus, eu consegui. Estudei o primário no Colégio Anísio Teixeira em Vitória da Conquista, entre os anos de 1965 e 1967, não me recordo bem. Frequentei as aulas mais no matutino, às vezes tinha anos que era vespertino, mas a maioria foi matutino. A minha sala era mista, como hoje. Era muito tranquilo [...]. Quem me marcou muito foi a diretora do Anísio Teixeira, que era a professora Idália, era muito rígida. E teve outra professora que eu me lembro até hoje, mas eu não me recordo mais do nome dela [...] (BRITO, 2017).

Diante dessa narrativa, e compreendendo a importância e a proeminência da singularidade dos sujeitos nos processos históricos, citamos as análises de Rios (2016), quando argumentou:

[...] contemplar a perspectiva de ex-alunos é tratá-los como sujeitos que também tiveram lugar privilegiado no processo histórico. É, em grande medida, contemplar a singularidade de sua posição no cotidiano escolar e as implicações decorrentes disso, que vão desde a abertura de um campo de possibilidades de vivências cotidianas, distintas das experimentadas pelos professores e por outros personagens educacionais, até a imposição de limitações explicativas que se estabelecem em função da sua condição de estudantes. E tudo isso sem depender de sua captura por alguma estrutura de poder ou situação de excepcionalidade que lhes confira alguma fama ou importância extrínseca (RIOS, 2016, p. 4).

A entrevistada nos relatou como eram as aulas de Desenho e sua provável relação com a Matemática através da utilização de figuras geométricas, também indicou o dia da semana que ocorria às atividades e as solicitações da professora diante da classe.

Olha, naquela época o ensino do Desenho era o caderno de Desenho e era um Desenho livre! Não existia esse currículo. Esse planejamento que hoje em dia tem. Geralmente, acontecia na sexta-feira, e a professora simplesmente mandava. Pegue o



caderno de Desenho, e aí vai. Desenhe isso, desenhe uma casa, às vezes ela falava, desenhe a casa que você mora, desenhe os seus colegas. Tínhamos momentos que desenhávamos linhas, círculos, bonecos com varinhas... Mas, era bem livre (BRITO, 2017).

Ponderou um pouco mais sobre as atividades e os tipos de Desenho que a professora solicitava, indicou também algumas atividades de cunho matemático (Geometria):

Havia naquele tempo caricaturas de pessoas, alguns desenhos mimeografados. Fazíamos riscos de todos os tamanhos e eram livres, desenhos de animais. Passava pra gente algumas tarefas para pintarmos com lápis de cor. Outra hora colocava pontinhos pra gente fazer aquela ligação, de um pontinho ao outro. Existiam também muitos desenhos e pinturas de flores, árvores, casas [...] (BRITO, 2017).

De acordo com a nossa entrevistada, as avaliações propostas pela professora de Desenho no Ensino Primário, eram baseadas na recolha do caderno de Desenho e um visto. E nos afirmou: “Olha... A professora recolhia o caderno de Desenho, dava visto e dava nota” (BRITO, 2017) e “não havia livros, apenas caderno de Desenho” (BRITO, 2017).

Passamos agora para segunda participante da nossa pesquisa, que se chama Stela Zumira da Silva, ex-aluna do Grupo Escolar Barão de Macaúbas<sup>93</sup> (figura 21), entre os anos de 1947 e 1950. Natural do município de Mundo Novo-BA, região de Piritiba-BA, mudou-se para Vitória da Conquista-BA em 1946, ficando por algum tempo. cursou todo Ensino Primário no referido Grupo Escolar. Atualmente tem 81 anos de idade e reside em Salvador-BA.

---

<sup>93</sup> O nome concedido ao Grupo Escolar foi em homenagem a Abílio César Borges, cujo título Barão de Macaúbas foi dado por D. Pedro II, que o “indicou para o Conselho de Instrução Pública da te” (SAVIANI, 2008, p. 145 *apud* SOARES, 2017, p. 81).

**Figura 21:** Grupo Escolar Barão de Macaúbas – Vitória da Conquista – BA



**Fonte:** Arquivo Regional de Vitória da Conquista – Bahia.

Como foi dito anteriormente, o Grupo Escolar Barão de Macaúbas funcionou no município de Vitória da Conquista – BA, quanto a isso Magalhães e Casimiro (2005), afirmaram que:

Conforme registros orais, observa-se que por volta de 1930 há referência apenas a 01 escola pública (Escola Barão de Macaúbas), que funcionava em prédio escolar com 08 salas de aulas e 01 escola do Estado (Escola Padre Anchieta, fundada em 1941), que funcionava em uma casa alugada. [...] inaugurado em 1935, talvez a primeira escola pública da cidade, atualmente demolido (MAGALHÃES; CASIMIRO, 2005, p. 7-8).

Realçamos a importância das memórias dos ex-alunos, pois elas possibilitam o reconhecimento do lugar social dos sujeitos na construção histórica. Fortalecendo nossas argumentações, trazemos Rios (2016), quando versou sobre essa perspectiva:

[...] plausível reconhecer que memórias de ex-alunos representam uma perspectiva importante em análises históricas relacionadas às disciplinas escolares. E não como material secundário, mas oferecendo perspectivas peculiares que podem servir de fonte alternativa para os trabalhos de História da Educação Matemática [...] Trata-se de considerar que a relativa obscuridade em que são conservadas as experiências educacionais dos estudantes, em consequência de não terem exercido funções de relevância institucional nos ambientes escolares (como o desempenho de certos papéis sociais, pelo professor, por exemplo), não deve ser tomada como evidência de sua condição secundária, da sua impertinência na construção histórica ou da sua incapacidade de enriquecerem a análise histórica, mas como uma marca do lugar social desses sujeitos (RIOS, 2016, p. 4).



A entrevistada divulgou o ano que veio morar em Vitória da Conquista-BA, a escola que estudou o Ensino Primário e ressaltou os nomes de algumas publicações que foram utilizadas.

Eu estudei em Vitória da Conquista, no colégio Barão de Macaúbas. Estudei o 1º ano primário. Fiz a cartilha, depois passei para o 1º ano *Nosso Brasil*, em 1947. Nós chegamos em agosto de 1947, lá em Conquista. Eu já entrei na escola no final de 47. Quando eu entrei na escola, eu estava com 11 anos de idade, eu fiz o 1º ano todo, fiz o segundo, fiz o terceiro e encerrei no quarto ano. Quarto ano primário (SILVA, 2017).

Recordou como eram as aulas de Desenho, detalhou e exemplificou atividades as quais foram utilizados elementos matemáticos (Geometria):

Desenho? Fazia assim, meu pai comprava aqueles cadernos já desenhados e outras vezes, eu desenhava e pintava com lápis de cor um pato, uma igreja, fazíamos riscos, linhas, bonecos de pessoas famosas, uma coisa assim. Tinham atividades, faziam parte da nota da escola (*batia na mesa enquanto falava*), a Profª Celina não negava nós não...! (*risadas*), era danada. (*risadas*) (SILVA, 2017).

Argumentou ainda sobre sua classe, especificou também o dia da semana que havia aula de Desenho, indicou inclusive os tipos de atividades desenvolvidas na referida matéria escolar:

Toda quinta-feira tinha aula de Desenho, quando não era Desenho era sabatina de tabuada, caligrafia, qualquer atividade assim. A sala era completa de meninos e meninas, mista. Tinha o caderno de Desenho e a professora pedia para fazer as atividades, nós pintávamos bandeira, barco, ligar pontinhos (SILVA, 2017).

Por essa narrativa, supomos que no ensino do Desenho, os valores patrióticos eram ressaltados. Para corroborar nesse entendimento, destacamos Souza (2008), quando refletiu sobre tal aspecto:

Inúmeras atividades foram promovidas pelas escolas primárias urbanas e rurais com vistas à nacionalização: o culto à bandeira nacional, [...] o hasteamento da bandeira em datas nacionais, o ensino com “correção e entusiasmo” do hino nacional e do hino à bandeira, o avivamento do ensino cívico, insistentemente cultivado (SOUZA, 2008, p. 73).

Dialogando sobre as avaliações nas aulas de Desenho, a entrevistada nos afirmou que “[...] havia provas, sim, tinha, cobrava... (*silêncio*) prova manual,

como é que fala... (*silêncio*), tinha prova oral e prova escrita...” (SILVA, 2017).

Delineou um pouco mais sobre as atividades de Desenho e sua provável relação com outras matérias escolares (Geografia), citou ainda a utilização de objetos escolares utilizados pela professora.

Eram iguais, até o final. Ela (*professora*) usava uma espécie de mapa, em cima da mesa, né! Pegava o giz e ia ao quadro negro, olhava ali para o caderno e desenhava no quadro negro, pra gente desenhar também. Outra hora meu pai comprava meus livros já desenhados pra gente pintar (SILVA, 2017).

Por ocasião desse relato, nos reportamos a Chervel (1990), quando afirmou que “uma disciplina é em qualquer campo que se a encontre, um modo de disciplinar o espírito, quer dizer de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, da arte” (CHERVEL, 1990, p. 180).

Silva (2017) expôs algumas atividades do Desenho Livre que poderiam ser articuladas por intermédio da Matemática, tais como “ [...] ligar pontinhos” (SILVA, 2017).

A entrevistada descreveu como ocorriam as aulas de Desenho fora do ambiente escolar, exemplificando os tipos de Desenhos que faziam e o local onde essas atividades eram desenvolvidas.

Algumas vezes, tínhamos aulas de Desenho ao ar livre (*risadas*). Saltávamos cordas, (*risadas*), cantávamos, recitávamos poesias (*risadas*). Tinham atividades que pediam para gente fazer a reprodução de alguma coisa, de uma árvore, uma paisagem, da frente da escola, com certeza! A gente tinha que desenhar aquela árvore que ficávamos debaixo do pé (SILVA, 2017).

As orientações colocadas pela depoente para o ensino do Desenho, nos aproximam das análises suscitadas por Chervel (1990) quando afirmou que “estima-se ordinariamente, de fato, que os conteúdos de ensino são impostos como tais à escola pela sociedade que a rodeia e pela cultura na qual ela se banha” (CHERVEL, 1990, p. 180).

Outra entrevista que contribuiu com nossa pesquisa, foi concedida por Maria Leocina. C. Nascimento, natural de Caetité, hoje com oitenta e cinco anos (85) de idade, filha de político, estudou na Escola Normal Rural daquela cidade.

Antes de completar 18 anos de idade já havia se formado, atuou dois anos

como professora primária em uma escola rural no distrito de Guirapá, município de Pindaí<sup>94</sup> - BA.

Residiu em Itambé-BA por algum tempo e em seguida veio morar em Vitória da Conquista<sup>95</sup>-BA e ministrou aula na Escola Primária anexa da Escola Normal e posteriormente foi nomeada professora de Matemática nas turmas de ginásio nessa instituição de ensino. Foi professora de Matemática no Colégio Nossa Senhora de Fátima (Sacramentinas) durante seis (6) anos e diretora do Grupo Escolar Hostílio de Carvalho.

A entrevistada nos relatou como transcorriam as aulas de Desenho no Grupo Escolar Hostílio de Carvalho: “tinha, tinha, o professor fazia o que ele queria... tá entendendo? Fazia... tem... eles desenhavam, já tinha mimeógrafo, já tinha tudo que eles precisavam... faziam tudo quanto necessário” (NASCIMENTO, 2017).

Falou sobre os tipos de Desenhos que os professores primários trabalhavam e sua relação com a semana da pátria.

Nós tínhamos desfile e sempre tirávamos o primeiro lugar! Num sabe? (*Risadas*). Tinham tambores, o negócio era competitivo. A gente ia lá pra rua, aqui descendo. Quanto ao Desenho era relativo ao que ia pedir, por exemplo: o primário fazia desenhinhos, aquela coisinha de cavalinho, linhas livres, coisa pra poder engrajar o menino. Não é! Era uma escolinha bem organizada [...], os alunos desenhavam e pintavam com lápis de cor a bandeira, os escudos, escreviam o hino da bandeira (*batia na mesa várias vezes*), o hino nacional, era tudo organizado, eram professores competentes (NASCIMENTO, 2017).

Tendo como orientação os relatos da ex-diretora Maria Leocina, conjecturamos que os símbolos patrióticos foram ressaltados com ênfase no Grupo Escolar Hostílio de Carvalho e que as atividades de Desenho deveriam ser orientadas com esse escopo, pois como foi aludido pela entrevistada, durante a semana da pátria, todos os professores primários pediam aos alunos que

---

<sup>94</sup> “Pindaí município do Estado do Bahia. Os habitantes se chamam pindaienses [...]se estende por 614,1 km<sup>2</sup> e contava com 15 629 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 25,5 habitantes por km<sup>2</sup> no território do município. Vizinho dos municípios de Candiba, Licínio de Almeida e Sebastião Laranjeiras, Pindaí se situa a 34 km a Sul-Leste de Guanambi a maior cidade nos arredores”. Disponível em: <http://www.cidade-brasil.com.br/municipio-pindai.html>. Acesso em 09/02/2018.

<sup>95</sup> A entrevistada não se lembrou do período que veio morar em Vitória da Conquista-BA.

desenhassem, por exemplo, a bandeira e os escudos.

Também ficou exposto nesse fragmento, que através dos desfiles a escola mantinha um status na comunidade, proporcionando a manutenção de uma relação de poder no Ensino Primário. “Percebe-se então por que o papel da escola não se limita ao exercício das disciplinas escolares” e que “as finalidades de ensino não estão todas forçosamente inscritas nos textos” (CHERVEL, 1990, p. 188-189).

As atividades que envolviam o ensino do Desenho Livre poderiam ser articuladas pelos professores primários para ensinar a Matemática, isso pode ser observado quando a entrevistada citou: “[...] desenhavam e pintavam [...] a bandeira, escuros” (NASCIMENTO, 2017). Assim, levantamos uma indagação: O que são desenhos de bandeiras e escuros, senão uma justaposição de figuras e/ou pontos?

Leocina afirmou que no Grupo Escolar Hostílio de Carvalho havia exposição de desenhos:

[...] Havia exposições dos Desenhos. Sim ! Botavam e o menino ficava numa alegria fora do comum quando colocava as feiúras deles (*risadas*), eu falava “coloca aí na parede as besteiras que esse povo faz”, eu falava num sabe! Mas, não era besteira não... Eu que chateava elas. Botava e ficava, todo mundo apontava “esse foi eu que fiz, esse foi eu que fiz!” foi uma escola bem movimentada o Hostílio de Carvalho (NASCIMENTO, 2017).

Falou um pouco mais sobre as exposições dos desenhos:

Todas as datas principais se comemoravam. Dia do estudante comemoravam. Dia das mães comemoravam, e eu também comprava lembrancinhas para dá aos professores, tá entendendo como é? Eram lembradas todas as datas [...], os alunos estampavam os desenhos, sempre ficavam. Tiravam uns e colocavam outros. Nunca ficava sem desenhos deles (NASCIMENTO, 2017).

Por intermédio dessa narrativa, ficou demonstrado que os professores primários estariam aproximando o ensino do Desenho e com a Matemática (Aritmética), comprovada na seguinte passagem: “Todas as datas principais se comemoravam... [...] Dia das mães comemoravam [...] Eram lembradas todas as datas [...] Nunca ficava sem desenhos deles não!” (NASCIMENTO, 2017). Assim, tendo como subsídio tal transcrição, propomos a seguinte reflexão: O que são

datas comemorativas, senão números?

Frisou ainda sobre os materiais e os instrumentos escolares que os professores primários utilizavam nas aulas de Desenho.

Usavam mimeógrafo, passava tudo no mimeógrafo, passava provinhas. E tinham professores jeitosos que traziam os desenhos prontos de casa, tá entendendo como é? Por exemplo, a provinha toda ilustrada, não era prova assim de qualquer coisa não, todo mundo trazia ilustrado. Tinha um desenhinho, vinha qualquer coisa bonitinha, todos os professores faziam isso, mesmo da quarta série (NASCIMENTO, 2017).

Destacamos nesse relato, o uso das avaliações por parte dos professores primários. Quanto a isso, Chervel (1990) afirmou:

As necessidades de avaliação dos alunos nos exames internos ou externos engendraram dois fenômenos que pesam sobre o desenrolar das disciplinas escolares. O primeiro, é a especialização de certos exercícios de controle. [...] O segundo fenômeno é o peso considerável que as provas do exame final exercem sobre o desenrolar da classe e, portanto, sobre o desenvolvimento da disciplina [...] (CHERVEL, 1990, p. 206).

Especificamente sobre os cadernos de desenhos, Nascimento (2017) nos alertou que eram utilizados pelos alunos e que em algumas vezes suas atividades (Desenhos) eram destacadas, sendo empregados em exposições escolares:

Ficavam em cadernos de desenhos, porque eles ficavam e tiravam. Ficavam muitos. Ficavam nos caderninhos de Desenho. Não tinham valores de nota, não sabe? Eram valores assim *"isso é lindo! olha como ficou bonitinho! Oh, você sabe desenhar!"* E a gente abraçava, beijava! Mas, nunca foi assim de atribuir nota (NASCIMENTO, 2017).

Por fim, a ex-diretora nos relatou que os professores primários não ministravam aulas externamente, porque a estrutura física do Grupo Escolar Hostílio de Carvalho, não possibilitava tal pretensão, com exceção nos dias das exposições dos Desenhos dos alunos.

Diante dos relatos orais aqui apresentados, produzimos os quadros (38-40), os quais expõem os principais pontos sobre o ensino do Desenho Livre e Matemática nas três instituições escolares, ficando assim organizado:

**Quadro 38:** Desenho Livre - Colégio Estadual Anísio Teixeira

<b>COLÉGIO ESTADUAL ANÍSIO TEIXEIRA: 1965-1968</b>		
	<b>Tipos de Desenhos Livres</b>	
Desenhos de Colegas, Flores, Árvores, Paisagens diversas, Casas e Caricaturas		
	<b>Material Escolar utilizado nas aulas de Desenho Livre</b>	
Cadernos de Desenhos, Lápis de cor		
	<b>Estratégia empregada pela professora</b>	
Desenhos mimeografados, pontinhos para fazer ligação, Desenhos para pintar		
	<b>Métodos de avaliação</b>	
Visto nos cadernos de Desenhos		
	<b>Relação do Desenho Livre com outras matérias escolares</b>	
Matemática (linhas, círculos)		
	<b>Dia da semana que ocorriam as aulas de Desenho Livre</b>	
Sexta-feira		

**Fonte:** Elaborado de acordo com os relatos orais fornecidos pela entrevistada.

**Quadro 39:** Desenho Livre - Grupo Escolar Barão de Macaúbas

<b>GRUPO ESCOLAR BARÃO DE MACAÚBAS: 1947 - 1950</b>		
	<b>Tipos de Desenhos Livres</b>	
Desenhos de patos, igreja, bandeiras, barco, árvores, paisagens e escola		
	<b>Material Escolar utilizado nas aulas de Desenho Livre</b>	
Caderno de Desenho, Lápis de Cor		
	<b>Estratégia empregada pela professora</b>	
Solicitava aos alunos Desenhos com mapas feitos no quadro negro Solicitava aos alunos Desenhos fora da sala de aula		
	<b>Métodos de avaliação</b>	
Avaliações - A entrevistada não soube detalhar		
	<b>Relação do Desenho Livre com outras matérias escolares</b>	
Matemática (riscos, linhas), Geografia (mapas)		
	<b>Dia da semana que ocorriam as aulas de Desenho Livre</b>	
Quinta-feira		

**Fonte:** Elaborado de acordo com os relatos orais fornecidos pela entrevistada.

**Quadro 40:** Desenho Livre - Grupo Escolar Hostílio de Carvalho

<b>GRUPO ESCOLAR HOSTÍLIO DE CARVALHO - Década de 1970-1980</b>		
	<b>Tipos de Desenhos Livres</b>	
Desenhos de animais (cavalos)--Desenhos de escudos--Desenhos de Bandeiras		
	<b>Material Escolar utilizado nas aulas de Desenho Livre</b>	
Caderno de Desenho -- Lápis de Cor - Mimeógrafo		
	<b>Estratégia empregada pela professora</b>	
Exposição dos Desenhos nas datas comemorativas, Atividades no caderno de Desenho		
	<b>Métodos de avaliação</b>	
A entrevistada detalhou que as atividades não valiam nota.		
	<b>Relação do Desenho Livre com outras matérias escolares</b>	
Matemática (desenhos com linhas livres), Educação Moral e Cívica		
	<b>Dia da semana que ocorriam as aulas de Desenho Livre</b>	
A entrevistada não soube informar		

**Fonte:** Elaborado de acordo com os relatos orais fornecidos pela entrevistada.

Destarte, ao analisarmos os quadros (38-40), observamos que as atividades propostas para o ensino do Desenho Livre nas instituições escolares supracitadas, foram balizadas com elementos que faziam parte do cotidiano dos educandos, como por exemplo: flores, animais, paisagens, bandeiras, escudos da escola, árvores, barco, casas, caricaturas e etc.

Se averiguarmos com atenção, os materiais escolares utilizados para o ensino do Desenho Livre no Colégio Estadual Anísio Teixeira e Grupo Escolar Hostílio de Carvalho foram idênticos.

No Colégio Estadual Anísio Teixeira, Grupo Escolar Barão de Macaúbas e Grupo Escolar Hostílio de Carvalho, identificamos vestígios de uma interlocução do Desenho Livre com a Matemática e/ou Geografia.

Para comprovar tal afirmação, reportamos inicialmente a fala de Italva Maria, ex-aluna do Colégio Estadual Anísio Teixeira. Italva, quando aludiu: “Pegue o caderno de Desenho [...] Desenhe isso, desenhe casa [...] desenhe os seus colegas. Tinham momentos que desenhávamos linhas, círculos, bonecos com varinhas... Mas, era bem livre (BRITO, 2017).

No Grupo Escolar Barão de Macaúbas, a ex-aluna Stela Zumira, nos revelou indícios de que a Matemática (Geometria) foi articulada com o Desenho Livre, da seguinte forma: “[...] eu desenhava e pintava com lápis de cor um pato, uma igreja, fazíamos riscos, linhas, bonecos de pessoas famosas, uma coisa assim [...] (SILVA, 2017), e a Geografia, assim exposto: “[...] Ela (*professora*) usava uma espécie de mapa, em cima da mesa [...] pegava o giz e ia ao quadro negro, olhava ali para o caderno e desenhava no quadro negro, pra gente desenhar também [...]” (SILVA, 2017).

Quanto ao Grupo Escolar Hostílio de Carvalho, a provável interlocução entre o Desenho Livre e a Matemática, pôde ser verificada quando a ex-diretora Maria Leocina nos relatou que “[...] desenho era relativo ao que ia pedir, por exemplo, o primário fazia desenhinhos, aquela coisinha de cavalinho, linhas livres, coisa pra poder engraçar o menino” (NASCIMENTO, 2017).

Diante do exposto, entendemos que tanto as memórias das ex-alunas como da ex-diretora contribuíram para o entendimento de como transcorreu o ensino do Desenho e sua relação com a Matemática, o reconhecimento da prática

docente, a identificação das atividades orientadas, a cultura escolar imbricada no cotidiano das escolas, as relações de poder entre as personagens educacionais e a descrição do contexto social.

### 3.1.2 Os documentos escolares-cadernetas

Nesta seção, além dos relatos orais da ex-aluna e ex-diretora, anteriormente apresentados e discutidos, catalogamos dezenove (19), cadernetas (quadro 41) do Primeiro Grau<sup>96</sup> das seguintes instituições de ensino:

**Quadro 41:** Cadernetas Catalogadas em Vitória da Conquista - BA

Nome da Instituição de Ensino	Cadernetas Catalogadas
Centro de Assistência Social Nossa Senhora das Vitórias	16
Escola Bispo Almir dos Santos	03
Total	19

**Fonte:** Catalogações feitas no Museu Pedagógico Casa Padre Palmeira, UESB-VC.

Tais documentos escolares colaboraram e enriqueceram sobremaneira as nossas investigações sobre o ensino do Desenho Livre nas escolas<sup>97</sup> de Primeiro Grau, do município de Vitória da Conquista – BA<sup>98</sup>, primeiro por apresentarem exemplos de atividades propostas pelos professores de Primeiro Grau<sup>99</sup> para referida matéria escolar e, em segundo, sinalizaram prováveis relações do Desenho Livre com outras matérias escolares<sup>100</sup>.

Essas cadernetas estão alocadas no acervo do Museu Pedagógico Casa Padre Palmeira<sup>101</sup>, sob a responsabilidade da Universidade Estadual do Sudoeste

<sup>96</sup> Com a promulgação da Lei n. 5.692/71, que fixou as Diretrizes e Bases (LDB) para o ensino de 1º e 2º graus, entende-se por ensino primário a educação correspondente ao primeiro grau.

<sup>97</sup> Estamos nos referindo apenas às instituições de ensino analisadas nessa pesquisa.

<sup>98</sup> As nossas investigações foram demarcadas entre 1925 e 1982.

<sup>99</sup> Tais afirmações serão discutidas ainda nessa seção.

<sup>100</sup> Tais afirmações serão discutidas ainda nessa seção.

<sup>101</sup> “A casa pertence à Arquidiocese de Vitória da Conquista e foi cedida à Uesb para abrigar o Museu Pedagógico, por meio de um convênio, que tem vigência de dez anos. Em contrapartida, a Universidade ficou responsável por restaurar e manter a infra-estrutura do lugar. [...]O Museu Pedagógico é um projeto implantado no final de 1999, que desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão, buscando registrar e divulgar conhecimentos relacionados à História da educação. É um espaço dinâmico e aberto a professores, técnicos administrativos e alunos da Universidade e à comunidade em geral. Desde a implantação, o museu funciona em salas provisórias no campus de Vitória da Conquista. Aos poucos, as atividades serão transferidas para a Casa Padre Palmeira, como as reuniões dos grupos de pesquisa que integram o projeto[...]”. Disponível em: <http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2005/05/04/483361/casa-padre-palmeira-em-revitalizao.html>. Acesso em 14 /05/ 2017.

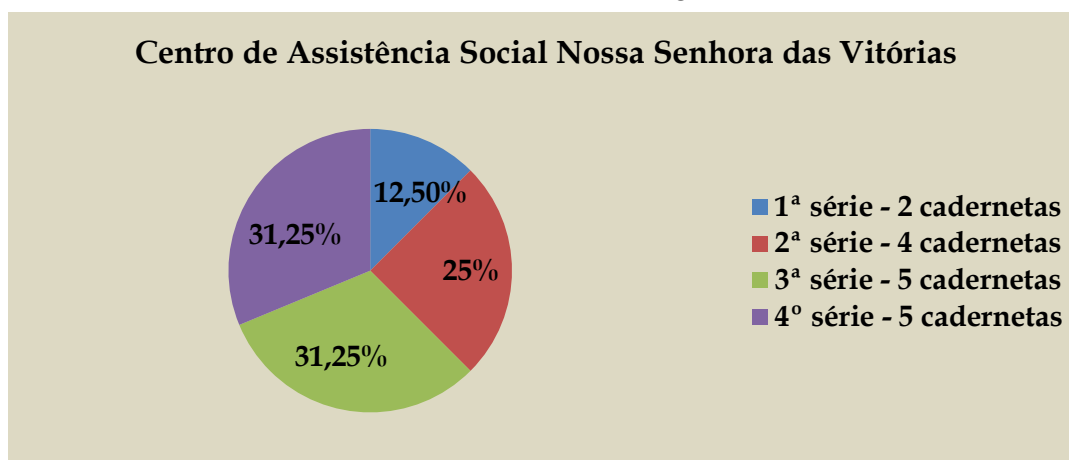


da Bahia - *Campus Vitória da Conquista* - BA.

Diante da conjuntura aqui estabelecida e por se tratarem de ambientes educacionais distintos, exemplificaremos os documentos escolares e em seguida produziremos uma discussão mais geral sobre o ensino do Desenho Livre.

Doravante, trataremos primeiramente sobre o ensino do Desenho Livre no Centro de Assistência Social Nossa Senhora das Vitórias, por intermédio de algumas cadernetas (gráfico 3) datadas em 1974, 1978 e 1979, que ficaram assim organizadas:

**Gráfico 3:** Cadernetas do Primeiro Grau catalogadas (1974, 1978 e 1979)



**Fonte:** Elaborado pelos autores de acordo com as catalogações.

Estabelecendo uma relação com o gráfico (3), expomos no quadro (42) de forma fidedigna, os registros dos professores da referida instituição escolar sobre o ensino do Desenho Livre, os quais ficaram assim discriminados:

**Quadro 42:** Descrição das atividades (1974)

<b>1º Ano c (Primeiro Grau) - Matutino -1974</b>	
Leitura escrita, Desenho	Leitura Escr. Desenho
Desenho sobre índio	Leitura esc. Mat. Desenho
Leit.escr.Mat. Desenho	Esc.Leit. Ciências. Desenho S.Ex
Leitura esc.Mat. Desenho	
<b>2º Ano a (Primeiro Grau) - Matutino -1974</b>	
(Desenho) (Artes)	Suj escrita - Desenho
Desenho Artes	Testes Desenho
Desenho colagem (canto)	Desenho, Escrita. Estória
Desenho - Artes	
<b>2º Ano b (Primeiro Grau) - Matutino- 1974</b>	
Desenho; colagem	Coral, Agricultura-Desenho
<b>3º Ano a (Primeiro Grau) - Matutino -1974</b>	
Índios - Artes - Desenho	Problemas - Leitura - Desenho
Revisão geral - Desenho	Ver-Est. do período - Desenho

Ling.Oral - Artes - Desenho	Ensaio - tarefas - Desenho
Ditado - Desenho - Leitura	Ling.Escrita - tarefas - Desenho
Avaliação - Desenho	Comemoração primavera - Desenho. L.o
Comemoração. Trânsito, Desenho, sistemas monetários	Com. Aves, Fração noção de inteiro - Desenho
<b>3º Ano b (Primeiro Grau) - Matutino -1974</b>	
Mat. Revisão - Desenho Higiene. adv. Desenho, Treino verif.	Incompreensível, religião, Desenho, verbo
<b>4º Ano a (Primeiro Grau)-Vespertino -1974</b>	
Desenho livre , Desenho	Artes (Desenho livre)
Artes e Desenho	Desenho - ilustração de texto
Desenho colagem	Coral, Agricultura - Desenho

**Fonte:** Caderneta do Centro de Assistência Social Nossa Senhora das Vitórias, 1974, p. s/n.

Dando prosseguimento ao que foi aludido anteriormente, pontuamos no quadro (43), a presença do Desenho Livre, em algumas cadernetas do Centro de Assistência Social Nossa Senhora das Vitórias, datadas em 1978.

**Quadro 43:** Descrição das atividades (1978)

<b>1º Ano b (Primeiro Grau) - Vespertino - 1978</b>	
Plural de frases - Subtração (problemas) - Desenho	Sistema Monetário - Partes do Corpo Humano - Desenho Livre
Linguagem Oral - Desenho	Linguagem escrita. Adição e Subtração Desenho
<b>2º Ano c (Primeiro Grau) - Vespertino - 1978</b>	
Desenho - estudos da poesia - Exercício.	Artes - Desenho livre - Leitura
<b>3º Ano c (Primeiro Grau) - Matutino - 1978</b>	
Abertura da Semana da Pátria -Hino Nacional - noções de metade, 3ª e 4ª partes. Ortografia. Desenho - a Bandeira Brasileira	
Início da Primavera - Leitura, poesias, Desenho	
<b>4º Ano b (Primeiro Grau) - Matutino - 1978</b>	
Mat - Com - Ciências- Desenho	

**Fonte:** Caderneta do Centro de Assistência Social Nossa Senhora das Vitórias, 1978, p.s/n.

Ao averiguarmos as cadernetas (quadros 42 e 43), identificamos uma alternância entre as atividades de cunho matemático (adição, subtração, problemas, sistema monetário, noções de metade, 3ª e 4ª partes, frações-noções de inteiro) com o ensino do Desenho. Essas estratégias do professor (a) indicam uma aproximação entre ambas.

Nossa argumentação é fortalecida quando evidenciamos que em praticamente todas as situações descritas, o Desenho foi usado como desfecho ou culminância de uma atividade. Dessa forma, levantamos alguns questionamentos: O Desenho Livre foi utilizado como “ferramenta” para

favorecer o ensino de Matemática? Ou a Matemática foi utilizada como “instrumento” para favorecer o ensino do Desenho Livre? O Desenho Livre representava uma “distração” para o ensino da Matemática? O Desenho Livre foi utilizado no ensino da Matemática para colaborar na passagem do abstrato para o concreto? Enfim, são muitas proposições que podem ser levantadas sobre a relação entre o ensino do Desenho Livre e a Matemática. As fontes que dispomos nesse momento, nos indicam que de alguma forma, havia um “diálogo” entre as referenciadas matérias escolares.

Outra situação que nos chamou atenção, diz respeito à realização de testes e avaliações (quadro 42) de Desenho para as turmas de 2º(a) e 3º(a) ano respectivamente. Vale ponderar que não identificamos nessas cadernetas do Centro de Assistência Social<sup>102</sup> qualquer tipo de descrição ou conteúdo que deveriam ser alocados em tais atividades avaliativas, contudo indicam uma provável existência de métodos avaliativos para o ensino do Desenho Livre.

É importante ressaltar que os quadros (42-43), expuseram algumas indicações da utilização do Desenho Livre, sobretudo em datas comemorativas (7 de setembro, primavera), ilustrações (textos, índios) e símbolos nacionais (bandeira brasileira).

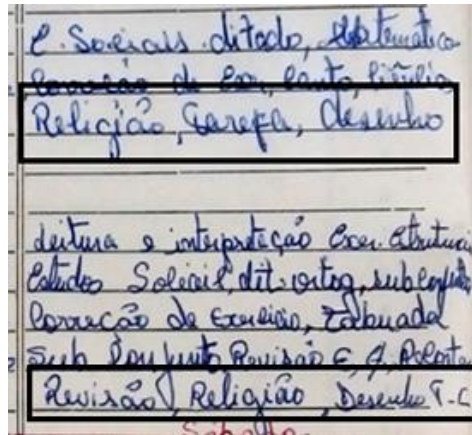
Por fim, no quadro (42), identificamos vários registros que apontaram uma alternância entre o Desenho Livre com as Artes, demonstrando assim uma provável justaposição e interlocução entre ambas.

Ainda nessa instituição de ensino, catalogamos seis (6) cadernetas de 1979 (figuras 22-29), e em todas identificamos anotações sobre o ensino do Desenho e estavam assim enunciadas:

---

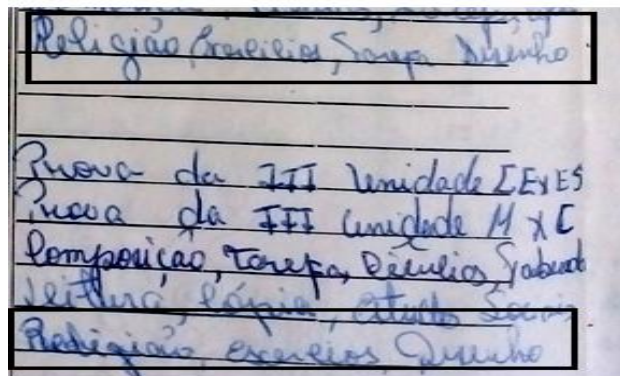
<sup>102</sup> Estamos nos referindo às cadernetas do 2º Ano (a) e 3º Ano (a), ambas datadas em 1974, do Centro de Assistência Social Nossa Senhora das Vitórias (Colégio Paulo VI).

Figura 22: O ensino do Desenho - 2º Ano (a)- 1979



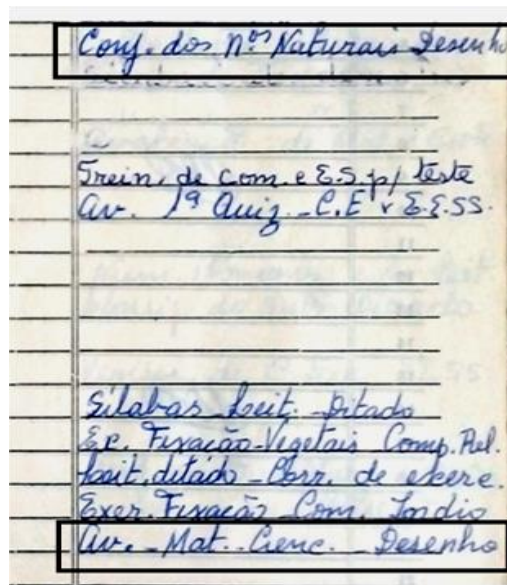
Fonte: Caderneta do Centro de Assistência Social Nossa Senhora das Vitórias, 1979, p.s/n.

Figura 23: O ensino do Desenho - 2º Ano (a)- 1979



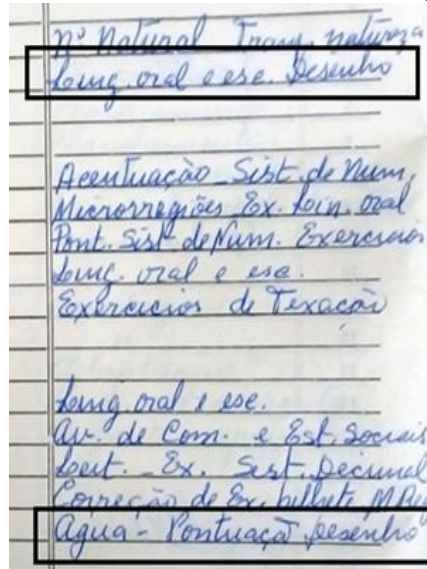
Fonte: Caderneta do Centro de Assistência Social Nossa Senhora das Vitórias, 1979, p.s/n.

Figura 24: O ensino do Desenho - 3º Ano (a)- 1979



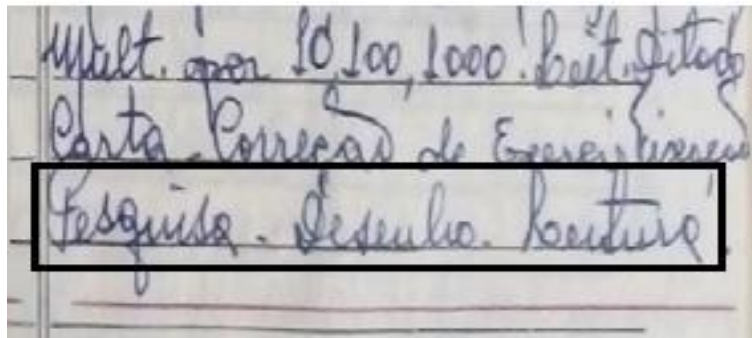
Fonte: Caderneta do Centro de Assistência Social Nossa Senhora das Vitórias, 1979, p.s/n

**Figura 25:** O ensino do Desenho - 3º Ano (a) - 1979



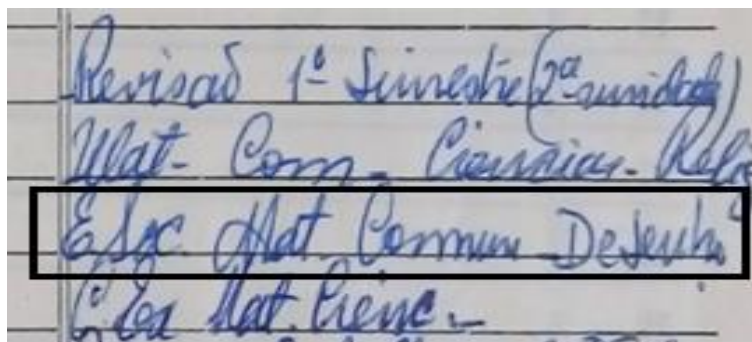
Fonte: Caderneta do Centro de Assistência Social Nossa Senhora das Vitórias, 1979, p. s/n.

**Figura 26:** O ensino do Desenho - 3º Ano (c) - 1979

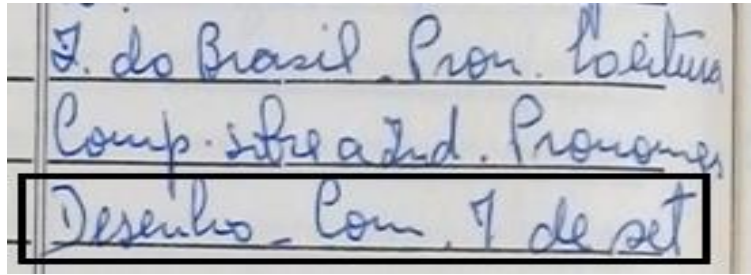


Fonte: Caderneta do Centro de Assistência Social Nossa Senhora das Vitórias, 1979, p.s/n.

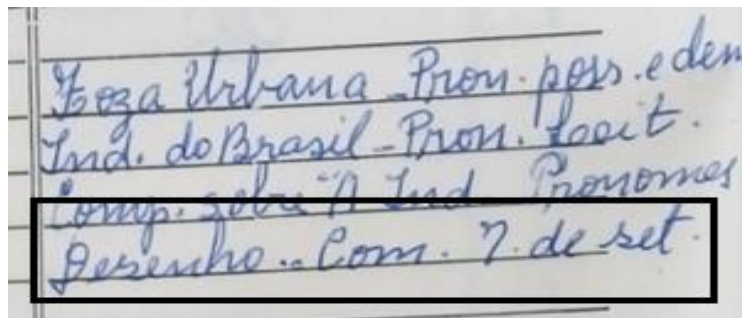
**Figura 27:** O ensino do Desenho - 4º Ano (a) - 1979



Fonte: Caderneta do Centro de Assistência Social Nossa Senhora das Vitórias, 1979, p.s/n.

**Figura 28:** O ensino do Desenho – 4º Ano (b)- 1979

**Fonte:** Caderneta do Centro de Assistência Social Nossa Senhora das Vitórias, 1979, p.s/n.

**Figura 29:** O ensino do Desenho – 4º Ano (c)- 1979

**Fonte:** Caderneta do Centro de Assistência Social Nossa Senhora das Vitórias, 1979, p.s/n.

Nas figuras (22-29), observamos que os professores de Primeiro Grau<sup>103</sup> alternavam o ensino do Desenho Livre com atividades diversas e/ou com outras matérias escolares, a saber: Leitura, Escrita, Colagem, Coral, Agricultura, Matemática, Ciências, Artes, Canto, Estudos Sociais, Trânsito, Religião e Higiene.

As figuras (22 e 23) demonstram quatro (4) exemplos da variação do Ensino Religioso com o Desenho.

Convém salientar, que identificamos uma atividade de caráter matemático (conjunto dos números naturais), que foi supostamente intercalada com o ensino do Desenho (figura 24), indicando assim uma provável interlocução entre ambas.

Apesar de constatarmos a presença do Desenho Livre nos documentos escolares (cadernetas) analisados e catalogados anteriormente, temos consciência que ainda não podemos definir com exatidão que proporção o Desenho Livre alcançou na instituição escolar supracitada e se a refefida matéria escolar foi utilizada como mera “ferramenta” em todas as atividades e/ou matérias escolares para obtenção de um determinado conhecimento. Contudo, já nos indicam uma interação entre o ensino do Desenho Livre e a Matemática.

<sup>103</sup> Refere-se aos professores de 1º Grau, das turmas catalogadas do Colégio Paulo VI.

Os documentos escolares já catalogados e analisados até o momento nos apontam que o ensino do Desenho Livre foi proposto e se estabeleceu com certa frequência no Centro de Assistência Social Nossa Senhora das Vitórias na década de 1970.

A investigação empreendida também permitiu a catalogação de três (3) cadernetas do Primeiro Grau da Escola Bispo Almir dos Santos (quadro 44), datadas em 1981 e 1982:

**Quadro 44:** Cadernetas Catalogadas na Escola Bispo Almir dos Santos

CADERNETAS / SÉRIE / TURNO	ANO LETIVO
1 caderneta 2ª série (a)- matutino	1981
1 caderneta 3ª série (a) - matutino	1982
1 caderneta 3ª série (s/d <sup>104</sup> ) - vespertino	1982

**Fonte:** Elaborado de acordo com as catalogações feita no Museu Pedagógico Casa Padre Palmeira. UESB-VC.

Assim, para uma melhor compreensão acerca da relevância dos arquivos escolares nas pesquisas em História da Educação, citamos Vidal (2005), quando aludiu:

Os arquivos escolares têm emergido nos últimos dez anos como temática recorrente no campo da História da educação. Relatos de experiências de organização de acervos institucionais, narrativas sobre as potencialidades da documentação escolar para a percepção da cultura escolar pretérita (e presente), publicação de inventários e guias de arquivo, elaboração de manuais e reprodução de documentos (digitados ou digitalizados) vêm mobilizando investigadores da área, renovando as práticas da pesquisa e suscitando o uso de um novo arsenal teórico-metodológico (VIDAL, 2005, p. 71).

Essas considerações suscitadas por Vidal (2005), nos permitiram compreender a importância dos arquivos escolares para o campo da História da Educação. Também favoreceram uma imersão nas discussões em torno da proeminência da conservação das fontes escolares, possibilitando assim uma renovação das práticas da pesquisa e o uso de um novo arsenal teórico-metodológico.

Tendo demonstrado a importância dos arquivos escolares para História da Educação, exemplificamos a seguir uma caderneta do 2º Ano (a) do Primeiro

<sup>104</sup> Na referida caderneta não havia identificação da turma.

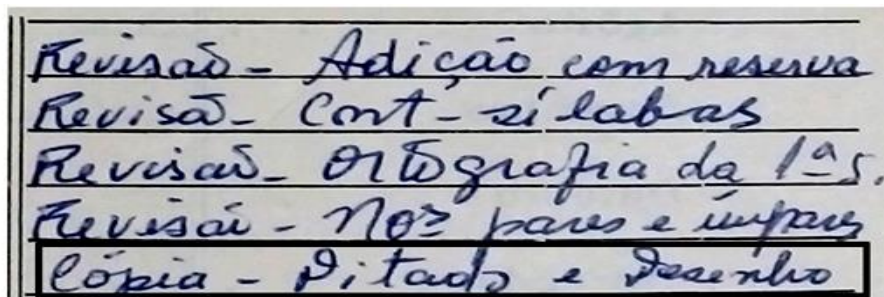


Grau de 1981 (figura 30) e os registros (figuras 31-33) elencados pela regente de classe sobre o ensino do Desenho Livre.

**Figura 30:** Caderneta do 2º Ano (a) Primeiro Grau - 1981

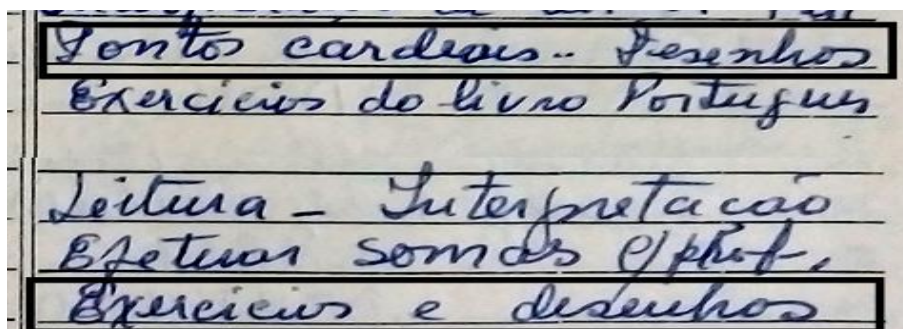
Fonte: Arquivo Museu Pedagógico Casa Padre Palmeira.

**Figura 31:** O ensino do Desenho - 2º Ano (a) Primeiro Grau -1981



Fonte: Caderneta da Escola Bispo Almir dos Santos, 1981, p. s/n.

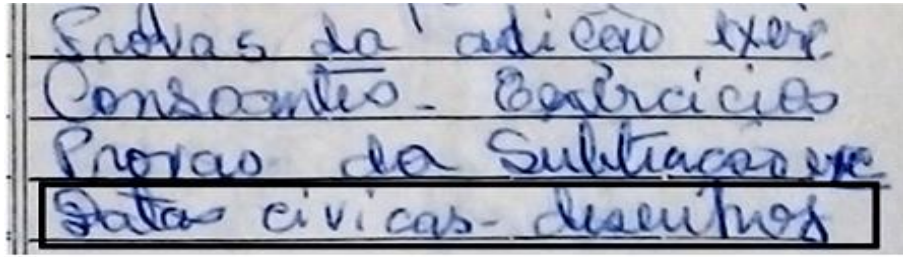
**Figura 32:** O ensino do Desenho - 2º Ano (a) Primeiro Grau -1981



Fonte: Caderneta da Escola Bispo Almir dos Santos, 1981, p. s/n.



**Figura 33:** O ensino do Desenho – 2º Ano (a) Primeiro Grau -1981



**Fonte:** Caderneta da Escola Bispo Almir dos Santos, 1981, p. s/n.

As figuras (31-33) dizem respeito às anotações que determinados professores do primeiro grau fizeram em algumas cadernetas do 2º ano (a) da Escola Bispo Almir dos Santos em 1981, sobre o ensino do Desenho. As mesmas evidenciaram a presença do Desenho no primeiro grau da referida escola e apontaram uma alternância da referida matéria escolar com outras atividades escolares, a saber: cópias, ditados, atividades com pontos cardeais, exercícios e comemoração de datas cívicas.

Ao analisarmos a caderneta do 2º Ano (a) da referida escola, constatamos que o Desenho foi utilizado em outras matérias escolares principalmente nas figuras (32 e 33), onde o mesmo estava interligado ao ensino de Geografia e/ou Matemática (pontos cardeais) e Educação Moral e Cívica<sup>105</sup> (datas cívicas), respectivamente.

Para reforçar as nossas ponderações em relação a uma suposta interação entre o Desenho e outras disciplinas escolares, trazemos Santos (2014) quando argumentou:

A Resolução n. 8 do Conselho Federal de Educação, de 1º de dezembro de 1971, derivada do Parecer 853/71, estabelecia as matérias que formavam o núcleo comum e as disciplinas obrigatórias das matérias fixadas. Nessa Resolução, destacamos também a indicação de que as matérias seriam trabalhadas no currículo de forma integrada e obedecendo a um escalonamento em consonância com o amadurecimento do aluno: Art.1º. O núcleo-comum a ser incluído, obrigatoriamente, nos currículos plenos do ensino de 1º e 2º graus abrangerá as seguintes matérias: a) Comunicação e Expressão b) Estudos Sociais c) Ciências § 1º Para efeito da obrigatoriedade atribuída ao núcleo-comum, incluem-se como conteúdos específicos das matérias fixadas: em Comunicação e Expressão – a Língua Portuguesa;

<sup>105</sup> “Dessa forma a referida lei determinou: Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus [...]” (BRASIL, 1971, p. 3).

nos Estudos Sociais – a Geografia, a História e a Organização Social e Política do Brasil; nas Ciências – a Matemática e as Ciências Físicas e Biológicas. Art. 2º - As matérias fixadas, diretamente e por seus conteúdos obrigatórios, deverão conjugar-se entre si e com outras que se lhes acrescentem para assegurar a unidade do currículo em todas as fases do seu desenvolvimento [...] (SANTOS, 2014, p. 157-158).

É importante justificar o uso do termo *Primeiro Grau* ao invés de *Ensino Primário*, para tanto, faz-se necessária uma análise da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1971 e/ou seu antecessor, a LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Para favorecer o entendimento dessa perspectiva, reportamos Marchelli (2014), quando pontuou sobre a base curricular da 1ª LDB/61:

[...] A primeira LDB (BRASIL, 1961) volta-se para a base curricular dos três graus de ensino por ela consignados: o primário, o médio e o superior. A finalidade do grau primário é “o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança e a sua integração no meio físico e social” (Art. 25). A base curricular desse grau deveria ser ministrada no mínimo ao longo de quatro séries anuais subsequentes e interdependentes (Art. 26). A língua oficial era a nacional e foi estabelecida a obrigatoriedade de que todas as crianças ingressassem em turmas regulares a partir dos sete anos, reservando-se a matrícula para pessoas acima dessa idade em cursos especiais supletivos compatíveis com o nível de desenvolvimento das mesmas (Art. 27). A duração do grau primário poderia ser estendida para até seis anos, de forma que nos dois últimos o aluno fosse iniciado em técnicas de artes aplicadas compatíveis com seu gênero e idade (MARCHELLI, 2014, p. 1482).

As análises levantas por Rothen (2008), apontam que a LDB que foi aprovada em 1961, foi defeituosa e imprecisa.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aprovada pelo Congresso Nacional no ano de 1961, apresenta diversas lacunas. [...]. Entre os anos de 1962 – no qual o CFE<sup>106</sup> foi instalado – e 1966, o Conselho assumiu a postura de propor modelos educacionais, mediante a elaboração de doutrinas e jurisprudência ao emitir parecer técnico sobre os temas apresentados à sua análise. [...]. Os conselheiros tinham a consciência de que, mediante seus pareceres, estavam criando legislação, mesmo quando isso significasse alterar o que estava em vigor (ROTHEN, 2008, p. 455).

---

<sup>106</sup> Conselho Federal de Educação.

Em relação à Educação Matemática, Rothen (2008), também esclareceu que a mesma estava sendo orientada por um movimento internacional de renovação da Matemática, denominada de *Movimento da Matemática Moderna*<sup>107</sup>.

A educação matemática, por sua vez, estava orientada por um movimento internacional que independentemente dos conselhos locais predominou amplamente na definição dos conteúdos curriculares assumidos pelo sistema de ensino brasileiro. Financiado por organizações tais como a Unesco e a National Science Foundation (NSF-EUA) surgiu na metade do Século XX o Movimento da Matemática Moderna (MMM), que com o propósito de promover uma profunda renovação curricular propôs programas que aproximavam os conteúdos ministrados no nível superior àqueles planejados para a escola elementar (ROTHEN, 2008, p. 1487).

Quanto à reestruturação da LDB 5692/1971, Giraldeleli (2009), argumentou que a nomenclatura *Ensino Primário e Médio*, passaram a ser denominadas de *Primeiro e Segundo Grau*, respectivamente.

[...] Reestruturação do ensino primário e médio, alterando sua denominação, respectivamente, para primeiro grau e segundo grau. Apresentava uma nova estrutura: em lugar de um curso primário com a duração de quatro anos, seguido de um ensino médio subdividido verticalmente em um curso ginásial de quatro séries e um curso colegial de três, organizava um ensino de primeiro grau com a duração de oito anos (atual Ensino Fundamental) e um ensino de segundo grau de três a quatro anos [...] (GIRALDELELI, 2009, p. 27).

Segundo Medina (2016), a orientação tecnicista inserida na promulgação da Lei 5692/71, tirou do centro o processo de ensino-aprendizagem do professor/aluno e direcionou para os objetivos instrucionais e técnicas de ensino, com divisão do trabalho pedagógico entre os especialistas da educação.

A tendência tecnicista implantada pela Lei 5.692/1971 surge, então, com ênfase nas tecnologias do ensino, tirando o centro do processo de ensino-aprendizagem do professor e do aluno, o

---

<sup>107</sup> Segundo Santana, Dias e Sant'Ana (2009) "O Movimento da Matemática Moderna intencionou aproximar a matemática ensinada na escola secundária com a matemática produzida pelos pesquisadores da área, fundamentado principalmente na introdução de novos conteúdos no ensino da matemática. Esse movimento atingiu diversos países, difundindo-se também pelo Brasil, alimentado por meio de grupos de estudos que assimilaram as diferentes tendências internacionais e passaram a desenvolver ações regionais. Esses grupos tornaram-se referências locais onde foram constituídos, ao que tudo indica, colaborando significativamente para a apropriação das ideias que envolveram a Matemática Moderna, nesse sentido o trabalho propõe a análise da documentação relativa ao ensino fundamental e médio, no ensino da matemática no período de 1960 a 1970" (SANTANA; DIAS; SANT'ANA, 2009, p. 1799).

fazendo focar nos objetivos instrucionais e nas técnicas de ensino, com divisão do trabalho pedagógico entre os especialistas da educação. Há preocupações com a economia de pensamento e o raciocínio rápido demandados pela sociedade em desenvolvimento. Em grande medida, a lei corroborava o ideário do MMM, em um período em que se encontrava bem consolidado no Ensino Primário (MEDINA, 2016, p. 409).

De acordo com Barbosa (2015), a segunda fase modernista (1960 e 1970), o ensino da Arte “suplicava” por especificidade para substituir o “lamaçal” da polivalência que o professor estava inserido, ou seja, um professor para música, artes plásticas, desenho geométrico, teatro e dança da Educação Infantil ao Ensino Médio. Quanto a Lei educacional de 1971 (n. 5.692), afirmou que era tecnicista e tinha como pretensão profissionalizar o Ensino Médio e usou a Arte como “álibi” para tal feito.

Na segunda fase modernista (1960 e 1970) o ensino da Arte clamava por especificidade para sair do lodaçal da polivalência que significava um só professor ensinar música, artes plásticas, desenho geométrico, teatro e dança da Educação Infantil ao Ensino Médio. Foi a fase da Ditadura Militar: durou 20 anos, suprimiu a liberdade de expressão, prendeu, torturou, matou, exilou e tornou obrigatório o ensino da Arte Polivalente. Foi uma desfaçatez. A Lei Educacional de 1971 (Lei n. 5692) era extremamente tecnicista, pretendendo profissionalizar no ensino médio, mas usou a Arte como mascaramento humanístico ou álubi [...] (BARBOSA, 2015, p. 19-20).

Dando prosseguimento nas análises, temos na figura (34), a capa do Diário de Classe da Escola Bispo Almir dos Santos, da 3ª série do primeiro grau, datada em 1982<sup>108</sup> e alguns registros feitos pelos professores (figuras 35-36) que testificam a aplicação do Desenho Livre e sua provável relação com a Matemática na referida turma.

---

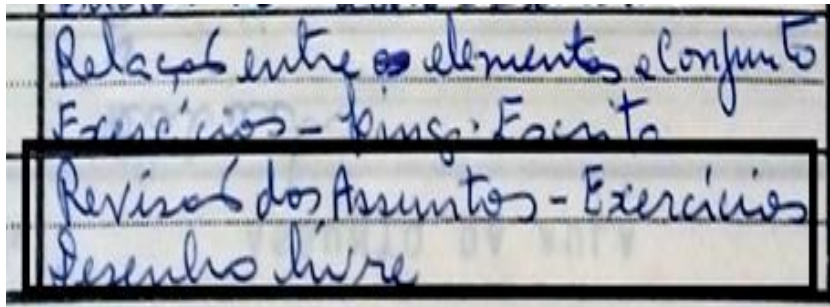
<sup>108</sup> As datas inseridas na caderneta indicaram o ano letivo de 1982.

**Figura 34:** Caderneta 3º Ano (a) Primeiro Grau -1982

Escola Bispo Almir dos Santos  
 NOME DO ESTABELECIMENTO  
 S. de Conguata CIDADE Bahia ESTADO  
 DIÁRIO DE CLASSE  
 DISCIPLINA  
 CURSO 3ª Série  
 HORAS 140 TUBA F DIAS  
 PROFESSOR  
 ANO DE 19

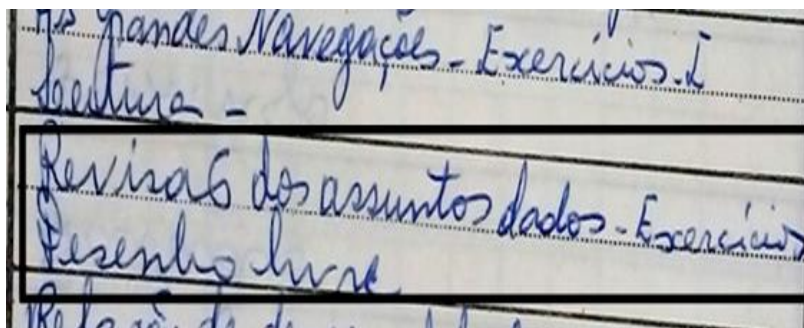
**Fonte:** Arquivo Museu Pedagógico Casa Padre Palmeira.

**Figura 35:** O ensino do Desenho – 3º Ano (a) Primeiro Grau -1982

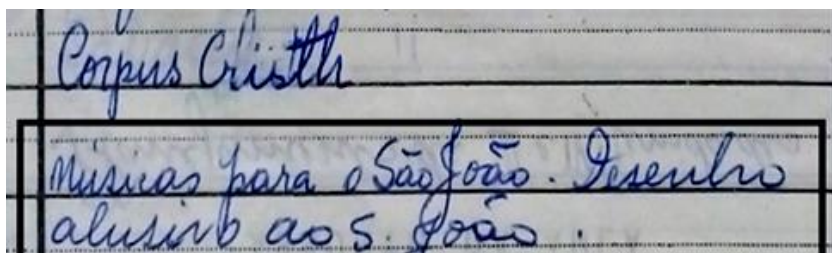


**Fonte:** Caderneta da Escola Bispo Almir dos Santos, 1982, p. s/n.

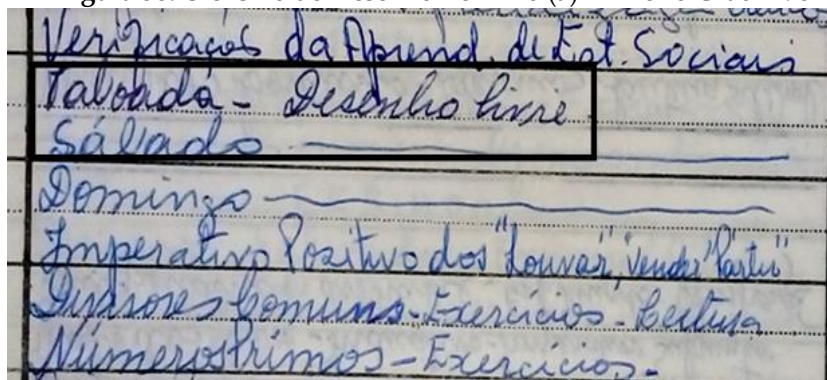
**Figura 36:** O ensino do Desenho – 3º Ano (a) Primeiro Grau -1982



**Fonte:** Caderneta da Escola Bispo Almir dos Santos, 1982, p. s/n.

**Figura 37:** O ensino do Desenho – 3º Ano (a) Primeiro Grau -1982

Fonte: Caderneta da Escola Bispo Almir dos Santos, 1982, p.s/n.

**Figura 38:** O ensino do Desenho – 3º Ano (a) Primeiro Grau -1982

Fonte: Caderneta da Escola Bispo Almir dos Santos, 1982, p.s/n.

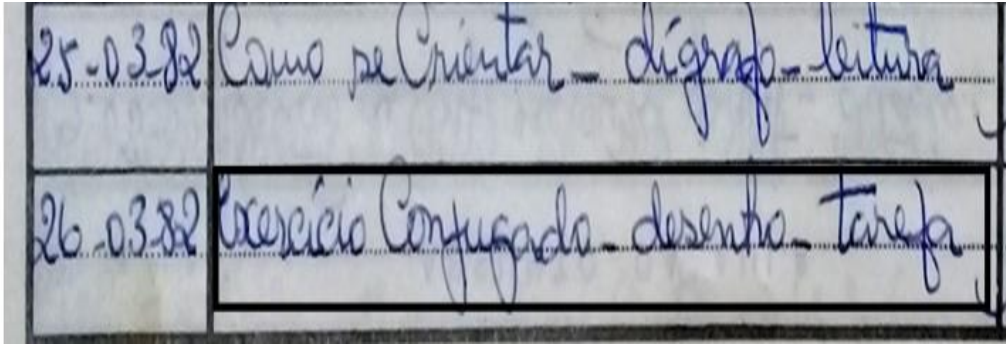
As figuras anteriormente apresentadas da 3ª série (a) do primeiro grau nos indicam que o ensino do Desenho Livre se fazia presente com certa frequência e era intercalado com outras atividades (revisões, exercícios) e/ou com um saber matemático (tabuada), em particular com a Aritmética (figura 38). Outro aspecto que merece destaque refere-se a uma possível utilização do Desenho Livre como forma de representação cultural<sup>109</sup> (figura 37), em particular em datas folclóricas (São João).

A terceira caderneta que analisamos, refere-se a uma turma da 3ª série (s/d)<sup>110</sup> do primeiro grau, de 1982, onde detectamos a presença do Desenho e sua interlocução com exercícios conjugados e tarefas, como podemos verificar na figura (39).

<sup>109</sup> Trata-se de uma conjectura. É necessário uma investigação mais detalhada.

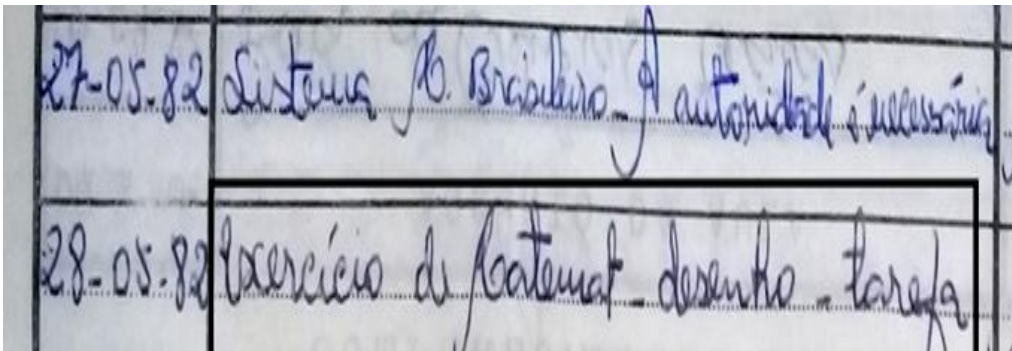
<sup>110</sup> Não havia informações de que turma se tratava.



**Figura 39:** O ensino do Desenho – 3º série (s/d) Primeiro Grau -1982

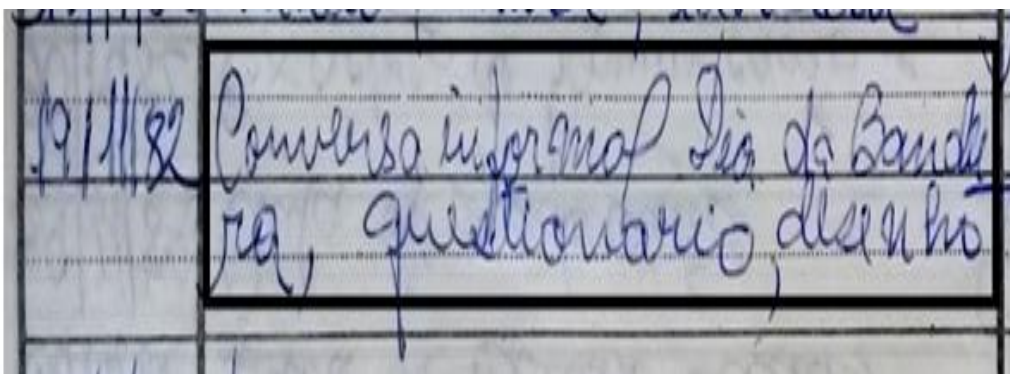
**Fonte:** Caderneta da Escola Bispo Almir dos Santos, 1982, p.s/n.

É importante salientar que apesar de termos identificado uma justaposição entre o ensino do Desenho e a Matemática, na turma da 3ª série (s/d), não foi possível saber com precisão que tipo de exercício matemático foi realizado pelo (a) professor (a), como podemos verificar na figura (40), contudo nos apontam um “diálogo” entre ambas.

**Figura 40:** O ensino do Desenho – 3º série (s/d) Primeiro Grau -1982

**Fonte:** Caderneta da Escola Bispo Almir dos Santos, 1982, p.s/n.

Na figura (41) identificamos uma presumível utilização do Desenho em atividades culturais (dia da Bandeira).

**Figura 41:** O ensino do Desenho – 3º Ano (s/d) Primeiro Grau -1982

**Fonte:** Caderneta da Escola Bispo Almir dos Santos, 1982, p.s/n.

As análises das cadernetas do Centro de Assistência Nossa Senhora das

Vitórias e Escola Bispo Almir dos Santos, possibilitou primeiro: identificar a presença do Desenho nos seus currículos. Segundo: forneceu indicativos de sua interlocução com a Matemática anteriormente evidenciada.

Também foi possível observarmos que o Desenho estava sendo intercalando com atividades tais como: (ditados, exercícios, datas cívicas, revisões, cópias de atividades, ilustrações de textos, etc.) e com a Matemática (adição, subtração, problemas, sistemas monetário, noções de metade, 3ª e 4ª partes, frações e noções de inteiro).

Por fim, as nossas proposições e investigações nos apontam que o ensino do Desenho Livre foi proposto e articulado com a Matemática no Centro de Assistência Social Nossa Senhora das Vitórias e Escola Bispo Almir dos Santos.

### 3.2 O ENSINO DO DESENHO LIVRE E SUA RELAÇÃO COM A MATEMÁTICA NA ESCOLA PRIMÁRIA EM SALVADOR-BA

#### 3.2.1 Escola Getúlio Vargas – Fatos Históricos

Dando prosseguimento nas investigações sobre o ensino do Desenho Livre na Escola Primária, e articulando com a realidade das escolas mencionadas nesta pesquisa, trataremos nesta seção o ambiente educacional que circulava na Escola Getúlio Vargas, e principalmente suas orientações para o ensino da referida matéria escolar.

Partindo dessas conjecturas, planejamos nossas investigações e catalogações na referida instituição escolar, as quais possibilitaram a identificação das seguintes fontes diversas<sup>111</sup>(quadro 45), que ficaram assim organizadas:

**Quadro 45:** Fontes diversas – Escola Getúlio Vargas<sup>112</sup>

1º	Ofícios expedidos pela Secretaria de Educação e Cultura (Superintendência de difusão Cultural- Assistência de Desenho e Artes), assinada pelo Assistente do Ensino de Desenho e Artes Industriais.
2º	Boletim escolar com notas de Desenho (1972)
3º	Ofício do Departamento Estadual da Criança – (Edição da Higiene e

<sup>111</sup> Não foi possível constituir um único percurso, devido à disponibilidade das fontes.

<sup>112</sup> Algumas fontes ainda não foram utilizadas na investigação.



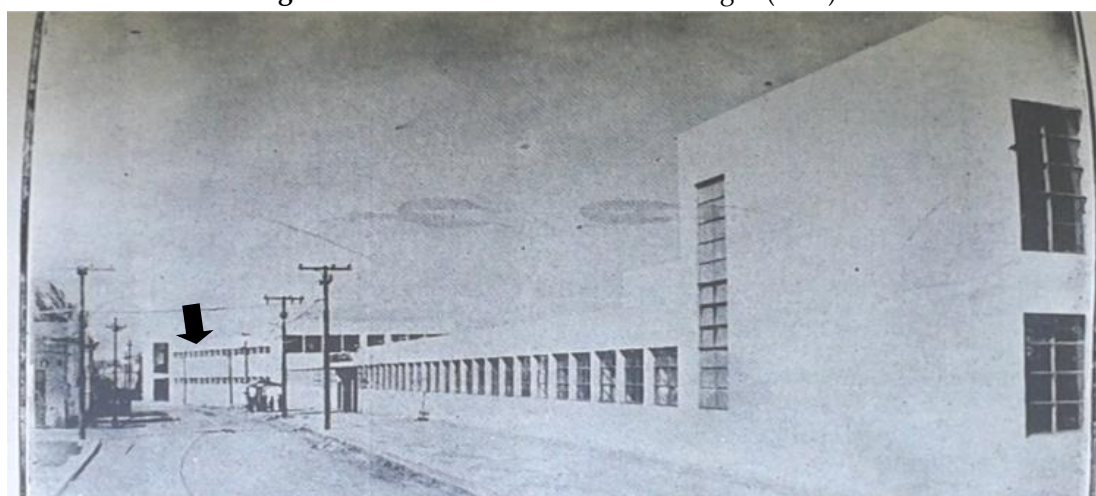
	Assistência Dentária, para divulgação de exposição de Desenhos de escolares baianos
4º	Ofício da Superintendência de Difusão Cultural (junho de 1952)
5º	Fotografia do Brasão da Escola Getúlio Vargas
6º	Ofício da Superintendência de Difusão Cultural (abril de 1952)-Indicação de livros de Theobaldo Miranda Santos
7º	Portaria n. 740 de 7 de março de 1955, que regulamentou o ensino do Desenho e Artes Industriais nas escolas primárias da capital
8º	Fragments do Diário Oficial do Estado da Bahia (1956 e 1960)
9º	Diploma (frente e verso) em branco expedido pela Secretaria de Educação - Superintendência do Ensino Elementar
10º	Histórico Escolar de Alunos de Escolas Particulares - Salvador

**Fonte:** Escola Getúlio Vargas, Salvador-BA.

A partir de algumas dessas fontes e dos relatos de professores e ex-professores, buscamos uma interlocução com o objetivo central da pesquisa. Para tanto, iniciamos nossas asserções em torno do contexto histórico, por consideramos relevantes tal proposição para nossas investigações.

Em 28 de março de 1940, foi inaugurada oficialmente a Escola Getúlio Vargas (em destaque - figura 42) em Salvador, impulsionado principalmente pela falta de estrutura física do antigo prédio do Instituto Normal da Bahia, o qual não tinha condições de acolher o grande número de aluno das classes primárias anexas. Dessa forma, não tendo outra solução, o então Interventor Federal da Bahia Dr. Landulpho Alves, por intermédio da Secretaria de Educação e Saúde, transfere os referidos alunos primários para o novo prédio no Barbalho.

**Figura 42:** Prédio da Escola Getúlio Vargas (1940)<sup>113</sup>



**Fonte:** BAHIA, 1940, p. s/n.

<sup>113</sup> A seta que aparece na figura serve apenas para facilitar a localização da Escola Getúlio Vargas na imagem, portanto não faz parte da originalidade da obra.

A instalação e o contexto histórico da Escola Getúlio Vargas, obteve destaque em uma matéria<sup>114</sup> publicada no Guia Educativa do Brasil, salientando sua localização, patrono, data de inauguração, dados da primeira turma e outras observações como poderemos verificar a seguir.

A Escola Getúlio Vargas, funcionando anexa ao Instituto de Educação Isaiás Alves, localizada na Praça do Barbalho e tendo como patrono o Dr. Getúlio Vargas, foi inaugurada no dia 28 de março de 1940, no governo de Dr. Landulfo Alves, então Interventor no Estado da Bahia, sendo Secretário de Educação e Saúde o Dr. Isaiás Alves e Diretor do Departamento de Educação e Dr. Hormano Santana. Para o primeiro turno foram transferidas as classes da Escola Elementar da antiga Escola Normal, acompanhada das respectivas professoras. O segundo turno foi formado com as classes da Escola Jacinto Carauna, acompanhadas das professoras e mais outras classes formadas com a campanha intensiva de matrícula para as quais o Governo nomeou novas professoras do quadro do magistério da capital. Foram os seus primeiros diretores: os professores Gilberto Silva, Zilda Santos e Elisa Barreto de Araújo. Atualmente a Escola Getulio funciona como campo experimental de práticas escolares do Curso Pedagógico do ICEIA (Instituto de Educação Isaiás Alves), afim de que sejam aperfeiçoadas e aplicada os novos métodos (GUIA EDUCATIVA DO BRASIL, s/d, CIA.A.G.F.A editora).

Como a estrutura física desse novo prédio, dispunha de espaço suficiente para atender ao grande número de alunos primários, a Secretária de Educação e Saúde, então resolve transferir os alunos das escolas Jacinto Caraúna e Severino de Sales Filho para as novas instalações da Escola Getúlio Vargas, constituindo assim as turmas do 2º turno<sup>115</sup>.

As matrículas em 1940 já aproximavam de 1000 alunos, sendo “1º ano (223); 2º ano (201); 3º ano (195); 4º ano (138), 5º ano (190); Total (947)” (BAHIA, 1940, p. 105).

Em 4 de abril de 1940, o Secretário de Educação e Saúde, Isaiás Alves<sup>116</sup>

---

<sup>114</sup> O documento catalogado não assinalou da data de publicação da matéria.

<sup>115</sup> Refere-se às turmas do vespertino.

<sup>116</sup> “Natural de Santo Antônio de Jesus - Bahia. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Bahia em 1910 [...] Dirigiu o Ginásio Ypiranga, a partir de 1911. Foi professor do Ginásio da Bahia. Na Escola Normal da Bahia (atual Instituto Central de Educação Isaiás Alves), lecionou Psicologia Educacional desde 1931; foi idealizador, fundador e professor da Faculdade de Filosofia da Bahia (atualmente integrada à Universidade Federal da Bahia Fonte: D.O.E./Arquivo SEC/CEMIC”. Disponível em: <http://secbahia.blogspot.com.br/2008/07/isaias-alves.html>. Acesso em 15/05/2017.

“pela portaria 264<sup>117</sup> e seguindo o Art. 41 do decreto n. 11.234, de 25 de fevereiro de 1939, instituiu os trabalhos da “Escola Getúlio Vargas”, e sua desanexação do Instituto Nomal, subordinado-a diretamente ao gabinete do secretário” (BAHIA, 1940, p. 105-106).

Ao visitarmos a Escola Getúlio Vargas, foi possível o registro fotográfico do brasão da referida instituição escolar (figura 43), o qual possuía em destaque as letras EGV na cor branca e sua estrutura geométrica baseava-se em um pentágono dividido em três cores e no rodapé o ano de sua fundação.

**Figura 43:** Brasão da Escola Getúlio Vargas – Salvador (BA)



**Fonte:** Registro fotográfico por Emanuel Silva Santos.

Nos arquivos da Escola Getúlio Vargas (Salvador-BA), identificamos um ofício datado em sete (7) de março de 1955, que regulamentou o ensino de Desenho e Artes industriais nas escolas primárias da capital<sup>118</sup>, pela Portaria n. 740 do mesmo ano, onde foi baixado as instruções para:

[...] a execução do ensino de Desenho e Artes Industriais, nas escolas Primárias da Capital. As aulas de Desenho e de Artes Industriais nas Escolas Primárias da Capital ficarão sob o controle da superintendência de difusão Cultural por intermédio da Assistência de Desenho e Artes Industriais que as supervisionará (SALVADOR, Portaria n. 740, 1955, p. 2).

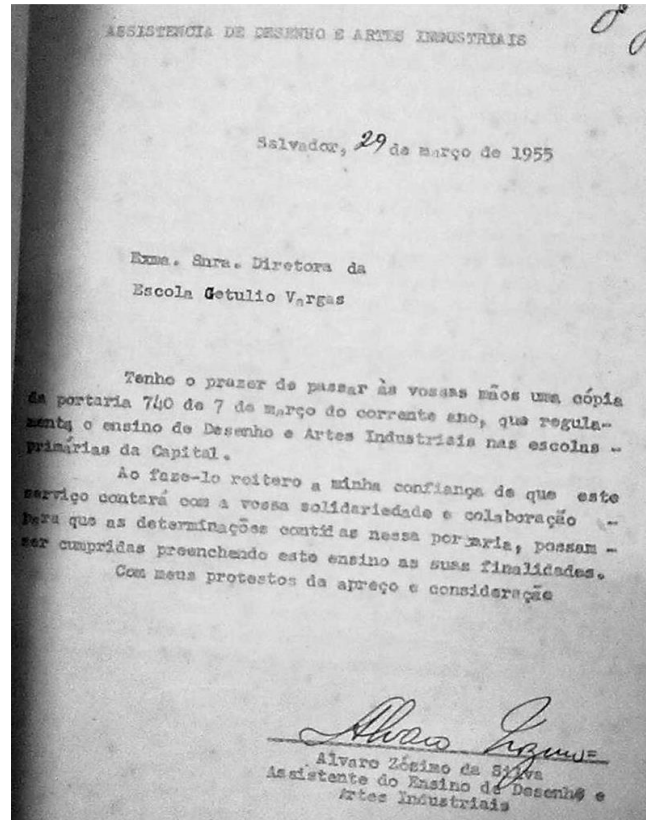
Este documento que nos referimos acima, foi encaminhado à direção da

<sup>117</sup> Portaria de 4 de abril de 1940, em consonância com o Decreto n. 11.234 de 25 de fevereiro de 1939, o qual por baixou instruções que regulou os trabalhos da Escola Getúlio Vargas.

<sup>118</sup> Estamos nos referindo a Salvador-BA.

Escola Getúlio Vargas, em 29 de março de 1955 (figura 44), pela Assistência de Desenho e Artes Industriais, sendo assinado pelo seu representante, o professor Álvaro Zózimo da Silva<sup>119</sup>.

**Figura 44:** Regulamentação do Ensino de Desenho e Artes Industriais (1955)



**Fonte:** Escola Getúlio Vargas- Salvador-BA.

O referido ofício além de informar à diretora sobre a regulamentação do ensino de Desenho e Artes Industriais nas escolas primárias da capital anexou a Portaria n. 740.

Na mesma oportunidade, o assistente do ensino de Desenho e Artes industriais invocou a colaboração da referida direção para que as determinações fossem cumpridas.

Quanto à fiscalização, o ofício determinou que as aulas de Desenho e Artes Industriais ficariam sob o controle da Superintendência de Difusão Cultural.

Por intermédio da Assistência de Desenho e Artes Industriais que as supervisionará. Terão a duração de 50 minutos em cada

<sup>119</sup> “Álvaro Zózimo da Silva nasceu em Salvador em 1912. Estudou na primeira Escola Normal da Bahia entre os anos 1929 e 1931, onde se formou professor primário. Atuou como professor de matemática e desenho em escolas primárias de Salvador e, em 1943, foi nomeado para a cadeira de Desenho da Escola Normal de Salvador, o então Instituto Central de Educação Isaias Alves (ICEIA) [...]” (D’ESQUIVEL, 2015, p. 61).

classe ministrada ou orientadas pelos Professores para tais fins designados escolhidos dentre os elementos que revelarem pendor artístico e aptidão para tal ensino (SALVADOR, Portaria n. 740, 1955, p. 2).

Esse vestígio indicou que os professores designados para o ensino de Desenho e Artes Industriais nas escolas primárias da capital precisariam ter aptidão e tendência para Arte. Contudo não identificamos detalhamentos que revelassem com exatidão tal necessidade.

Quanto a Assistência, a Portaria n. 740, pontuou suas finalidades, que ficaram assim designadas:

a) Supervisionar todo o serviço de Desenho e Artes Industriais efetuado nas Escolas pelos Instrutores; b) Controlar a frequência das mesmas, enviando mensalmente a respectiva folha à seção competente; c) Apresentar anualmente à Superintendência de Difusão Cultural um relatório das atividades da Assistência; d) Organizar o horário das aulas de Desenho e Artes Industriais nas Escolas Primárias (SALVADOR, Portaria n. 740, 1955, p. 2).

Para o instrutor ou orientador de Desenho e Artes Industriais caberia:

a) Ministras ou orientar as aulas de Desenho ou Artes Industriais de acordo com a designação e horário estabelecidos pela Assistência de Desenho e Artes Industriais, no limite máximo de 24 horas por semana; b) Aplicar as sugestões recebidas da Assistência de Desenho e Artes Industriais em com o ensinar trabalhos ou seguir orientação que julgar mais conveniente com a realidade da classe; c) Enviar à Assistência de Desenho e Artes Industriais quinzenalmente os boletins semanais, afim de que essa Secção envie mensalmente à Superintendência de Difusão Cultural o mapa geral de frequência dos Instrutores; d) Apresentar mensalmente até o dia 10 o relatório do movimento da classe durante o mês anterior; e) Empenhar-se na catequese pela sinceridade na autoria do trabalho num combate ao plágio à encenação; f) Apresentar na 1ª quinzena de dezembro o relatório das atividades do ano letivo findo acompanhado do balanço do material recebido e empregado nos trabalhos de classe, bem como as sugestões que julgar convenientes para o ano seguinte; g) Incentivar os alunos a colaborarem na aquisição do material destinado às aulas de tal material; i) Apresentar no fim do ano letivo exposição dos trabalhos realizados pelos escolares (SALVADOR, Portaria n. 740, 1955, p. 2-3).

Havia também atribuições para o diretor da escola, a saber:

a) auxiliar o Instrutor no desempenho de suas funções facilitando-lhe os meios para o bom andamento do ensino; b) Apresentar à Assistência de Desenho e Artes Industriais as

medidas que julgar convenientes no ensino; c) Comunicar à Assistência de Desenho e Artes Industriais qualquer irregularidade nas aulas de Desenho e Artes Industriais; d) Visar os boletins semanais do Instrutor de Desenho e Artes Industriais (SALVADOR, Portaria n. 740, 1955, p. 3).

Por fim, a Portaria n. 740, definiu que caberia ao professor: a) Acompanhar a classe na aula de Desenho e Artes Industriais; b) Colaborar com o Instrutor ajudando-o na medida do possível; c) Ajudar a manter a disciplina na classe; d) Coligir os dados para o relatório mensal (SALVADOR, Portaria n. 740, 1955, p. 3).

É importante relatar que não identificamos na Portaria n. 740 de 7 de março de 1955, instituída pela Secretaria de Educação e Cultura - (Assistência ao Ensino de Desenho e Artes Industriais), um detalhamento sobre que tipo de Desenho deveria ser ministrado pelos professores primários da Capital, apenas atribuições para os diretores, instrutores e professores.

Deste modo, apesar de não identificarmos nesta Portaria os tipos de Desenhos que deveriam ser ministrados nas escolas primárias da capital, consideramos pertinente sua catalogação e socialização, aja visto que por intermédio desse vestígio, supomos que o ensino do Desenho nas escolas primárias do município da capital, possuía alguma finalidade educativa.

Além dos documentos escolares anteriormente analisados e discutidos nesta seção, fizemos uso de alguns relatos orais como foi acordado no início do capítulo. Especificamente em relação ao ensino do Desenho livre nas escolas primárias em Salvador-BA, contamos com a colaboração de ex-professores e ex-alunos, que nos concederam entrevistas semiestruturadas as quais serão divulgadas a seguir.

### 3.2.2 As escolas participantes e os depoimentos

Iniciamos essa seção com as ponderações da professora Jussara Márcia Valença de Sá Santiago, ex-professora primária da Escola Getúlio Vargas (Salvador-BA) entre os anos de 1980 e 2009. Estudou o Ensino Primário no Colégio da Sacramentinas em Senhor do Bonfim - BA. Hoje com sessenta e sete

(67) anos de idade e aposentada, atua como voluntária da Escola Getúlio Vargas.

Narrou sua experiência como aluna primária e como ministrava as aulas de Desenho na Escola Getúlio Vargas, assim descrito:

No primário [...] havia Desenhos com pinturas de flores, animais. Aí eles diziam se a gente pintasse de preto, porque eram tristes, se pintasse de marrom tinha angústia. E os professores mesmo analisavam né! Aliás, na minha época, já lecionando, já exercendo a função, a gente entre si achava que sabia distinguir a cor que o aluno tinha pintado. Que se ele era um aluno triste, pintava de preto, se ele tinha família desorganizada ele pintava de marrom, ele bagunçava o Desenho, não seguia a linha, minha relação que tenho com o Desenho é essa (SANTIAGO, 2017).

A entrevistada narrou os tipos de Desenhos que foram solicitados aos alunos (flores, animais). Demonstrou também uma provável aproximação do Desenho com outras atividades escolares, em particular, com as questões artísticas, sendo exemplificada na utilização de colagem e na pintura de desenhos. Além disso, esse relato assinalou que os professores primários tentavam estabelecer uma interlocução do Desenho com as questões de cunho psicológico, utilizando para isso a coloração das figuras, “[...] se ele era um aluno triste, pintava de preto, se ele tinha família desorganizada, ele pintava de marrom, ele bagunçava o Desenho [...]” (SANTIAGO, 2017).

Complementou dizendo que ensinava o Desenho com origami, dobraduras e indicou o uso de elementos matemáticos.

[...] nós trabalhávamos muito com as dobraduras, desenhos com linhas, quadrados, figuras de animais [...] Que a gente chamava de origami, isso já foi eu ensinando, e a partir dali a gente trabalhava muita coisa do Desenho com origami<sup>120</sup> (SANTIAGO, 2017).

Santiago (2017) anunciou também uma provável relação do Desenho com o ensino de Geografia (atlas geográfico) e mais uma vez com a Matemática (utilização de linhas e curvas).

Existiam os cadernos de Desenho, inclusive trabalhávamos muitos desenhos com mapas, que era um caderno associado ao atlas geográfico e como eu não sabia desenhar, ai eu copiava

---

<sup>120</sup> “O origami, expressão que provém do japonês e significa arte de dobrar o papel – ‘ori’ descende do verbo ‘oru’, com o sentido de dobrar, e ‘gami’ nasce do vocábulo ‘kami’, denotando papel -, é uma arte muito antiga, criada pelos membros da Corte Imperial do Japão”. Disponível em <https://www.infoescola.com/autor/ana-lucia-santana/3/page/2/>. Acesso em 20/01/2018.

naquele papelzinho. Decalcava e passava para o caderno de desenho que a gente chamava de brochuras. Fazíamos alguns desenhos com aquelas linhas e curvas que formavam os mapas (SANTIAGO, 2017).

Ao analisarmos de forma geral os relatos orais proferidos pela ex-professora Jussara, verificamos que as atividades orientadas para o ensino do Desenho se estabeleciam por intermédio de exemplos que deveriam fazer parte do cotidiano dos alunos como desenhos de flores e animais. Também identificamos, a interação do Desenho com a Geografia (atlas geográfico), Arte (origami e dobraduras), Psicologia Infantil (tristeza e angústia) e com a Matemática (linhas e curvas).

É importante salientar, que não foi relatado pela entrevista à existência de provas oficiais de Desenho e que as atividades ocorriam basicamente na realização de pinturas e construção de Desenhos livres sem a preocupação com o rigor técnico ou artístico.

Por fim, pelos relatos orais, verificamos que as atividades aconteciam exclusivamente no caderno de Desenho e que não foram utilizados nenhum tipo de equipamento especial (régua, compasso) para o ensino da referida matéria escolar.

A nossa segunda entrevistada foi Vera Lúcia Andrade da Silva Freire, trata-se de uma ex-aluna do Colégio Nossa Senhora de Soledade<sup>121</sup> (Salvador-

---

<sup>121</sup> "O Colégio Nossa Senhora da Soledade surgiu com a fundação da Casa Nossa Senhora da Soledade, em 28 de outubro de 1739, pelo Padre Gabriel Malagrida, missionário jesuíta, italiano. Integra a UROSU (União Romana da Ordem Santa Úrsula), instituição internacional fundada em 1535, por Ângela Mérici, em Brescia, na Itália. A princípio, um "Recolhimento" para moças que queriam ingressar na vida religiosa. Esse recolhimento foi construído em anexo à capela de Nossa Senhora da Soledade, já existente em 1711, num sítio fora da cidade, chamado Queimado. A partir de 1901, a Casa foi dirigida pelas sucessivas superiores Ursulinas que se dedicaram à obra educativa. Inicialmente, com o curso primário (1896); posteriormente com o internato, até a década de 60. Em 1909, foi criada a classe "Santa Ângela", mais tarde "Escola Santa Ângela", gratuita para crianças carentes, que existiu durante 65 anos. Criou-se, assim, uma Comunidade Escolar inspirada nos princípios cristãos, animada pelo espírito evangélico da liberdade e caridade, para auxiliar os adolescentes no desenvolvimento de sua personalidade, a fim de crescer segundo a nova criatura que se tornaram pelo batismo. Em 1928, foi criado o Curso Fundamental; em 1931, o de Magistério; em 1938, o Ginásial e de 1959-1972 funcionou uma Escola Doméstica para atender as alunas carentes que, em turno oposto, aprendiam as atividades do lar e ajudavam nos trabalhos da Casa.[...] Obteve o Reconhecimento Federal: Decreto n. 9.704 de 16/06/42 - D.O.U de 04/07/42. Reconhecimento 1º e 2º Graus: com Habilitação para o Magistério. Resolução CEE 889/81 - Parecer CEE n. 166/81 - D.O.U de 30/10/81. Credenciamento: Educação Básica - Ensino Fundamental e Médio - Parecer CEE-BA n. 15/2009



BA) e professora da Escola Getúlio Vargas, na mesma cidade. Atualmente tem 64 anos de idade, leciona História na referida instituição de ensino e tem 38 anos de magistério.

Freire (2017) nos narrou como ocorriam as aulas de Desenho no Colégio Nossa Senhora de Soledade, entre os anos de 1961 e 1963. A entrevistada versou que a sua professora primária ensinava o Desenho de forma descompromissada. Utilizando para tanto a expressão “embromation”. Complementando, citou: “quando ela não tava a fim de dá aula, dizia... Faça o Desenho livre ou desenhe sobre qualquer data comemorativa da época, desenhem o que vocês quiserem! Bolas, círculos, bonecos” (FREIRE, 2017). Assim, ao que nos parece o ensino do Desenho não transcorria de forma satisfatória.

Identificamos também elementos que demonstraram uma relação entre o Desenho e a Matemática, quando a entrevistada afirmou: “[...] Faça o Desenho livre ou desenhe sobre qualquer data comemorativa da época, desenhem o que vocês quiserem! Bolas, círculos, bonecos” (FREIRE, 2017).

Bem como uma articulação entre o Desenho e o Artesanato: “Tinha o Desenho como se fosse o Artesanato; elas pediam umas cartelinhas que vinham flores e aí a gente cobria com lã ou linhas coloridas ” (FREIRE, 2017).

A entrevistada elencou alguns equipamentos utilizados pelos professores primários do Colégio Nossa Senhora de Soledade nas aulas de desenhos: “lápiz de cor, cadernos de desenhos, hidrocor [...] giz de cera” (FREIRE, 2017).

Freire (2017) argumentou que as atividades “de Desenho não eram para nota; eram trabalhos livres, não tinham nota não! Na minha época, só tinha nota, Português, Matemática, História, Geografia e Ciências, são matérias curriculares mesmo” (FREIRE, 2017).

De forma geral, ao analisarmos os relatos orais proferidos pela entrevistada sobre o ensino do Desenho, verificamos que as atividades propostas ressaltavam datas comemorativas ou de caráter livre. Identificamos o uso de materiais escolares para o ensino do Desenho tais como, lápis de cor, cadernos de desenhos e hidrocor.

Por fim, de acordo com as afirmações sustentadas pela entrevistada, o ensino do Desenho poderia ser articulado com a Matemática (bolas, círculos) e com o Artesanato (atividades com lã ou linhas coloridas) e não estavam atreladas as questões de cunho avaliativo, e sim com uma vertente mais livre.

Nossa terceira entrevistada foi Cléria Pinheiro, natural de Juazeiro-BA, tem mais de trinta e seis anos de magistério; iniciou sua vida profissional dando aulas em escolas primárias particulares em Salvador-BA e após ter sido aprovada em concurso público em 1981, ingressou na Escola Getúlio Vargas (Salvador-BA) exercendo a função de professora do 4º ano primário.

Estudou o Ensino Primário em Juazeiro-BA, no Colégio Rui Barbosa<sup>122</sup> entre 1963 e 1966. Do 6º ao 9º ano cursou no Ginásio de Juazeiro.

A professora Cléria Pinheiro, nos relatou como ministrava as aulas de Desenho na década de 1980, nas turmas de 4º ano primário na Escola Getúlio Vargas, fornecendo indícios de sua aproximação com a Matemática.

Trabalhava sim, dava aula de Desenho, tinha caderninhos de desenhos, até mesmo no Getúlio Vargas a gente trabalhou muito. O menino fazia paisagem, representava figuras simples, habituais, geralmente era assim! E a gente chamava Desenho Livre! Eu trabalhava o Desenho como atividade artística, em atividades que tinham figuras simples, quadradinhos, círculos. As crianças desenhavam as suas casas, objetos muito simples mesmo! Havia livros de Português já pedindo desenhos desses tipos (PINHEIRO, 2017).

A professora Cléria certificou que ensinou o Desenho com o auxílio dos “caderninhos” e que requeria dos seus alunos, geralmente atividades livres ou que tinham vinculação com paisagens, figuras simples e habituais, dentre outras.

Outro aspecto salientado pela entrevistada e que nos chamou atenção, diz respeito à presumível relação do Desenho com elementos matemáticos (figuras simples, quadradinhos, círculos), e uma justaposição entre o Desenho e a Educação Artística. Além disso, expôs sobre a existência de livros (Português) nos quais havia atividades que solicitavam algum tipo de Desenho, apontando uma aproximação entre ambos.

---

<sup>122</sup> “Inaugurado em 1953, nesse ano era governador do Estado da Bahia, Regis Pacheco; Prefeito de Juazeiro, Edson Ribeiro. O primeiro diretor deste colégio foi o Prof. Agostinho José Muniz. Escritório”. Disponível em: <http://parlim.blogspot.com.br/2009/09/>. Acesso em 15/05/17.

Dando continuidade, exemplificou uma atividade que havia desenvolvido com os seus alunos do 4º ano primário, em que relacionava o ensino do Desenho com a Música.

Eu me lembro que fiz um trabalho com aquela música de Roberto Carlos *A Montanha*. Eu dava a música e algumas palavras para os meus alunos começarem a desenhar. Eu lia a música e o menino fechava o olho, se imaginava né! Ele se imaginava numa montanha, num rio, aí ele ia formando o desenho (PINHEIRO, 2017).

Essa passagem testemunhou uma provável afinidade do Desenho Livre com a Música. Para tanto, a entrevista destacou que utilizava determinadas palavras de uma canção, com o propósito de desenvolver nos estudantes a capacidade representativa dos objetos.

A professora fez referência aos tipos de desenhos que eram solicitados aos alunos do 4º ano primário na Escola Getúlio Vargas: “Olha, usávamos desenhos em datas comemorativas, folclore, é... (*silêncio*), bandeiras, pontinhos... Como se chamava aquilo? (*silêncio*) Pontilhado né! (*risadas*)” (PINHEIRO, 2017).

Por fim, confirmou que ministrava as aulas de Desenhos fora da sala de aula e que tentava estabelecer uma aproximação com as aulas de Ciências:

Existiam aulas fora da sala de aula e sabe como se chamava? (*silêncio*) Recreativa! Extraclasse! Aula extraclasse. Essas aulas geralmente ocorriam na biblioteca, o menino sempre tinha alguém para orientar. Se fosse aula de campo, botava o menino ali na pérgula e ensinava (PINHEIRO, 2017).

Identificamos alguns tipos de Desenhos (flores, animais, datas comemorativas, bonecos, paisagens, casas, etc.). Reconhecemos a relação das cores com o estado emocional das crianças (preto – aluno triste, marrom-aluno desorganizado, etc.), uso do origami e Artesanato (cartelinhas com lã).

Por tudo isso, as entrevistas semiestruturadas foram extremamente importantes para nossa pesquisa, pois possibilitaram o reconhecimento da cultura escolar imbricada nas escolas participantes e a relevância das disciplinas escolares em cada ambiente escolar.

Finalmente, podemos dizer com base nas entrevistas, as quais aplicamos e analisamos nesta pesquisa, que o ensino do Desenho Livre manteve uma interação com a Matemática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa pesquisa investigou a relação entre o ensino do Desenho Livre e a Matemática em determinadas escolas primárias em Vitória da Conquista-BA e Salvador-BA, no período compreendido entre 1925 e 1982. Versamos no primeiro capítulo sobre o ensino do Desenho, sua história, objetivos, valores, técnicas, Desenho Espontâneo e motivações.

Verificamos que o Desenho Espontâneo poderia ser o ponto inicial de toda a aprendizagem e que deveria contemplar o interesse infantil, sendo utilizado em atividades que retratassem figuras de datas cívicas, semana da pátria e trânsito, figuras de homens, animais, casas e cenas que representassem a vida doméstica, dentre outros.

Analizamos também nesse capítulo, alguns artigos da *Revista de Educação – Orgam da Escola Normal de Caitete'*, que foram publicados em 1927 (janeiro, junho, agosto) e 1928 (fevereiro). Tais artigos trataram sobre *O Ensino das Mathematicas* (J. Teixeira), *Ambidextria*, *O Segredo do Desenho* (Maria Constança P. Cardoso) e o *Ensino do Desenho na Escola Primária*.

As investigações que fizemos a partir desses periódicos educacionais, possibilitaram uma visão superficial das discussões que circulavam em torno do ensino de Desenho e da Matemática e do ambiente educacional baiano da década de 1920, precisamente nos anos de 1927 e 1928.

No artigo *O Ensino das Mathematicas Elementares*, vimos que para os autores, a sequência continuada e articulada do ensino da Matemática Elementar, propiciava uma interlocução entre os fatos reais, operações e teorias, favorecendo deste modo a união e o agrupamento dos conteúdos ensinados.

Ao averiguarmos o artigo sobre a *Ambidextria*, identificamos as características dos trabalhos de duas mãos e sua relação com o Desenho. Bem como suas aproximações com os Trabalhos Manuais, treinos e exercícios.

Vimos que o ensino do Desenho e os Trabalhos Manuais viabilizavam o desenvolvimento das aptidões da mão esquerda e em conseqüência disso permitiria o desaparecimento dos privilégios da mão direita.

Nesse artigo, havia duas presumíveis relações da *Ambidextria*: inicialmente com a Matemática (Geometria), sendo comprovada pela utilização de traços elementares em representações gráficas e pelas construções de figuras geométricas. E a segunda com o Desenho, na representação de objetos simples tais como: animais, flores, frutas, símbolos nacionais e casas.

Ainda no artigo sobre *Ambidextria*, trouxemos outra passagem, o qual comprovou sua relação com o Desenho e a Matemática (Geometria), onde foi exposto que os alunos poderiam traçar livremente linhas curvas, retas, mistas, combinando-as com as representações de objetos simples.

Esses periódicos educacionais da Bahia, foram importantes para nossa pesquisa, porque forneceram indícios de uma articulação entre o Desenho, *Ambidextria* e a Matemática (Geometria).

No segundo capítulo, investigamos a Instrução Pública baiana, as reformas educacionais que ocorreram na Bahia, o ensino no Brasil na década de 1930, a Lei Orgânica do Ensino Primário e a criação do Departamento Municipal de Educação de Vitória da Conquista-BA.

Analisamos algumas palestras que trataram sobre os Saberes Elementares Matemáticos na Escola Primária, dentre elas: *O Ensino do Desenho na Escola Primária*, ministrada pelo professor Arthur Mendes de Aguiar, *o Ensino de Matemática na Escola Primária*, sob a responsabilidade da professora Julia Leitão e *Trabalhos Manuais na Escola Primária*, sendo orientada pela professora Alzira de Assis.

Verificamos que para Aguiar (1927), o Desenho Linear era uma arte de representar linhas traçadas, projeções e imitações de superfícies dos corpos. Também versou sobre a prática e influência educativa do Desenho. Para tanto, fundamentou suas ideias nos aspectos relacionados aos exercícios da vista, da faculdade de julgar e raciocinar, da imaginação, da mão, do gosto e do senso moral.

Foi possível assinalar que para o referido autor, o ensino do Desenho na Escola primária possibilitava uma aproximação com os Saberes Elementares Matemáticos (Geometria), pois permitia a demonstração de figuras geométricas

(*Geometria Theorica*), a representação dos sólidos das medidas de capacidade e o levantamento dos planos (*Geometria Practica*).

Quanto a palestra da Professora Julia Leitão, sobre o *Ensino da Matemática na Escola primária*, vimos que de todas as matérias escolares ensinadas, a Aritmética era considerada a de maior utilidade para vida prática e fornecia subsídios para as Artes e Belas Artes.

Verificamos que para Leitão (1927), o ensino da Aritmética possibilitava o cultivo do raciocínio, dedução, reflexão, atenção, contenção do espírito, generalização, abstração e o encadeamento lógico das ideias.

Ainda dentro do segundo capítulo, discorremos detalhadamente sobre o *Programa do Ensino da Escola Elementar Urbana*. Este determinou que o Desenho e os Trabalhos Manuais deveriam ser educativos, buscando desenvolver nas crianças o sentido da sua personalidade, dando condições para transformar seu pensamento em ação.

Após analisarmos a Lei n. 1.846 de 14 de agosto de 1925, conjecturamos que nas Escolas Primárias Elementares, o Desenho, Aritmética e os Trabalhos Manuais eram partes integrantes dos Saberes Elementares Matemáticos, enquanto nas Escolas Primárias Superiores, tais saberes foram considerados como disciplinas, isso sendo comprovado pela existência de professores específicos de Desenho e Trabalhos Manuais.

Em se tratando do *Programa Experimental do Ensino Pré-Primário e Elementar*, identificamos determinadas atividades as quais aproximavam o ensino do Desenho Livre com as Matemáticas (Aritmética e Geometria), sobretudo em questões que envolviam: desenhos com bolinhas em diferentes posições, observação do prisma, cone, pirâmides, estudo das linhas, curvas, posições das linhas, concretização de frações próprias e impróprias e do número misto em desenhos, recortes, coloração de desenhos simples de linhas retas, dentre vários outros.

Avaliamos que para o *Programa Experimental*, o Desenho poderia ser utilizado no ensino da Geometria como “auxiliar” para facilitar a compreensão de determinado conceito geométrico.

Sobre o Decreto Lei n. 8.529 de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Primário), chamamos atenção para o fato de a mesma ter sido considerada uma forma de representação da política nacional para o Ensino Primário.

Finalizamos o segundo capítulo, versando sobre as determinações e finalidades do Departamento Municipal de Educação de Vitória da Conquista-BA para o ano de 1959. Na oportunidade, elencamos as disciplinas que deveriam ser ministradas pelos professores primários e ratificamos a presença do Desenho no Programa Oficial daquele município baiano.

No terceiro e último capítulo investigamos o ensino do Desenho Livre e sua relação com a Matemática na Escola Primária em Vitória da Conquista-BA e Salvador-BA respectivamente.

Para desenvolver as nossas investigações em Vitória da Conquista-BA, analisamos alguns documentos escolares (cadernetas, livro ponto, pasta de alunos e leis municipais) e as entrevistas semiestruturadas de ex-alunos e ex-diretores.

Por intermédio dessas entrevistas foi possível verificar que as atividades de Desenho Livre no Colégio Estadual Anísio Teixeira, Grupo Escolar Barão de Macaúbas e no Grupo Escolar Hostílio de Carvalho, foram estruturadas com elementos que faziam parte do cotidiano dos educandos, tais como, flores, animais, paisagens, bandeiras, escudos da escola, árvores, barcos, casas, caricaturas, dentre outros.

A professora Italva forneceu “pistas” que na Escola Estadual Anísio Teixeira, entre os anos de 1965 e 1968, ocorria uma articulação do Desenho Livre com a Matemática, pois como foi demonstrado pela entrevistada, os alunos desenhavam figuras que possuíam, por exemplo, linhas e curvas.

No Grupo Escolar Barão de Macaúbas, entre os anos de 1947 e 1950, Stela Zumira, nos apontou indícios de que a Matemática (Geometria) foi articulada com o Desenho Livre, por intermédio de atividades que envolviam desenhos de objetos simples (bonecos, pato, igreja) e elementos geométricos (riscos, linhas).

Quanto ao Grupo Escolar Hostílio de Carvalho, a ex-professora Maria Leocina, nos afirmou que entre os anos de 1970 e 1980, os professores primários daquele Grupo Escolar utilizavam o Desenho Livre com bastante frequência e

nos forneceu vestígios de sua articulação com a Matemática, principalmente quando elencou os tipos de atividades solicitadas aos alunos, particularmente, os que tinham desenhos compostos por linhas livres.

Nesta seção, catalogamos e analisamos dezenove (19) cadernetas do Centro de Assistência Social Nossa Senhora das Vitórias, as quais foram extremamente importantes para as nossas ponderações, visto que apresentaram exemplos de atividades (Desenho Livre) e em segundo lugar, porque sinalizaram uma provável relação dessa matéria escolar com a Matemática.

Em relação à Escola Bispo Almir dos Santos, analisamos uma (1) caderneta datada em 1981. A mesma trouxe elementos que indicaram uma alternância do Desenho Livre com outras atividades escolares, principalmente quando utilizavam cópias, ditados, pontos cardeais e comemoração de datas cívicas.

Investigamos uma caderneta da 3ª série (a) da mesma instituição de ensino, datada em 1982, onde nos forneceu indícios que comprovaram que o Desenho Livre se fazia presente com certa frequência e que foi intercalado com um Saber Matemático, em particular, com a Aritmética (tabuada).

Para investigarmos o ensino do Desenho Livre e sua relação com a Matemática na Escola Primária em Salvador-BA, inicialmente contamos com a colaboração da ex-professora primária da Escola Getúlio Vargas, Jussara Márcia de Sá Santiago, que nos indicou alguns “traços” da aproximação do Desenho Livre com Elementos Matemáticos. A mesma nos revelou que utilizava desenhos com linhas, quadrados, figuras de animais, dentre outros.

Por intermédio do relato da ex-professora Vera Lúcia Andrade da Silva Freire, identificamos fragmentos de uma interlocução do Desenho Livre com Elementos Matemático (bolas, círculos e bonecos).

Finalizamos o terceiro capítulo, analisando o relato da professora Cléria Pinheiro e apontamos uma presumível relação do Desenho Livre com a Matemática (figuras simples, quadradinhos, círculos).

Reiteramos que as entrevistas semiestruturadas que foram gentilmente concedidas pelos sujeitos dessa pesquisa, possibilitaram o reconhecimento da cultura escolar imbricada nas escolas participantes e a proeminência das disciplinas escolares em cada ambiente escolar, aqui analisadas.



Diante do exposto, finalmente podemos dizer que o ensino do Desenho Livre manteve uma relação de aproximação e articulação com a Matemática no Curso Primário em Vitória da Conquista-BA e Salvador-BA entre 1925 e 1982.

## REFERÊNCIAS

### BIBLIOGRAFIA

ANDREOTTI, Azilde. Lima. A administração escolar a era Vargas e no nacional desenvolvimentismo (1930 - 1964). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 102-123, ago. 2006.

ALMEIDA FILHO, O. J. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932: memória e imagens do Manifesto nos livros didáticos de História da Educação. In: **Anais...VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**, 2006, Uberlândia. Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

AMARAL, Rosemeire dos Santos. **A Cultura Escolar do Ensino de Matemática nos Anos Iniciais: um panorama nos grupos escolares em Anagé, Brumado e Guanambi - Bahia (1938-2000)**. 2015. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação), Vitória da Conquista - BA, 2015.

AZEVEDO, Maicon; SELLES, Sandra; TAVARES, Daniele Lima. Relações entre os Movimentos Reformistas Educacionais do Ensino de Ciências nos Estados Unidos e Brasil na década de 1960. **Educ. foco**, Juiz de Fora, v. 21 n. 1, p. 237-257 mar./ jun. 2016.

BARBOSA, Ana Mãe. **Redesenhando o desenho: educadores, política e história**. São Paulo: Cortez, 2015.

BASSAN, V. J. **Como interessar a criança na escola: a noção dos centros de interesse em Decroly**. Coimbra: Almedina, 1978.

BRUINI, Eliane da Costa. **A Aprendizagem por Descoberta**. 2011. Disponível em: <http://brasileSCO.la/e1989>). Acesso em 10/05/2017.

CALIXTO, Jaqueline. A.; QUILICI NETO, Armindo. Pensamento educacional de Theobaldo Miranda dos Santos e suas reflexões no manual de filosofia da educação: breves apontamentos históricos. In: **Anais... VII Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2013. Circuitos e fronteiras da história da educação no Brasil, 2013.

CAPUTO, Débora Rodrigues. Os impressos pedagógicos e o ensino de desenho no ensino primário no ano de 1925. In: **Anais... V Colóquio de Educação Matemática**, Juiz de Fora-MG, 2017.

CATANI, Denise Barbara. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. **Revista Educação e Filosofia**, v.10, n. 20, p. 115-130, jul/dez. 1996.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo

de pesquisa. **Teoria & Educação**, 2, p. 177-229, 1990.

CINEL, Nora Cecília Bocaccio. Centros de Interesse: estratégia utiliza multidisciplinaridade para o desenvolvimento global. **Revista do Professor**, Porto Alegre, n. 78, ano 20, p. 32-36, abr/jun. 2004.

D'ESQUIVEL, Márcio Oliveira. **O ensino de Desenho e Geometria para a escola primária na Bahia (1835-1925)**. 2015. 151f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores), Jequié - BA, 2015.

DIAS, André Luís Mattedi. Tendências e Perspectivas Historiográficas e Novos Desafios na História da Matemática e da Educação Matemática. **Educ. Matem. Pesq.**, São Paulo, v.14, n.3, p. 301-321, 2012.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: \_\_\_\_ (Org.). **Educação, modernidade e civilidade: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 91-125.

FRANÇA, Léa Carneiro de Zumpano. **O Ensino de Desenho. Saberes e práticas das professoras de Artes: um olhar... Muitas possibilidades...** . 2006. 110f. Dissertação (Mestrado em Educação), Uberlândia-MG, 2006.

GIRALDELI, Maria. S. C. **Os diferentes níveis de formação para o ensino de Matemática: concepções e práticas de docentes que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. 2009. 226f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2009.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Cultura escolar e legislação em Minas Gerais: o município de Uberabinha no início da República. In: YAZBECK, Dalva Carolina; ROCHA, Marlos Bessa Mendes da (Orgs.). **Cultura e História da Educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009, p. 69-102.

GUIA educativa do Brasil, CIA. A.G.F.A Editora, s/d, p.1. Salvador.

HANAUER, Fernanda. Riscos e rabiscos: o desenho na educação infantil. **Revista de Educação do IDEAU**. Rio Grande do Sul, v. 6, n. 13, p. 1-13, jan/jul. 2011.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43. 2001.

LUZ, José Augusto. R. **A salvação pelo Ensino Primário: Bahia (1924-1928)**. 1a. ed. Feira de Santana: UEFS Editora, 2013.

MACHADO, Rosilene Beatriz; FLORES, Cláudia Regina. Cenas de um ensino

de Desenho: reflexões metodológicas para a escrita da História. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 11, n. 34, p. 687-707, set./dez. 2011.

MAGALHÃES, L. D. R.; CASIMIRO, A. P. B. S. . O Surgimento da Escola Pública no Planalto da Conquista. **Revista HISTEDBR On-line** , on line, v. 18, p. 18. 2005.

MARCHELLI, P. S. Da LDB 4.024/61 ao debate contemporâneo sobre as Bases Curriculares Nacionais. **Revista e-Curriculum (PUCSP)**, v. 12, p. 1480-1511, 2014.

MAUAD, A. M. Fotografia e História: possibilidades de análise. In: CIAVATTA, M.; ALVES, N. (Orgs.). **A leitura de imagens na pesquisa social: História comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2004.

MEDINA, Denise. Como ensinar matemática nos primeiros anos escolares em tempos do Movimento da Matemática Moderna? **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 16, n. 48, p. 403-422, maio/ago. 2016.

MORENO, Márcia. O Desenho: um processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento do processo criativo. **Revista Pedagógica - UNOCHAPECÓ - Ano 10 - n. 21 - jul./dez. 2008**.

NASCIMENTO, Daniele Silva; RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. Arte: a expressão individual através do desenho em crianças de 3 a 4 anos. 2011. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v. 5 , n. 1, p. 1-13. 2014.

PINTO, Neusa Bertoni. Matrizes Teóricas dos Saberes Elementares Matemáticos da Escola Primária em tempos de Primeira República. **Revista Diálogo Educacional**, v. 17, n. 51, p. 185-205, jan/mar. 2017.

RIOS, Diogo Franco. Memórias de Ex-alunos do Colégio de Aplicação da Bahia: contribuições para a História da Educação Matemática. **Revista Bolema**, Rio Claro (SP), v. 30, n. 56, p. 1223 - 1243, dez. 2016.

MOREIRA, J. Roberto. **Introdução ao Estudo do Currículo da Escola Primária**. Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME), publicação n. 7. Ministério da Educação e Cultura - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, 1955.

ROTHEN, José Carlos. Os bastidores da reforma universitária de 1968. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 103, p. 453-475, ago. 2008.

SANTANA, Irani parolin; DIAS, André Luis Mattedi; SANT'ANA, Claudinei de Camargo. O movimento da matemática moderna nas escolas secundárias de Vitória da Conquista: uma análise do período de 1960-1970. In: **Anais... VIII Colóquio Nacional e o I Colóquio internacional do Museu Pedagógico**, Vitória

da Conquista, 2009, p. 1799- 1805.

SANTOS, Beatriz. B. M. **O currículo das escolas brasileiras na década de 1970: novas perspectivas historiográficas.** Ensaio (Fundação Cesgranrio. Impresso), v. 22, 2014.

SAVIANI, Demerval. Breves considerações sobre fontes para História da educação. **Revista HISTEDBR On- line**, Campinas, n. especial, p. 28-35 - ago. 2006.

SCHWARTZ, Cleonara Maria; FALCÃO, Elis Beatriz de Lima. O Ensino Primário no Espírito Santo (1946 - 1960). **Cadernos de Pesquisa em Educação PPGE - UFES**, Vitória, v. 17, n. 33, p. 273 - 301, jan/jun. 2011.

SCHWARTZMAN, S. Gustavo Capanema e a Educação Brasileira: Uma Interpretação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 66 (153), p. 165-72, maio/ago. 1985.

SILVA, B. C. **Gustavo Capanema: A Construção das Relações entre a Intelligentsia Nacional e o Estado no Brasil (1934-1945).** 2010. 176f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Araraquara - SP, 2010.

SILVA, Bruno Moreira. **O ensino do Desenho para crianças e jovens.** 2013. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (licenciatura - Artes Visuais) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/121168>. Acesso em 10/02/2018.

SILVA, Ursula Rosa da. Filosofia, educação, metodologia de ensino em Comenius. In: **Anais... II Seminário Nacional de Filosofia e Educação : Confluências**, 27 a 29 de setembro de 2006. - Santa Maria : FACOS-UFSM, 2006, p. 1-

SOARES, Tatiana Silva Santos. **Uma História do Ensino de Aritmética em Jequié, Poções e Vitória da Conquista-Bahia (1936-1980): Inter-Relações entre a Cultura Escolar, Política Educacional e Prática Educativa.** 2017. 136f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores), Jequié - BA, 2017.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX:** (Ensino Primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. **Relatório** apresentado ao Ex. Sr. Cons. Bráulio Xavier da Silva Pereira, Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, pelo Diretor Geral da Instrução Pública, para ser encaminhado ao governador do Estado da Bahia. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, p. 123, 1928.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. **Programa do ensino da escola elementar urbana do Estado da Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, p. 36, 1925.

TRINCHÃO, Gláucia Maria Costa. **O Desenho como objeto de ensino: História de uma disciplina a partir dos Livros Didáticos Luso-Brasileiros Oitocentistas**. 2008, 494f. Tese (Doutorado em Educação), São Leopoldo-RS, 2008.

TRINCHÃO, Gláucia Maria Costa. O Desenho na educação do homem novo brasileiro: alfabetização gráfica à visibilidade dos fundamentos das Artes e das Ciências. **Revista História da Educação Matemática**, v. 2, p. 6-38. 2016.

VALENTE, Wagner Rodrigues. A constituição do elementar matemático: uma análise de programas de ensino (São Paulo, 1890-1950). **Educação Unisinos (Online)**, v. 19, p. 196-205. 2015.

VALENTE, Wagner Rodrigues. História da Educação Matemática: interrogações metodológicas. **Revemat: Revista Eletrônica de Educação Matemática**, v. 2, p. 28-49. 2007.

VIDAL, D. G. Apresentação do dossiê arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em História da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 10, p. 71-73, jul./dez. 2005.

ZOTTI, Solange Aparecida. Organização do Ensino Primário no Brasil: uma leitura da História do currículo oficial. In: **Anais... Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil - HISTEDBR**, Campinas, SP: Graf. FE: HISTEDBR, 2006, p. 1-27.

ZUIN, E. S. L. A valorização do ensino do Desenho Geométrico nas escolas de Minas Gerais nas primeiras décadas do século XX (1906-1927). In: **Anais... II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2003. v. 1. p. 512-523.

## DOCUMENTOS OFICIAIS

BAHIA. **Boletim de Educação e Saúde**. Vol. I. Secretaria de Educação e Saúde-Estado da Bahia, dez. 1940.

\_\_\_\_\_. **Programa experimental- Ensino Pré-Primário e Elementar**. Departamento de Educação, Tipografia Naval. Bahia, 1944.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 1.846, de 14 de agosto de 1925**. Leis do Estado da Bahia dos anos de 1924 e 1925. Bahia Imprensa Oficial do Estado, 1925b. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/134871>. Acesso em 15/03/2017.

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Dr. Francisco Marques de Góes Calmon, governador do Estado da Bahia à Assembléia Geral Legislativa, por ocasião da 2ª reunião ordinária da 18ª legislatura. Salvador: **Diário da Assembléia Geral**, 1926. Disponível em:  
<http://memoria.bn.br/DocReader/721050/708>. Acesso em 10/06/2017

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada pelo Exmo. Snr. Dr. Francisco Marques de Góes Calmon, governador do Estado da Bahia à Assembléia Geral Legislativa por ocasião da abertura da 1ª reunião ordinária da 19ª legislatura. Salvador: **Diário da Assembléia Geral**, 1927. Disponível em:  
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:livro:1927;000592193>. Acesso em 10/06/2017.

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada pelo Exm. Snr. Dr. Vital Henriues Baptista Soares, à Assembléia Geral Legislativa por ocasião da abertura da 1ª reunião ordinária da 20ª legislatura. Salvador: **Diário da Assembléia Geral**, 1929. Disponível em:  
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:livro:1929;000615124>. Acesso em 10/06/2017.

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada pelo Exm. Snr. Dr. Vital Henriques Baptista Soares, à Assembléia Geral Legislativa por ocasião da abertura da 2ª reunião ordinária da 20ª legislatura. . Salvador: **Diário da Assembléia Geral**, 1930. Disponível em:  
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:livro:1930;000199167>. Acesso em 10/06/2017.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946**. A Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em:  
<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=533568&id=14226903&idBinario=15813703>. Acesso em 10/06/2017.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Ministério da Educação e Cultura. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Seção 1. Acesso em 17/03/2017.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <http://wwwp.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>. Acesso em 09/02/2018.

SALVADOR. **Portaria n. 740, de 29 de março de 1955**. Regulamenta o ensino do Desenho e Artes Industriais nas Escolas Primárias da capital. Secretária de Educação e Cultura-Assistência ao ensino do Desenho e Artes Industriais. Salvador, BA, 20 de março. 1955.

**OBRAS ANTIGAS E LIVROS RAROS**

CARBONELL, Arthur; MIGAL. **Metodologia do Ensino Primário**. Editora Globo. Porto Alegre, 1932.

ROTONDARO, Rafael. **1º ano de Desenho para Ginásio**. 15ª edição. Edições e Publicações Brasil Editora S/A. São Paulo, 1950.

SANTOS, Theobaldo Miranda. **Metodologia do Ensino Primário**. Companhia Nacional. São Paulo, 1952.

SANTOS, Theobaldo Miranda. **Metodologia do Ensino Primário**. 5ª edição. Companhia Nacional. São Paulo, 1955.

ZÓZIMO, Álvaro. **Sempre a Serviço da Educação: Uma experiência de vida de mais de oitenta anos**. Salvador- BA, 1998.

**PERIÓDICOS**

A Intendencia anda em dia com o Estado. **Jornal A Capital**, Salvador, 22 jan. 1927, ano I, n. 97, p. 6. Disponível em:  
<http://memoria.bn.br/docreader/721050/705>. Acesso em 09/02/2018.

CARDOSO, Maria Constança P. O segredo do desenho. **Revista de Educação**. Orgam da escola normal de Caitete', p. 137, Anno I / ago. 1927.

TEIXEIRA, J. O ensino das Mathematicas elementares. **Revista de Educação**. Orgam da escola normal de Caitete', p. 15, Anno I/ jan. 1927.

**REVISTA de Educação**. Orgam da escola normal de Caitete'. Anno I / jun.1927.

**REVISTA de Educação**. Orgam da escola normal de Caitete'. Anno II / fev. 1928.



## APÊNDICE



## APÊNDICE A: Instrumento de Coleta de Dados

**Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**  
 Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores  
 Pesquisador: Emanuel Silva Santos

Data: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / Horário: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

Nome do entrevistado (a): \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Grupo Escolar que ( ) estudou ( ) lecionou ( ) direção / coordenação

Período: \_\_\_\_\_

Grau de escolaridade: \_\_\_\_\_

## ROTEIRO PARA ENTREVISTA

1. Fale um pouco sobre sua trajetória de vida.
2. Onde e quando estudou no Ensino Primário?
3. Quanto tempo estudou/ lecionou/ dirigiu? Qual período?
4. Como eram as aulas no período que estudou / lecionou/ dirigiu? E em relação ao Desenho, como eram as aulas? Descreva.
5. Quais os materiais didáticos os professores usaram para ensinar Desenho?
6. Existiam avaliações nas aulas de Desenho? Como eram essas avaliações?
7. Algum professor relacionava o Desenho com outra matéria escolar?
8. Havia aulas de Desenhos fora do ambiente escolar?

**APÊNDICE B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido****UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB**

Autorizada pelo Decreto Estadual nº 7344 de 27.05.98

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP / UESB

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, Conselho Nacional de Saúde

Nós, Claudinei de Camargo Sant’Ana, e Emanuel Silva Santos, responsáveis pela pesquisa **“O ENSINO DO DESENHO LIVRE NA ESCOLA PRIMÁRIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA E SALVADOR-BA (1925 - 1985): uma análise dos documentos oficiais”** convidamos você para participar como voluntário deste nosso estudo.

Esperamos com esta pesquisa entender melhor os conhecimentos acerca da temática em estudo. Estas informações poderão ser úteis para promover e motivar novas práticas para o ensino de matemática.

Com a sua participação você responderá algumas perguntas, que serão gravadas e fotografadas, A pesquisa será realizada no segundo semestre letivo de 2017. Como a sua participação será voluntária, você poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, não havendo nenhum tipo de penalidade, riscos e prejuízo pessoal.

Este estudo não trará riscos para a sua integridade física ou mental. Consideramos a possibilidade de riscos morais quanto ao uso indevido das informações pessoais, gravações e imagens dos envolvidos. Neste caso, para evitar estes riscos, os pesquisadores se manterão em sigilo todas as informações obtidas. Apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Durante todo o período de realização desta pesquisa você terá o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer esclarecimento, bastando para isso entrar em contato conosco (os pesquisadores) ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da UESB.

As informações desta pesquisa serão confidenciais, e somente divulgadas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação.

As gravações e imagens serão utilizadas em publicações, relatórios e eventos científicos da área. Para isto precisamos de sua autorização e deixamos claro que as suas informações pessoais serão preservadas.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável. Este termo de esclarecimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

**APÊNDICE C: Autorização para Participação****Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB**

Autorizada pelo Decreto Estadual nº 7344 de 27.05.98

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP / UESB

**AUTORIZAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, após a leitura (ou a escuta da leitura) e ter a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, Emanuel Silva Santos e Claudinei de Camargo Sant'Ana da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, **ACEITO E DECLARO** que estou devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa intitulada, **“O ENSINO DO DESENHO LIVRE NA ESCOLA PRIMÁRIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA E SALVADOR-BA (1925 -1985): uma análise dos documentos oficiais”**, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Assim, expresso minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo.

---

**Assinatura do voluntário ou representante legal**

Jequié, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

Para maiores informações, pode contactar:

**Comitê de Ética em Pesquisa da UESB – CEP/UESB**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

E-mail: cepuesb.jq@gmail.com ou cepjq@uesb.edu.br

CAP - 1º andar

Av. José Moreira Sobrinho, S/N - Bairro: Jequiezinho/Jequié – Bahia CEP:

45206-510 Telefone:(73) 3528-9727

**Claudinei de Camargo Sant'Ana** - Tel: (73) 3528-9738

Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores

E-mail: claudinei@ccsantana.com

End: Av. José Moreira Sobrinho, S/N – Jequiezinho/Jequié-BA – CEP: 45206-510

**Emanuel Silva Santos** – Tel:(77) 3421 8030

Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores

Email: xiiitos@gmail.com

End.: Rua Humberto de Campos 44, Bairro São Vicente, Vitória da Conquista-BA